



Manifestação queremista (Museu da República)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MICHELLE REIS DE MACEDO

*Trabalhadores e
Cidadania no Brasil*

O movimento queremista e a democratização de 1945

Niterói
2008

MICHELLE REIS DE MACEDO

Trabalhadores e Cidadania no Brasil

O movimento queremista e a democratização de 1945

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof . Dr. Jorge Ferreira

Niterói
2008

MICHELLE REIS DE MACEDO

Trabalhadores e Cidadania no Brasil

O movimento queremista e a democratização de 1945

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Ferreira – Orientador
UFF

Prof^a. Dr^a. Marly Silva da Motta
CPDOC

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho
UERJ

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo de Castro – Suplente
UFRJ

*Para minha irmã e amiga Ana Paula,
companheira de todos os momentos*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de externar aqui meus sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o resultado desta dissertação de mestrado.

Primeiramente, agradeço às instituições que viabilizaram a realização da pesquisa, lembrando que elas não teriam vida sem o trabalho das pessoas. Agradeço à CAPES a concessão da bolsa de auxílio, que contribuiu financeiramente com meu trabalho. Agradeço também à Biblioteca Nacional, em especial aos funcionários do setor de periódicos, que além de se dedicarem às minhas solicitações, foram companhias agradáveis nos momentos de descontração entre uma pesquisa e outra. Não poderia deixar de agradecer ao sr. Francis, atendente da lanchonete da Biblioteca Nacional, pelos cafezinhos, às vezes gratuitos, e pelo carinho com o qual me recebia em seu estabelecimento. Sou também grata aos funcionários do CPDOC e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que sempre me atenderam com gentileza.

Agradeço a Marieta de Moraes Ferreira, Ana Mauad, Denise Rollemberg e Marco Pamplona, professores que ministraram os cursos que frequentei e que discutiram comigo meios de melhorar meu projeto de pesquisa. A Marly Motta e Francisco Palomanes por aceitarem o convite para presidir a banca examinadora do meu mestrado e, sobretudo, pela leitura atenta e pelas interessantes sugestões, que, sem dúvida, enriqueceram minha dissertação.

Nos agradecimentos, nunca faltam os amigos, e o meu amigo “número 1” nessa jornada, com certeza, foi o Jorge Ferreira, meu orientador – de pesquisa e de vida. Acompanhando-me desde a graduação, ele me ensinou que ser historiador é ler, estudar, pesquisar, lidar com fontes, escrever bem e dedicar-se à profissão. De longe eu identifiquei sua qualidade acadêmica; de perto, percebi que ele é mais que isso: divertido, dedicado, sincero e, acima de tudo, mestre no sentido daquele que guia e ensina. Posso não ter aprendido todas as lições como ele desejava, mas com certeza me esforcei para isso e continuarei me esforçando para que um dia eu possa ser mestre como ele. Ao meu amigo e orientador, meus sinceros agradecimentos e minha admiração.

Às minhas amigas de sempre – Ludmilla, Viviane, Alessandra e Fernanda – das quais esses dois anos de dedicação à pesquisa me afastaram no dia a dia. Porém, a distância não foi o suficiente para abalar essas amizades; que, sendo verdadeiras, não dependem de encontros diários. Tenho certeza que elas torceram pelo meu sucesso. Aos meus amigos mais recentes

Gabriel, Rafaela, Tássia e Eleonora, pelas sugestões e pelo incentivo. Às minhas amigas Janaína Cordeiro e Mirelle Ferreira, companheiras da academia e que caminharam comigo durante essa jornada, trocando experiências e superando desafios.

As palavras são sempre insuficientes para agradecer aos meus pais, Rosângela e João Batista, os principais responsáveis pela minha trajetória até aqui. Agradeço por terem acreditado que o investimento em educação seria a melhor herança deixada a um filho; agradeço pelo amor e carinho; por terem aturado meus momentos de mau humor e desespero; por terem compreendido meus momentos de silêncio e concentração quando produzia minha dissertação; por terem atendido os meus pedidos de ajuda; por me ampararem sempre. Em toda a minha caminhada, eles serão sempre meu porto seguro. Aos meus avós, que, mesmo não sabendo muito bem o significado de uma pesquisa de mestrado, têm o orgulho de dizer aos seus vizinhos, amigos e médicos: “Minha neta é muito inteligente; ela já está no mestrado.” Eles me admiram e me incentivam porque reconhecem o valor que isso tem para mim. Aos meus tios e primos, pelo incentivo. A André, pelo amor e dedicação de tantos anos.

Por fim, quero demonstrar aqui o quanto minha irmã Ana Paula foi importante para a construção dessa dissertação. Da ajuda braçal ao suporte emocional, foi ela que seguiu e observou todas as etapas de perto, mesmo quando longe fisicamente. Durante a pesquisa, ela me acompanhou, diversas vezes, até a Biblioteca Nacional, carinhosamente apelidada por nós de “Bibli”. Muitos dos documentos obtidos na “Bibli” – confesso – foram copiados por ela, que saía de lá reclamando comigo de dores nas mãos. As idas à Biblioteca trouxeram para a minha dissertação fontes riquíssimas e, para mim, momentos de prazer e diversão com minha irmã. A cada choro, a cada desespero, a cada preocupação, a cada tropeço, ela estava pronta para me levantar, para me consolar e me fazer rir. Portanto, muito obrigada, minha irmã.

RESUMO:

Trabalhadores e populares participaram ativamente do processo de democratização ao longo do ano de 1945, sobretudo no movimento conhecido como “queremismo”, reivindicando a permanência de Vargas na presidência da República. A dissertação pretende recuperar a trajetória desse movimento, as estratégias e os discursos políticos utilizados por seus adeptos. Em particular, quer compreender as motivações de populares e trabalhadores para participarem do queremismo e analisar as contribuições dessa mobilização para o comportamento e o aprendizado político deles.

ABSTRACT:

Laborers and ordinary people had participated actively in the democracy process during 1945, especially in the movement called “queremismo”, claiming for the permanence of Getúlio Vargas in the Republic presidency. The thesis proposes to recover the trajectory of this movement, its strategies and political discourse. Particularly, my goal is to understand laborers and ordinary people’s motivation for participating in “queremismo” and analyze how this mobilization could improve their political learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 — A CRISE DO ESTADO NOVO E O MOVIMENTO QUEREMISTA	14
1.1 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	14
1.2 O ATAQUE DAS OPOSIÇÕES	19
1.3 O SENTIDO DE UNIÃO NACIONAL: UM CANDIDATO E UM PARTIDO	24
1.4 TENSÃO POLÍTICA NAS RUAS	26
1.5 O QUEREMISMO COMO SUSPEITA	29
1.6 O QUEREMISMO AVANÇA	35
CAPÍTULO 2 — “QUEREMOS GETÚLIO COM OU SEM CONSTITUINTE”	39
2.1 DA REAÇÃO PARA A AÇÃO	39
2.2 A EXPERIÊNCIA DO TRABALHISMO	42
2.3 O PRIMEIRO GRANDE COMÍCIO	45
2.4 QUEREMISMO E CULTURA POLÍTICA POPULAR	53
CAPÍTULO 3 — “CONSTITUINTE COM GETÚLIO”	66
3.1 O PCB NO QUEREMISMO	66
3.2 O “DIA DO FICO”	71
3.3 A HISTÓRIA DO BRASIL CONTADA PELOS QUEREMISTAS	77
3.4 O “DIA V”	83
3.5 OS ÚLTIMOS DIAS DO QUEREMISMO	88

CAPÍTULO	4	—	DA	DEPOSIÇÃO	À	ELEIÇÃO
96						
4.1		IMPRESSÕES		SOBRE	O	GOLPE
96						
4.2		DO		QUEREMISMO	AO	PTB
100						
4.3	MARMITEIRO	VERSUS	GRÃ-FINOS			107
4.4				“ELE		DISSE”
112						
CONSIDERAÇÕES FINAIS						127
FONTES E BIBLIOGRAFIA						129

INTRODUÇÃO

O Estado Novo foi uma ditadura: fechou o Congresso Nacional, censurou a imprensa, perseguiu as esquerdas e reprimiu os protestos políticos. Apesar de tudo, Getúlio Vargas conquistou e manteve a simpatia de grande parte da sociedade brasileira. Com relação a isso, a historiografia chegou a um consenso. Todavia, ainda há muitas divergências acerca da seguinte questão: por que vários setores sociais, especialmente a maioria dos trabalhadores e setores populares, apoiavam o ditador?

A origem da polêmica está na conjuntura de 1945. Embora tenha grande peso para a compreensão dos caminhos tomados pela história política brasileira, o período ainda é pouco estudado. Naquele momento, enquanto os alicerces da ditadura estadonovista encontravam-se frágeis diante dos novos tempos, uma ampla multidão mobilizou-se nas ruas do país, reivindicando a permanência de Vargas no poder. Entre os getulistas, encontravam-se políticos que participaram do Estado Novo, empresários que se enriqueceram naquele regime, funcionários públicos que se beneficiaram dele, mas, sobretudo, setores populares. Sem negar a participação de outros grupos sociais, meu trabalho procura analisar o engajamento de trabalhadores e populares no movimento pela continuação de Getúlio Vargas no poder, conhecido como *queremismo*.

Como impacto da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a restrição das leis de amparo ao mundo do trabalho permitiu o aumento da exploração do trabalhador. O chamado “esforço de guerra” ainda foi agravado por um violento processo inflacionário. Aparentemente estranho foi o fato de que, quando se iniciou a abertura democrática em 1945, setores sociais de baixa renda engajaram-se em um movimento reivindicatório, não de ordem econômica, mas sim de caráter eminentemente político. Portanto, a pesquisa quer encontrar respostas para duas questões importantes. A primeira é desvendar as motivações que tornaram esses grupos mobilizáveis pelo quererismo. A segunda é analisar as contribuições dessa mobilização para o comportamento e o aprendizado político deles.

Para explicar o prestígio de Getúlio Vargas, a historiografia tradicional trabalha com a idéia de populismo. Segundo esta abordagem, existiria um caminho “natural” a ser seguido pelos trabalhadores, mas teria ocorrido um desvio: o fenômeno político do populismo. Através de uma poderosa propaganda demagógica e da repressão policial, o Estado ditatorial teria seduzido importantes setores sociais, construindo ampla base de apoio. Portanto, ao reivindicar a continuidade de Vargas no poder, estariam lutando por uma demanda que não era deles. Essa idéia acaba por cair no equívoco de acreditar na existência de um homem suficientemente sábio e consciente que teria feito a história sozinho, utilizando-se de sua astúcia e esperteza para enganar inocentes.

Indo de encontro a essa abordagem, meu trabalho adotou como suporte pesquisas mais recentes, as quais valorizam o papel dos grupos populares nas decisões políticas e suas escolhas e interesses. Baseando-se nessa idéia, a proposta é reconstituir a trajetória do movimento queremista, resgatando sua importância no processo de transição e entendendo-o como um elemento chave para a compreensão do modo como se configurou o sistema democrático implantado.

O estudo sobre o quererismo foi delimitado temporalmente entre fevereiro de 1945, a partir da entrevista de José Américo de Almeida à imprensa, marcando a fragilidade dos mecanismos de censura da ditadura, e dezembro daquele mesmo ano, quando foram realizadas as eleições. De fevereiro a dezembro, ocorreram intensos debates e conflitos políticos em torno da questão democrática; cada grupo defendendo seu projeto político. Entre eles, estavam os queremistas, que reconheceram no lema “Queremos Getúlio” a melhor maneira de defender seus interesses. Diante da anúncio de um novo sistema político, os trabalhadores e populares queremistas temeram perder os benefícios sociais conquistados no governo de Getúlio Vargas, em descenso político. Mais tarde, perceberam a importância de inserir no discurso queremista demandas democráticas. O lema passou a ser, então,

“Constituinte com Getúlio”. A partir da evidência de que seria inviável a permanência de Getúlio Vargas no poder, o queremismo adotou a estratégia de incentivo ao ingresso de seus membros no Partido Trabalhista Brasileiro, herdeiro dos ideais trabalhistas de Vargas.

A divisão dos temas entre os quatro capítulos que compõem esta dissertação fundamentou-se no processo de evolução do queremismo, adotando diferentes estratégias frente às possibilidades oferecidas pelo processo de transição para a democracia.

O Capítulo I, chamado “A crise do Estado Novo e o movimento queremista”, trata da abertura e do enfraquecimento da ditadura estadonovista, abordando os movimentos de oposição contra Vargas, e procura situar o queremismo dentro desse contexto de disputas políticas. Cronologicamente, faz um apanhado de acontecimentos ocorridos a partir do segundo semestre de 1944 que aceleraram a abertura da ditadura, mas considera como marco para esse processo a entrevista de José Américo em 22 de fevereiro de 1945. Analisa também as primeiras reações queremistas às manifestações das oposições, sobretudo dos estudantes, e reflete acerca das explicações liberais, expostas em jornais, dadas às manifestações populares pró-Vargas. O primeiro capítulo se encerra com a análise do início do processo de centralização do movimento queremista a partir da criação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal, responsável pela organização dos comícios de grande porte. Para a redação dessa parte, foram utilizadas principalmente fontes periódicas – *Correio da Manhã* e *O Jornal*, de fevereiro a julho de 1945.

“Queremos Getúlio com ou sem Constituinte” é o título do capítulo II, que enfatiza detalhadamente o processo de desenvolvimento do queremismo, de um movimento de reação para um movimento mais coordenado e organizado, com a realização de grandes comícios. Para isso, destacam-se o crescimento do número de adeptos ao lema “Queremos Getúlio” e suas próprias motivações para o engajamento no movimento. Os jornais utilizados no capítulo anterior também servem de fontes para a redação deste; mas a ênfase é na utilização de cartas e telegramas escritos por queremistas e endereçadas ao presidente Vargas, reivindicando sua indicação como candidato à presidência nas eleições marcadas para dezembro de 1945. As correspondências foram publicadas em *O Jornal* e revelam os interesses dos queremistas em apoiar Vargas, a partir de suas próprias enunciações.

O capítulo III, intitulado “Constituinte com Getúlio”, pretende analisar a evolução do slogan queremista, adquirindo propósitos democráticos. Os líderes queremistas adotaram, a partir de setembro, o lema “Constituinte com Getúlio”, proposto por Luís Carlos Prestes, e empenharam-se em divulgá-lo através de comícios e propagandas publicadas nos jornais. A terceira parte propõe-se também a analisar a participação do PCB

no queremismo e seus interesses envolvidos. A fonte principal deste capítulo é uma série publicada, durante o mês de setembro de 1945, em *O Jornal*, com o intuito de propagar a nova demanda do movimento: a realização de uma Constituinte com Getúlio Vargas no poder. O capítulo é encerrado com a articulação dos últimos movimentos pela “Constituinte com Getúlio” e a radicalização dos embates políticos.

Por fim, com o título “Da deposição à eleição”, o quarto e último capítulo analisa o período compreendido entre o golpe de 29 de outubro e as eleições presidenciais realizadas em 2 de dezembro. Trata, portanto, das articulações da oposição para o golpe contra Vargas, dos preparativos partidários para as eleições, das campanhas dos principais candidatos para a presidência da República, da desarticulação do queremismo e da transição de seus membros para o Partido Trabalhista Brasileiro, dos ataques ao candidato das oposições liberais, do enfraquecimento da candidatura de Eduardo Gomes com a campanha do marmiteiro e do resultado das eleições presidenciais. As fontes utilizadas também estão nos periódicos *Correio da Manhã* e *O Jornal* para analisar a atuação das oposições, e no jornal getulista *O Radical*. Neste capítulo, o destaque é dos artigos clamando aos queremistas o alistamento no PTB e criticando e denunciando o candidato Eduardo Gomes.

A partir das abordagens acima, o objetivo é desvendar a importância do queremismo para o processo democrático que se abriu em 1945, para a organização e mobilização de trabalhadores e populares e para a configuração de uma cultura política com base no trabalhismo.

CAPÍTULO 1

A CRISE DO ESTADO NOVO E O MOVIMENTO QUEREMISTA

“Uma transição é um período muito aberto, um momento crítico no decorrer do qual a natureza e a direção da mudança dependem, antes de tudo, das estratégias adotadas pelos grupos de atores implicados nesses processos.”¹

¹ MONCLAIRE, Stéphane. “Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados.” In: *Revista de Sociologia e Política*, nº17. Curitiba, novembro de 2001.

1.1 - A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Com o avanço das tropas Aliadas na Segunda Guerra Mundial, o clima antifascista propagava-se pelo Ocidente, enquanto as idéias liberal-democráticas voltaram a ganhar prestígio político. O Brasil não ficou imune às influências da conjuntura internacional, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento da expectativa de uma democratização da política brasileira. Portanto, mobilizações internas que, no início da década de 1940, levantavam a bandeira do Brasil na guerra contra o nazifascismo, foram paulatinamente estabelecendo conexões dessa luta com o autoritarismo estadonovista. A política externa adotada por Getúlio Vargas somada às mudanças políticas internas dos primórdios da década de 1940 engendraram um ambiente de tensões que alcançaria o seu ápice no ano de 1945.²

O governo brasileiro procurou sustentar uma política externa dúbia, que consistia na manutenção de relações diplomáticas e comerciais tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha. No entanto, à proporção que as possibilidades de barganha nessa política pragmática foram se exaurindo no desenrolar do conflito mundial, o Brasil aproximava-se cada vez mais das estratégias norte-americanas para entrar na guerra, afastando-se, conseqüentemente, dos interesses alemães.

Os Estados Unidos pretendiam garantir o apoio latino-americano numa possível generalização do conflito. Em 1940, em Havana, foi assinado um tratado de solidariedade mútua. Caso uma nação do continente americano fosse atacada, as outras deveriam lhe prestar socorro. Nesse processo de alinhamento, a importância estratégica do Brasil foi negociada: o governo brasileiro forneceria pontos localizados no nordeste do país para a construção de bases militares pró-aliadas e, em troca, obteria empréstimos, como os vultosos investimentos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e para o reequipamento das Forças Armadas brasileiras.

A partir da ofensiva japonesa a Pearl Harbor, base norte-americana no Hawaii, o alinhamento Brasil-Estados Unidos consolidou-se. Devido aos pressupostos da Conferência realizada em Havana, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. A reação veio quando, em meados de agosto de 1942, submarinos alemães e italianos afundaram navios

² Sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ver: “A guerra no Brasil”. In: *A Era Vargas*. Dossiê temático do portal <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>; McCAAN, Frank. *Aliança Brasil – Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995; BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra – os brasileiros em combate*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995; NEVES, Luís Felipe da Silva. “E a cobra fumou!” In: *Nossa História*. Ano 2/nº 15. Rio de Janeiro: Conselho Editorial da Biblioteca Nacional, janeiro de 2005.

mercantes de nacionalidade brasileira, matando cerca de 1500 pessoas.³ A partir daí, a mobilização popular exigiu reação das autoridades brasileiras. Em 22 desse mesmo mês, Getúlio Vargas declarou estado de guerra contra as nações do Eixo e não tardaria em mandar tropas para o conflito direto.

Internamente, a guerra interferiu no alinhamento das correntes políticas. A luta contra o fascismo e pela entrada do Brasil na guerra mobilizou amplos setores da sociedade, inclusive adeptos do Estado Novo. Todavia, os opositores do regime aproveitaram-se do momento para promover seus interesses políticos internos, substituindo paulatinamente a luta contra o autoritarismo externo por estratégias de denúncias da situação nacional, forjando-se uma contradição. Por um lado, aliava-se às nações democráticas contra o autoritarismo nazifascista; por outro, sustentava-se um regime cujo aparato repressivo ainda vigorava.

Ao longo da primeira metade dos anos 1940, definiram-se interesses políticos diversos no processo de transição. O contato do Exército brasileiro com as tropas aliadas trouxe, indubitavelmente, idéias de liberalização do regime. Parte dos oficiais aderiu ao grupo das oposições liberais. Entretanto, a maioria deles preferiu um caminho mais brando para a democratização, ou seja, não defendia a derrubada imediata do Estado Novo, mas um processo mais gradativo de instalação do novo regime. No interior da cúpula civil do governo, diante da crescente mobilização em torno da transição democrática, alguns grupos sugeriam medidas de reformas sutis para o regime vigente. Isso porque o desafio das elites situacionistas era não perder as rédeas do processo de transição para a democracia, isto é, abrir mão do regime autoritário cautelosamente, com a finalidade de manter suas posições de poder.

A partir de 1942, o sistema político inaugurado em 1937 começou a sofrer mudanças significativas em sua composição. Figuras associadas ao autoritarismo e simpáticas ao nazifascismo, como Filinto Müller e Lourival Fontes,⁴ foram afastadas do governo; enquanto Alexandre Marcondes Filho foi estrategicamente escolhido por Getúlio Vargas para assumir o cargo de ministro do Trabalho. Responsável pela execução do projeto político estatal do pós-1942, o novo ministro visava a angariar uma base de apoio no seio das classes populares, sobretudo dos trabalhadores, visto que o Estado Novo já estava dando sinais de esgotamento.

³ Estatística presente em documentação capturada dos nazistas após o conflito. Ver: NEVES, Luís Felipe da Silva. Op. cit.

⁴ O primeiro era chefe de polícia do Distrito Federal, conhecido por suas práticas de repressão. Foi afastado do governo quando, em julho de 1942, tentou proibir uma manifestação pró-aliados promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o que incendiou uma grave tensão no governo. Já o segundo, dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pela censura à imprensa, até 1942.

O chefe do governo também estava consciente sobre a provável irreversibilidade do processo de desprestígio das concepções autoritárias de governo. Em 1943, proferiu durante a cerimônia de comemoração do golpe de 1937, que depois da guerra,

“em ambiente próprio de paz e ordem, com garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da Nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao Povo Brasileiro. E das classes trabalhadoras organizadas tiraremos de preferência os elementos necessários à representação nacional [...]”.⁵

Esse discurso mostrou sinal verde às discussões sobre as modificações institucionais do regime. Ademais, as palavras do ditador enunciaram a participação ativa da classe trabalhadora no jogo político vindouro. Ao longo do Estado Novo, estes elementos sociais conseguiram obter um reconhecimento político por parte do governo nunca antes visto na história do Brasil, o que refletiria na escolha feita por eles no momento de crise desse mesmo regime. Portanto, em 1945, também fizeram parte desse clima de intenso debate e conflito político em torno da questão democrática. Contrariando as expectativas de muitos, a maioria dos trabalhadores e populares decidiu reivindicar a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República, por crer que esta seria a melhor alternativa para garantir seus interesses.

A conjuntura internacional e a reorientação da política interna no pós-1942⁶ iniciaram um processo de transformação que culminaria em discussões abertas, em 1945, acerca dos fundamentos que comporiam o novo sistema político brasileiro. Militares, políticos situacionistas, opositores liberais, intelectuais e estudantes, trabalhadores e populares e outros setores da sociedade envolveram-se em debates e conflitos acirrados, os quais, de acordo com as escolhas feitas pelos grupos de agentes históricos, foram delineando o tipo de democracia que seria implantada no Brasil.

Apesar do presidente da República discursar publicamente sobre a abertura política em 1943, foi somente em 1945 que as promessas seriam cumpridas. No último dia do ano de 1944, Getúlio Vargas declarou à nação que em breve a reforma constitucional seria esboçada e as diretrizes necessárias para a realização das eleições, formuladas. Portanto, no ano

⁵ Esta declaração de Vargas foi feita em 10 de novembro de 1943, exatamente no dia em que deveria ter sido realizado o plebiscito previsto na Constituição de 1937. Citado em: SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

⁶ Compartilho com a concepção da historiadora Angela de Castro Gomes de eleger o ano de 1942 como um marco cronológico para a análise do período do Estado Novo, devido aos significativos fatos supracitados. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

seguinte, efetivaram-se medidas responsáveis pela modificação institucional da política brasileira. Uma transformação controlada pelo Estado e dirigida por Vargas, cuja influência foi expressiva nesse processo de democratização.

Em meio a um ambiente de duras críticas ao regime ditatorial e à Constituição de 1937 surgido após a entrevista de José Américo à imprensa,⁷ o governo decretou, em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional nº 9, a qual determinava o prazo de noventa dias para que fossem marcadas as eleições e previa a elaboração de um código eleitoral. Logo após a promulgação da emenda constitucional, no dia 1º de março, outro importante indício de que a política nacional estava realmente sofrendo mudanças foi a indicação de Agamenon Magalhães, interventor do estado de Pernambuco, para o cargo de ministro da Justiça. O fato evidencia uma atitude estratégica de Vargas para o momento, visto que Agamenon possuía atributos políticos essenciais para manter sob controle a transição. Além de ser uma forte liderança civil, possuía contatos com o meio militar e mantinha uma relação amigável com o candidato das oposições liberais, o brigadeiro Eduardo Gomes. Após assumir o cargo, o novo ministro da Justiça abriu o debate acerca da elaboração do novo código eleitoral com a instalação de uma comissão encarregada desse objetivo.

Dentre as pautas de discussão sobre a nova legislação eleitoral, uma das mais significativas foi a estrutura partidária. Em razão da tradição regionalista, o novo sistema partidário brasileiro teria que enfrentar dificuldade para se estabelecer com bases nacionais. No entanto, diante da pressão das oposições, os situacionistas precisavam imediatamente se organizar em uma estrutura partidária e lançar um candidato para as eleições previstas. Logo, pensou-se na possibilidade de se fundar um partido nacional de interventores estaduais, sob a gerência do novo ministro da Justiça. Esse desejo foi concretizado com o surgimento do Partido Social Democrático (PSD), abarcando a cúpula governamental do Estado Novo. No início do mês de abril, já estava deliberado o lançamento da candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, para as próximas eleições presidenciais.

A criação do PSD indicou o fracasso da vontade inicial de se criar um partido que englobasse todas as bases de apoio ao presidente. Nesse sentido, a origem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) já estava delineada. Não era mais possível ignorar a mobilização da classe trabalhadora, em parte, resultado da implementação do projeto político estatal através das ações do ministro do Trabalho Marcondes Filho. Em sua formação, o PTB ficou sob o comando de cúpulas sindicais constituídas durante os últimos anos do Estado Novo e

⁷ O impacto político da entrevista de José Américo de Almeida à imprensa será analisado mais adiante.

sua intenção era recrutar os trabalhadores e canalizar suas reivindicações, particularmente as leis trabalhistas. Portanto, a criação desse partido adveio da necessidade de se estabelecer em uma instituição partidária o prestígio alcançado por Vargas entre os trabalhadores durante as décadas de 1930 e 1940.⁸

Indubitavelmente, Getúlio Vargas foi figura definidora no processo de transição para a democracia, seja pela adesão, seja pela oposição. Tanto o PSD quanto o PTB, a despeito de suas diferentes bases de apoio, tinham como fonte de inspiração o prestígio do ditador e estavam ligados a ele. Por outro lado, a imagem do presidente também fundamentou, pela crítica e pelo ódio, a formação de um partido adversário.

A luta contra o Estado Novo deu margem à criação de uma frente de oposição que reuniu diferentes correntes políticas e ideológicas, denominando-se União Democrática Nacional (UDN). Oficializada em 7 de abril de 1945, a UDN ratificou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e uniu-se em torno de preceitos básicos do liberalismo, como liberdade de imprensa e associação, anistia, sufrágio universal e restabelecimento da ordem jurídica.⁹ Para os udenistas, o contexto externo de vitória dos Aliados e o contexto interno de crise da ditadura lhes eram favoráveis. Portanto, acreditavam na inevitabilidade de sua vitória em detrimento da derrota do ditador e do candidato pessedista.

Em 25 de maio de 1945, o processo de definição da democracia no Brasil completou um novo passo. Apelidado de “Lei Agamenon” em referência ao ministro da Justiça, foi finalmente estabelecido o Código Eleitoral, o qual marcava as eleições para o dia 2 de dezembro daquele mesmo ano, regulamentava o alistamento dos eleitores e o processo eleitoral, e definia normas para a organização de partidos com bases nacionais. Além disso, determinou que os indivíduos com cargo político não poderiam ser registrados como candidatos, a não ser que o abandonasse até 90 dias antes da eleição. Portanto, a desincompatibilização deveria ser feita até o dia 3 de setembro.

As regras da disputa eleitoral estavam definidas. Mas nem todos ficaram satisfeitos.

⁸ Sobre a formação do PTB, ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; GOMES, Angela de Castro & D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

⁹ Para uma análise minuciosa sobre a UDN, ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

1.2 - O ATAQUE DAS OPOSIÇÕES

Embora a mobilização em torno da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tenha envolvido toda a sociedade, foram, sobretudo, as oposições ao Estado Novo que mais pareciam se beneficiar do momento. Sob regime autoritário desde 1937 e, portanto, limitadas por mecanismos de censura e repressão, encontraram na luta externa contra o nazifascismo uma brecha – estreita, mas que ao longo dos anos 1940 foi adquirindo maiores dimensões – por onde pudessem se expressar. Passeatas, marchas e organizações antifascistas ganhavam espaço nas ruas e nas páginas dos jornais, propiciando um ambiente favorável às manifestações oposicionistas. Anunciava-se o início de um processo que proporcionaria novos ares para a política brasileira.

Destacou-se, no início de 1943, a criação da Sociedade Amigos da América, um organismo de apoio aos Aliados na guerra que reuniu militares, intelectuais e lideranças estudantis. Essa organização propunha-se a lutar contra ideologias antifascistas, seja no âmbito externo ou interno. Foi fechada pelas autoridades militares em agosto do ano seguinte, fato que provocou a renúncia do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, indicado para a vice-presidência da organização. Na verdade, o episódio refletiu o corrente entrechoque entre ele e o então ministro da Guerra, general Eurico Dutra, representando cada um deles um grupo político diferente do âmbito governamental. O afastamento de Aranha demonstra o clima tenso nos bastidores do governo. Logo o ex-ministro estaria se juntando aos grupos liberais pela defesa da democratização do Brasil.

Em outubro de 1943, membros da elite mineira adeptos do liberalismo redigiram um manifesto público, conhecido como Manifesto dos Mineiros, através do qual tentaram divulgar suas aspirações. Defendiam o retorno do sistema constitucional, porém sem grandes alterações sociais; ou seja, era um projeto de democracia que correspondia aos interesses dessa elite. Em papel impresso, distribuíram-no de mão em mão ou jogaram-no por baixo das portas das residências, buscando driblar a censura. Não obstante, o governo reagiu, afastando seus autores dos cargos públicos que ocupavam ou forçando demissões daqueles que trabalhavam em empresas privadas. Apesar da excessiva importância atribuída a esse documento,¹⁰ o Manifesto dos Mineiros significou a ruptura dessa oligarquia com o Estado

¹⁰ Gilberto Calil questiona a idéia corrente na historiografia de que o Manifesto dos Mineiros foi o marco inicial do processo de democratização, como se todas as manifestações tivessem se originado do documento oligárquico. O autor aponta para a existência de diversos projetos de democracia em disputa no crepúsculo do Estado Novo. Ver: CALIL, Gilberto Grassi. “Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de

Novo. Além disso, embora não tenha apresentado nenhuma proposta concreta de derrubada do regime, foi a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada por um grupo até então ausente em qualquer manifestação pública.

Ao longo de 1944, os conflitos políticos se acirravam à medida que a ditadura foi perdendo suas bases políticas de sustentação, sobretudo no que se refere ao afastamento cada vez mais nítido de setores militares. A perda progressiva de apoio político e o recrudescimento da pressão das oposições pela democracia demonstravam claramente a fragilidade da ordem ditatorial já no início do ano de 1945.

Em 22 de janeiro desse ano, intelectuais influentes reuniram-se no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo. O encontro teve como pauta principal de discussão o tema da liberdade de expressão, restringida após o golpe de 1937. Mesmo que sutilmente, o Congresso dos Escritores criticou o regime ditatorial sustentado por Getúlio Vargas, constituindo-se em fator de aprofundamento da crise do Estado Novo. Todavia, a confirmação de que os mecanismos de censura já não estavam mais dando conta das críticas viria no mês seguinte.

No dia 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida deixou o ostracismo para declarar, numa entrevista bombástica à imprensa, seu diagnóstico sobre a situação política vigente. Como num desabafo preso há alguns anos, o antigo aliado político do presidente Getúlio Vargas desafiou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),¹¹ porque, segundo ele, “é preciso que alguém fale, e fale alto, e diga tudo, custe o que custar.”¹² Falou tão alto que sua exposição à imprensa obteve grande repercussão na sociedade, abrindo caminho para julgamentos cada dia mais contundentes à ditadura e ao ditador.

Membro da gestão do governo paraibano por ocasião da Revolução de 1930, José Américo integrou-se às articulações do movimento e, após o 3 de outubro, assumiu imediatamente o controle do estado nordestino. Ao tornar-se ministro da Viação e Obras Públicas de Getúlio Vargas, participou do combate à Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e das discussões acerca da elaboração da Constituição de 1934. Elegeu-se

1945”. In: PAULA, Dilma Andrade de (org.). *Tempos Históricos*, v.3, n° 1., agosto de 2001. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

¹¹ Sobre o DIP, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de, VELOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e peronismo. Campinas: Papyrus, 1998; GARCIA, Nelson Jahar. *Estado Novo*. Ideologia e propaganda política. São Paulo: Loyola, 1981; GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990; PRADO, Heloísa Helena de Jesus. “O DIP e a juventude: ideologia e propaganda estatal, 1939-1945”. In *Revista Brasileira de História*, n. 7:14, 1987.

¹² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1945, p.14.

senador pela Paraíba, mas logo depois voltou a ser ministro de Vargas, dessa vez do Tribunal de Contas da União. Em 1937, candidatou-se para as eleições presidenciais, previstas para o ano seguinte, com o apoio do presidente.¹³ Porém, suas pretensões foram frustradas pelo golpe de 1937 em que Vargas fechou o Congresso, cancelou as eleições e implantou um regime ditatorial. Decepcionado, afastou-se de Getúlio e marginalizou-se politicamente. A partir do momento em que o Estado Novo apresentou sinais de esgotamento, José Américo não hesitou em alimentar a voz da oposição. Na entrevista concedida ao jornalista Carlos Lacerda e publicada no jornal liberal *Correio da Manhã*, rompeu o cerco da censura.

Ao analisar os problemas políticos do momento, José Américo constatou que o Brasil precisava, sobretudo, “da união nacional para encontrar os meios necessários a uma estruturação democrática apta a lhe dar substância que fundamente a obra de reconstrução do pós-guerra”. Entretanto, preocupando-se com uma suposta candidatura de Vargas, enfatizou que a reestruturação do país “seria impossível se o atual chefe do Governo se fizesse candidato.” Em razão do momento denominado por ele de “crise de confiança”, expressou sua repulsa por qualquer tipo de continuísmo político. De acordo com o entrevistado, a prática do poder discricionário em vigor durante tanto tempo teria viciado os elementos políticos e administrativos do governo; portanto, tanto o presidente quanto sua máquina administrativa não inspiraria credibilidade na opinião democrática, motivo suficiente para que deixassem o poder. Além da questão política, a situação econômica de carestia, “que se preocupa em não subtrair à responsabilidade do governo transferindo injustamente essa responsabilidade à emergência da guerra”, também seria, segundo ele, resultado das deficiências e erros provocados pelo Estado autoritário. Mais adiante, a legislação trabalhista também foi alvo de críticas.

“Ela é avançada no papel, mas não produz os benefícios apregoados. Está atrofiada pela burocracia e deformada pela propaganda. [...] Falta-lhe um cunho mais prático de assistência social, pois as pensões mesquinhas que não dão para viver são ainda retardadas por um processo moroso e dispendioso. [...] Efetivamente, portanto, a legislação trabalhista não está amparando, como devia, o operário brasileiro [...]”.

Por fim, José Américo anunciou, sem revelar o nome, a existência de um candidato nacional, “um homem cheio de serviços à Pátria” e representante de “uma garantia de retidão e de respeito à dignidade do país”. No dia seguinte, divulgou à imprensa sua identidade: o brigadeiro Eduardo Gomes.

¹³ Seus adversários na disputa eleitoral eram o paulista Armando Sales de Oliveira e o integralista Plínio Salgado.

A entrevista de José Américo provou a debilitação do DIP em razão do tom ousado de suas críticas ao Estado autoritário. Para as oposições, significou o marco inicial e o modelo exemplar para as investidas contra o regime estadonovista. Na definição de um político mineiro, o documento teria “o sentido da lei Áurea: quebrou à face da nação os grilhões da pior forma de escravidão, a escravidão do pensamento [...]”¹⁴ Foi dada a largada. O fim da “situação facisforme” era só questão de tempo...

Ir de encontro às medidas estatais e expressar rejeição a elas tornaram-se atitudes comuns nas ruas e na imprensa. Não se confiava nas pretensões do governo de tocar para frente o projeto democrático; portanto, era de se esperar que as oposições desaprovassem a forma como estava sendo encaminhado o processo de democratização. Prova disto foram as críticas feitas ao Ato Constitucional nº 9, promulgado por Getúlio Vargas. Para as oposições, a medida seria “um novo golpe de Estado” – semelhante ao ocorrido em 1937 – mas “de colorido democrático”.¹⁵ Isso porque, preocupados em se antecipar aos inevitáveis fatos para se manter no poder, os situacionistas agiriam como se dissessem “façamos a eleição antes que os acontecimentos mundiais a tornem inevitável em moldes diferentes da que nos convém.”¹⁶

Assim como as instituições ditatoriais, a legitimidade do ditador também estava sendo posta em cheque. Autor do golpe de 1937, Getúlio Vargas, juntamente com suas políticas públicas, foi etiquetado com o adjetivo *fascista* – um insulto no momento de triunfo dos ideais liberal-democráticos. O modo como Vargas arquitetou a implantação do Estado Novo era negativamente lembrado, conforme declarou João Mangabeira ao *Correio da Manhã*:

“Não sabemos o título do chefe do Governo porque presidente da República não é. Ele o era oriundo do voto, até o dia 10 de novembro de 1937, quando pela calada da noite, desfechou o golpe contra a Nação, surpreendida e desarmada. Desde então, presidente não é porque ninguém lhe deu esse título. Ditador diz que é. *Duce* ou *Fuehrer*, não se animou ainda a se intitular.”¹⁷

Maquiavelicamente, Vargas teria sido desleal e perverso ao atacar, “na calada da noite”, a sociedade desprevenida. A Nação brasileira teria sido, portanto, traída, pois, de acordo com a concepção dos grupos liberais, tivera sua evolução natural desviada pela ação dissimulada do líder golpista.

¹⁴ A definição é um trecho da entrevista de Dário de Almeida Magalhães, um dos autores do Manifesto dos Mineiros. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945, p. 12.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ A citação oposicionista fez uma analogia à famosa frase do político mineiro Antônio Carlos: “Façamos a revolução antes que o povo a faça!” *Idem*, 2 de março de 1945, p.4.

¹⁷ *Idem*, 2 de março de 1945, p. 10.

Na tentativa de desqualificar a imagem de Getúlio Vargas, as oposições liberais aproximavam-no dos líderes autoritários europeus, cujas doutrinas estavam sendo derrotadas na Grande Guerra. As criações do Estado Novo eram consideradas cópias de idéias nazifascistas. Sob o título “Como se pareciam!...”, o *Correio da Manhã* publicou intencionalmente uma análise comparativa entre a *La Nuova Política dell’ Itália*, de Benito Mussolini e *A Nova Política do Brasil*, de Getúlio Vargas. Lado a lado as capas dos dois livros foram expostas, e abaixo, o destaque das semelhanças:

“Os exemplos disto são muitos, se os quisermos alinhar. Alinhá-los, porém, seria fastidioso. Os leitores bem sabem o quanto se copiou. Mas aqui damos um que possivelmente houvesse escapado a muitos estudiosos dos variados pormenores de uma era deplorável. Aí temos, na forma material, dois livros: o sr. Benito Mussolini editou um volume sob o título “La Nuova Política dell’ Italia”; o sr. Getúlio Vargas, inspirado ao menos nisto, fez editar “A Nova Política do Brasil”. Com o seu trabalho, o *Duce* conseguiu sentar-se na real Academia da Itália. Por sua volumosa bagagem o ditador, ‘guia da nacionalidade’, ou mais simplesmente ‘o nosso chefe’ nos cartazes do DIP, tornou-se ‘imortal’ na Academia das Letras.”¹⁸

Ao exigir o fim da ditadura estadonovista, as oposições acreditavam estar em conformidade com a vocação política do Brasil, um país cuja história “revelou sempre a vontade persistente e inabalável de organizar-se democraticamente.”¹⁹ Seguindo essa lógica, o autoritarismo instalado parecia-lhes uma aberração; algo fora dos padrões culturais brasileiros e, portanto, deveria ser combatido para que fosse restaurada a “verdadeira” tradição política do Brasil: a democracia. Nesse sentido, o caráter ditatorial de Vargas era estrategicamente enfatizado:

“Na sua incompatibilidade visceral com os processos democráticos de escolha dos governantes, o sr. Getúlio Vargas considera a eleição um intolerável recurso revolucionário, parecendo-lhe que seria muito mais decente resolver-se o caso mediante um pequeno golpe branco, a exemplo de 1942, em que, por um simples decreto, S. Excia, por ato exclusivo de sua vontade e, como sempre, sem qualquer participação do povo, desse por finda a sua divina missão.”²⁰

Os grupos liberais tentaram provar, de todas as formas, a sua concepção de que Getúlio Vargas era incompatível com a natureza da política brasileira. Para eles, democracia e

¹⁸ Idem, 3 de abril de 1945, p. 1.

¹⁹ Idem, 24 de fevereiro de 1945, p. 2.

²⁰ O trecho faz parte de declarações feitas à imprensa pelo candidato udenista Eduardo Gomes em 2 de maio de 1945. Ver: Idem, 3 de maio de 1945, p. 2.

ditador não combinavam. Portanto, o ditador deveria ser substituído por uma personalidade que melhor representasse a democracia.

1.3 - O SENTIDO DE UNIÃO NACIONAL: UM CANDIDATO E UM PARTIDO

A luta pela democracia ganhou nome e sobrenome. Para as oposições liberais, o único capaz de levar a frente esse projeto era o brigadeiro Eduardo Gomes, cogitado a assumir o lugar de presidente da República. Nesse momento crítico da política brasileira, o brigadeiro parecia preencher todos os quesitos para um candidato perfeito. Herói sobrevivente dos 18 do Forte de Copacabana, incorporaria valores morais como dedicação, profissionalismo, confiança e persistência. Portanto, possuiria uma trajetória histórica invejável e ideal para traduzir os anseios de liberdade em 1945. Como constatou Maria Victória Benevides, o brigadeiro “tinha um alto posto militar, uma legenda de herói, e uma tradição de lutas democráticas aliada a um ‘nome limpo’, em todos os sentidos [...] aquele que reunia condições indispensáveis para a primeira tentativa de ‘união nacional’ contra o Estado Novo.”²¹

A campanha de Eduardo Gomes começou a invadir as páginas dos grandes jornais. Com o processo democrático em curso, parecia coerente a certeza da vitória daquele que, segundo seus adeptos, melhor representaria o novo sistema político. Conseqüentemente, as manchetes em destaque demonstravam o quão confiantes encontravam-se os oposicionistas. “Ninguém apóia o governo!”, “A vitória da candidatura de Eduardo Gomes é um fato indiscutível” e “A vitória do candidato nacional não pode ser motivo de dúvida” eram algumas das palavras de ordem que apareciam com entusiasmo na imprensa liberal, juntamente com anúncios de adesões à candidatura Eduardo Gomes em diversas cidades do país. Pretendia-se, desse modo, ratificar a idéia de um candidato nacional, isto é, aquele que incorporasse as demandas da Nação, sofrida devido às investidas repressoras de um Estado poderosíssimo. Por ser o candidato nacional, logicamente todos os grupos sociais deveriam estar congregados em torno dele. Aqueles que não o fizesse, estariam contra a sociedade, seja por interesse próprio ou por manipulação.

A candidatura do brigadeiro mobilizou amplos setores sociais: oligarquias que perderam o poder a partir de 1930, antigos aliados de Vargas que se sentiram traídos, indivíduos que apoiaram o golpe de 1937 mas se desligaram do Estado Novo antes de 1945,

²¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit. p. 42.

intelectuais liberais e até mesmo tendências esquerdistas, como socialistas – membros da União Democrática Socialista – e comunistas dissidentes da linha oficial do partido. O nascimento dessa aliança entre diferentes grupos políticos e ideológicos torna-se incompreensível se retirado do contexto de crise da ditadura estadonovista. Em 1945, suas divergências ficaram em segundo plano quando o inimigo comum – Getúlio Vargas – ainda detinha o poder político. Logo, uniram-se com o intuito de derrotar a ordem vigente e substituí-la por outra baseada nos princípios liberal-democráticos. Sob o lema “Todo poder ao Judiciário”, pregavam a renúncia do presidente Vargas e a entrega do poder ao Judiciário, para que este órgão do governo administrasse a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Surgida como uma frente de oposição, a União Democrática Nacional vinculou-se automaticamente à campanha de Eduardo Gomes; ser udenista significava ser eleitor do “candidato nacional”. Nas páginas dos jornais, a associação entre Eduardo Gomes e a UDN era proferida com entusiasmo. Segundo o *Correio da Manhã*:

“As forças democráticas que apóiam a candidatura de Eduardo Gomes estão se articulando, rapidamente, no sentido de uma Frente Única que realize perfeita união nacional para a luta eleitoral próxima e para o estabelecimento do próximo governo, que terá de resolver os problemas de paz relacionados com o país. Verificando tendências diversas, políticas, econômicas e sociais entre os elementos daquelas forças, vão elas se condensando num programa próprio, com unidade de ação política imediata, para varrer de vez o fascismo e seus remanescentes das instituições brasileiras. Os referidos elementos atuarão sem prejuízo das respectivas tendências para a vitória comum do candidato nacional [...]”²²

Em seguida, a mesma reportagem anunciou uma prevista reunião de personalidades políticas, jornalistas e escritores, na qual seria definida a organização da frente de oposição em uma estrutura partidária, concretizando “o que esboçou o sr. José Américo na sua entrevista”.

Assim como seu candidato, o “partido do brigadeiro” também pretendia representar uma “união nacional” contra o Estado Novo. No entanto, após as eleições, as cisões foram inevitáveis, dando origem a outros partidos políticos. Oligarquias, liberais conservadores, liberais radicais, intelectuais, classes médias, estudantes, socialistas; todos os grupos citados ingressaram na UDN e apoiaram a “candidatura do lenço branco”.²³ Porém, a campanha

²² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1945, p.28.

²³ A campanha de Eduardo Gomes utilizava um lenço branco em referência à luta liberal de Teófilo Ottoni durante o Império. Sobre a “campanha do lenço branco”, ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit. p. 41 a 47.

udenista não conseguiu fascinar um setor social importante, que, naquela altura dos acontecimentos, já não mais podia ser ignorado no jogo político: os trabalhadores. A maioria deles estava empolgada com as políticas públicas de Vargas, considerando, ainda, a importância da presença de Luís Carlos Prestes no cenário político.

A campanha udenista falava em nome do povo, acreditando numa suposta “natureza liberal” do operariado brasileiro. Mesmo reconhecendo, algumas vezes, a gratidão dos trabalhadores a Vargas, os udenistas consideravam-na um fator insuficiente para estimulá-los a tomar uma atitude “incoerente com as tendências naturais e legítimas de sua classe, de estabelecer-se no Brasil um clima de garantias constitucionais e jurídicas, de representação política e liberdade de opinião.”²⁴ Portanto, o que fugisse à regra entrava na categoria de estranho e anormal e era considerado resultado da interferência maldosa de um fator externo: a chamada propaganda nazifascista do Estado Novo.

1.4 - TENSÃO POLÍTICA NAS RUAS

Dia 2 de março de 1945. Apesar da tarde chuvosa, reuniram-se os estudantes universitários na Praça da Sé, em São Paulo. Desde o abrigo de bondes até as escadarias da catedral, a multidão esperava, mas não em silêncio. Em atitudes preliminares, davam “vivas entusiásticos à democracia e morras ao Estado Novo e às suas figuras dirigentes.” Logo se iniciou o comício e, ao microfone, estudantes leram uma proclamação dirigida aos trabalhadores:

“Os estudantes de São Paulo são filhos do povo e com o povo lutam pelo Brasil. Cuidado com as manobras fascistas que neste instante pretendem criar confusão e separar os trabalhadores dos estudantes [...]. É pela melhoria das condições de vida do povo que os estudantes têm tombado nas ruas de São Paulo. Os estudantes não têm compromissos políticos senão com o povo, senão com o Brasil. Por isso, lutam e lutarão intransigentemente. Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante! Pela Democracia!”²⁵

Ao falar aos trabalhadores e em nome deles, os estudantes pretendiam alertá-los com relação às tentativas de manobra do Estado através de ações de “agentes do situacionismo”. Segundo eles, eram elementos de um perigoso núcleo de *gangsters*, pagos por conhecida figura da política subterrânea, que estavam incendiando os centros elegantes da Capital

²⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1945, 1ª seção, p.4.

²⁵ *Idem*, 3 de março de 1945, 1ª seção, p. 3.

Federal. Sob o plano de dificultar a ordem e retardar o processo democrático, esses “agentes” tentaram induzir a classe operária a colocar-se contra os estudantes, verdadeiramente solidários aos seus interesses. Entretanto, o aviso não evitou a confusão.

De acordo com notícias da imprensa, supostamente armados com cacetetes e pedaços de pau embrulhados em jornais, uma “malta de embriagados” avançara contra os universitários, gritando: “Abaixo os estudantes!”, “Abaixo o PRP!”, “Nós queremos Getúlio!”, “Viva os trabalhadores!”. Ao repelir atos violentos, segundo a reportagem, os estudantes dispersaram-nos pacificamente. Porém, os “perturbadores” insistiram, criando um ambiente de brigas e correrias. O comício foi interrompido. Os estudantes universitários, “dando mais uma demonstração de civismo e do seu espírito ordeiro”, retiraram-se, levando à frente a bandeira nacional; enquanto os “desordeiros” tomavam a praça, dando continuidade aos atos violentos. Não satisfeitos, eles seguiram os estudantes até a Faculdade de Direito. Aos gritos, os “selvagens” depredaram as vidraças da tradicional escola. Logo em seguida, dispersaram-se em grupos de 50 a 100 elementos para praticar desordens em vários pontos da cidade. Nas ruas, “obrigavam” senhoras e senhoritas a levantarem vivas ao ditador. De acordo com notícias publicadas em *O Jornal*, o “bando de malfeitores assalariados” e “agentes da polícia federal” agrediram transeuntes, atacaram casas comerciais e quebraram letreiros luminosos dos jornais de São Paulo.²⁶ Por conta dos fatos ocorridos, os autores do comício enviaram um protesto à imprensa: “Unicamente reafirmamos ao povo de São Paulo a nossa confiança no futuro democrático da Nação e pedimos que o povo se acautele contra esses elementos que agem em todas as esferas. Povo de São Paulo: chega de ter medo!”

O episódio do dia 2 de março, em São Paulo, não foi único, mas o primeiro de uma onda de conflitos de rua entre as forças estudantis ligadas à União Nacional dos Estudantes (UNE), adeptos da campanha pró-Eduardo Gomes, e trabalhadores fiéis ao presidente Getúlio Vargas. Outras cidades também serviram de palco para esses embates. Já no dia seguinte, episódio semelhante ocorreu, dessa vez na cidade de Recife. Assim como seus “congêneres paulistas”, relata a imprensa liberal, elementos da polícia pernambucana, “disfarçados sob a capa de operários”, tentaram perturbar o comício democrático com o intuito de dissolvê-lo. O resultado da confusão foi a morte do primeiro secretário da União de Estudantes de Pernambuco, Demócrito de Souza Filho, o que gerou repercussão nacional. Na imprensa, o ocorrido foi definido com expressões como “bárbaro fuzilamento”, “trucidamento” e “massacre de pessoas desarmadas”, a fim de divulgar uma imagem dramática. Os liberais não

²⁶ Os relatos foram publicados em periódicos declaradamente antivarguistas. Ver: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 3 de março de 1945, 1ª seção, p.3 e *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 de março de 1945, p. 28.

podiam crer que tal fato fora obra de operários; portanto, ironicamente, referiam-se aos manifestantes com a expressão “operários de aspas”.

Conforme o pensamento das oposições liberais, o governo ditatorial estaria agindo violentamente contra a transição democrática e pretendia manipular os trabalhadores para que fizessem o mesmo. Embora acreditassem na impossibilidade dos trabalhadores atentarem contra o processo democrático, demonstravam, em seus discursos, preocupações em esclarecê-los acerca da suposta intenção da ditadura de separá-los dos estudantes. No pronunciamento do estudante Paulo Silveira, por ocasião do comício carioca realizado no dia 7 de março na praça Floriano, o destaque foi justamente essa preocupação. Eis um trecho do discurso:

“Devemos opor, aos provocadores, o exemplo de nossa disciplina, de nossa coesão e, logo, eles ficarão isolados no meio da massa, como vil grupelho de criminosos, inexpressivos cogumelos da ditadura. [...] Eles pretendem dividir-nos porque sabem que estamos unidos. A alucinação desses fascistas encapuzados chega ao cúmulo de pretender conseguir o absurdo de lançar trabalhadores contra o povo, contra os estudantes. Eles não sabem que isso é impossível, porque o operariado e os estudantes pertencem ao povo, são aliados naturais. [...] Nesta conjuntura, delineia-se um plano sinistro que nos apressamos a denunciar e contra o qual protestamos. Capangas e policiais, disfarçados em operários, metem-se na multidão, começam lançando apartes encomendados e vão até a agressão, ao assassinato. Ontem São Paulo, Campinas, Recife. Hoje e amanhã, onde será?”²⁷

Dessa vez em Belo Horizonte. Na capital mineira – noticiou a imprensa – os “provocadores” também tentaram impedir a campanha oposicionista, perturbando comícios e quebrando sedes de jornais. Ademais, no dia 20 de março, quando da chegada do governador Benedito Valadares, foi organizada uma concentração de funcionários públicos e operários para recebê-lo. Após a dispersão da multidão, formou-se um “grupo de exaltados” gritando “Getúlio! Getúlio!”, identificados pelas testemunhas como “trabalhadores da Prefeitura Municipal entre eles lixeiros, com seus reconhecidos uniformes.”

No dia 4 de agosto, foi a vez do Rio de Janeiro. Um comício da UDN foi preparado para ser realizado na Praça Barão de Drumond, em Vila Isabel. Logo que se iniciaram os discursos, “elementos perturbadores” invadiram o comício, dando vivas a Getúlio Vargas. Desta vez, a reportagem identificou nomes: Raul da Vila e Paulo de Tal, “elementos conhecidos pelas suas truculências.” Os sobrenomes atribuídos aos indivíduos pelo jornal sugerem que eram pessoas desqualificadas socialmente. O periódico relata ainda a ocorrência

²⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, p.16.

de um tiroteio, iniciado por um soldado do Exército que fazia parte do grupo dos “bagunceiros.” O comício foi cancelado e várias pessoas saíram feridas.²⁸

Aos poucos, nos argumentos utilizados pela imprensa liberal, a palavra *operário* foi perdendo as *aspas*. Nos meses seguintes, com a intensificação do movimento pró-Getúlio Vargas, conhecido como *queremismo*, tornou-se inviável negar a participação de trabalhadores e populares, cada vez mais numerosos. Se admitir que esses grupos apoiavam o ditador em plena transição democrática era difícil, mais difícil ainda era compreender esse fenômeno social. Para os liberais, a explicação plausível estava na força da propaganda política estatal, que teria criado uma imagem bondosa do Estado e do ditador Getúlio Vargas. Enganando os trabalhadores durante o Estado Novo, Vargas teria conseguido recrutá-los e manobrá-los com o propósito de estabelecer a confusão política e garantir sua continuação na presidência da República. Portanto, a reivindicação da candidatura Vargas pelos *queremistas*, na concepção liberal, adveio da propaganda mentirosa do Estado durante anos.

1.5 - O QUEREMISMO COMO SUSPEITA

Todas as medidas tomadas por membros do governo eram vistas com desconfiança pela oposição. Até mesmo o lançamento da candidatura situacionista do general Eurico Gaspar Dutra pelo PSD foi considerada uma tentativa de desunir as Forças Armadas para que Getúlio Vargas fizesse o “sacrifício” de permanecer no poder por mais alguns anos. Mesmo não confirmando a idéia de uma candidatura própria, Vargas, para os liberais, agia de forma suspeita com relação à transição democrática. Piadas satíricas eram feitas sobre o suposto lançamento de sua candidatura:

- “Dizia o presidente numa roda de *golf*:
- Curioso. Dos três candidatos, o nome começa com *E*.
 - Como assim, Excelência?
 - Vejam: Eduardo Gomes, Eurico Dutra... e Eu!”²⁹

Na entrevista concedida à imprensa, o presidente deixou muitas dúvidas com suas declarações vagas. Depois de afirmar que o momento político não necessitaria de uma Assembléia Constituinte, não respondeu claramente a pergunta sobre sua suposta candidatura:

²⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 3.

²⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de março de 1945, p. 4.

“Jornalista – [...] Perguntaria a v.excia, se não fosse indiscrição, se o governo tem realmente candidato à sucessão presidencial.

O sr. Presidente – Não, o governo não tem candidato.

Jornalista – Nem terá?

O sr. Presidente – Os candidatos serão dos partidos políticos, das forças políticas organizadas e não do governo.

Jornalista – Uma pergunta ainda mais indiscreta: v.excia será candidato?

O sr. Presidente – Se eu serei candidato?! Estava esperando esta pergunta. Não há em meu espírito qualquer preocupação de ordem pessoal. Não estou cogitando de candidaturas e sim tomando as providências preliminares de preparação eleitoral para que se organizem e arremessem as forças políticas, os quadros políticos, enfim, os partidos. Estes é que deverão escolher seus candidatos [...].

Jornalista – Se algum partido indicasse v.excia como candidato, v.excia aceitaria?

O sr. Presidente – Deixe-me completar...Quem sabe poderá surgir um nome nacional, do qual não se tenha ainda cogitado, tranqüilizando os espíritos e serenando as paixões?”³⁰

Quase dois meses depois, em seu costumeiro discurso do Dia do Trabalho, Vargas anunciou, dessa vez com todas as letras, que retornaria “às atividades de simples cidadão” e recolher-se-ia “à vida privada”. Todavia, ao invés de tranqüilizar os nervos adversários, irritou-os ainda mais em razão da ativa participação da multidão, que freneticamente insistia no “Queremos Getúlio”. As declarações do presidente tornavam-se cada vez mais ambíguas, tendo em vista que, mesmo afirmando não ser candidato, concedia carta branca ao movimento que demandava sua candidatura. De mais a mais, os udenistas acreditavam na hipótese de que o presidente não teria sido surpreendido com os gritos do “Queremos” na cerimônia realizada no estádio de São Januário e ainda teria se preparado para isso.

Segundo um artigo publicado na imprensa da oposição, Getúlio Vargas teria preparado um discurso de dois tempos para o evento do 1º de maio. O pronunciamento da segunda parte dependeria da conveniência do momento. Caso malograsse o “Queremos”, preparado pelo Ministério do Trabalho, o segundo momento do discurso, cujo conteúdo referia-se às virtudes e vantagens da candidatura oficial de Dutra, seria proferido. Se, ao contrário, a campanha do “Queremos” fosse bem-sucedida, o discurso limitar-se-ia à primeira parte e a referência ao candidato (provisoriamente) oficial seria rápida e superficial. Como os espectadores corresponderam ao “Queremos”, foi a segunda possibilidade que vingou.³¹

Inconformados com o crescente prestígio de Vargas, as oposições desqualificavam também suas obras políticas e tentavam, a todo custo, convencer os trabalhadores de que eles eram vítimas da manipulação fascista do governo. Preocupavam-se excessivamente em

³⁰ Trecho da entrevista de Getúlio Vargas à imprensa. Idem, 3 de março de 1945, p.12.

³¹ Idem, 4 de maio de 1945, p. 4.

desmistificar a idéia divulgada, pelo Ministério do Trabalho e pelo DIP, de um Estado doador de leis trabalhistas. Nas irônicas palavras de um jornalista, a legislação do trabalho seria “uma concessão a título precário, como estas feitas aos jogadores de bicho em Niterói: se não pagam o ‘combinado’, a polícia fecha a casa. Se o operário não aplaude a ditadura e não canta ‘nós queremos’, acabou a legislação social...”.³²

As discussões – ou melhor, as desqualificações – sobre a legislação social eram tema de vários artigos de jornais liberais. Por um lado, insistiam no argumento de que as leis trabalhistas não foram obras do ditador, e sim resultado da evolução natural do mundo ocidental. Por outro, diziam que elas faziam parte da política nazifascista, aproximando-as da doutrina sustentada por Hitler e Mussolini. Mas o objetivo final era o mesmo: subtrair o mérito do presidente Vargas no que se refere às políticas sociais. Os liberais não entendiam a validade dos direitos sociais num regime autoritário. Isso porque, de acordo com seus valores políticos, a cidadania civil seria o direito supremo do ser humano e, sem ela, nada poderia ser positivo.

Entretanto, os valores dos populares engajados no projeto queremista eram outros. A falta de liberdade política não os incomodou. Interessava-lhes leis de amparo ao mundo do trabalho. A situação de miséria e carestia agravada com o “esforço de guerra” não os impedia de reconhecer o presidente como protetor dos benefícios sociais.³³ Foi o que ficou registrado durante um movimento de donas de casa que entregaram pessoalmente ao presidente Vargas um documento informando-o acerca de sua verdadeira e difícil situação, além de conter reivindicações referentes ao complicado panorama nacional daquele momento. Segundo estatísticas jornalísticas, reuniram-se mais de 1000 mulheres, muitas acompanhadas de seus filhos. Chegando ao Palácio do governo, esse número duplicara. Quando um guarda civil as indagou se teriam marcado hora com o presidente, uma delas se adiantou: “Temos, sim, senhor. Já telegrafamos ontem ao chefe do governo e comunicamos ao chefe de polícia. Tanto aí o palácio já sabia que os senhores estão aqui e outros vieram nos acompanhando desde a Praça Paris.” Passaram-se 30 minutos e Vargas não aparecia, mas as donas de casa não desistiam, até porque a visita estava marcada. Em espera, aplaudiam e gritavam: “Viva o dr.

³² A definição é do jornalista Raphael Correia de Oliveira. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1945, 1ª seção, p. 4.

³³ No período de guerra, o governo pedia o sacrifício da sociedade para auxiliar as tropas brasileiras e derrotar o inimigo externo – momento denominado “esforço de guerra”. Para aumentar a produção nacional, determinou-se o retorno da jornada de 10 horas, a suspensão da lei de férias, da lei que estabelecia o pagamento de horas extras e da lei que regulamentava o trabalho noturno de crianças e mulheres. Além disso, o aumento da exportação de gêneros alimentícios para os países em guerra causou escassez de oferta, contribuindo para o aumento da inflação, que solapava cada vez mais o poder de compra dos salários. Mas foram justamente os setores sociais mais atingidos pelo “esforço de guerra” que incrementaram as fileiras do movimento de apoio a Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas! Viva o presidente! Pão, leite e carne.” Contudo, a espera foi em vão. Por fim, numa entrevista coletiva, a diretora da Associação das Donas de Casa revelou o desapontamento das integrantes do movimento. Entretanto, declarou estarem conscientes de que “esse fato não partiu do sr. Getúlio Vargas mas sim de seu oficial de gabinete, sr. Geraldo Mascarenhas”, que, para elas, era o maior inimigo do presidente.³⁴ Além de aclamar Vargas, inocentou-o da culpa pela frustração do movimento contra a carestia.

O legítimo para os populares era incoerente para os liberais. Na tentativa de livrá-los do suposto estado de hipnose, o então jornalista Raul Pilla publicou, a partir do mês de junho de 1945, artigos destinados a orientar o trabalhador.³⁵ Em formato de carta, o autor escreveu diversos artigos referindo-se a um operário fictício nomeado por ele de Antônio. Ao longo dos textos, o jornalista confirmava a preferência dos operários por Getúlio Vargas, mas tentava convencer Antônio de que essa escolha não era coerente com a situação de miséria pela qual passavam. No primeiro, iniciou a “carta” expondo a opção política de Antônio: “No teu modo de entender, nenhum dos dois candidatos apresentados serve: nem Eduardo Gomes, nem Eurico Dutra. O homem é Getúlio, tu queres Getúlio.” Logo depois, deslegitimou esse “estranho critério” ao afirmar que Antônio teria sido enganado pela propaganda política estatal, que o fez sentir gratidão ao Ditador e desejar sua continuação no poder:

“Essa legislação social, que tu e muitos operários, como tu enganados por uma propaganda sistemática e exclusiva, pensais dever à pessoa do Ditador, deve-se, em verdade, a uma grande campanha política e, sobretudo, á mudança dos tempos. O sr. Getúlio Vargas foi um simples instrumento nunca sincero e nem sempre eficaz, destas reivindicações sociais. Se pensas dever-lhe muito e por isso te julgas obrigado a desejar a sua continuação no governo estás redondamente enganado. É o que verás melhor em outra carta, se me dispensares a atenção de considerar devidamente esta.”³⁶

Nas “cartas” seguintes, Raul Pilla não economizou ofensas a Getúlio Vargas para enfatizar sua concepção política:

“Mal informado, como tens estado, é natural que estejas julgando mal. Em verdade, Antônio, o que o Ditador tem feito com os trabalhadores é exploração, politicagem, demagogia. Longe, muito longe, está ele de ser um reformador social [...]. Para assentar o seu poder pessoal, precisava ele da conformidade, senão do beneplácito das

³⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1945, 2ª seção, p.5.

³⁵ Afastado das atividades políticas durante o Estado Novo, Raul Pilla retornou, no contexto de democratização, para integrar-se à Comissão de Orientação Política encarregada de elaborar os estatutos da UDN. No entanto, ainda em 1945, abandonou a UDN para se tornar presidente do Partido Libertador (PL).

³⁶ Essa coluna jornalística foi publicada durante os meses de junho e julho sob o título “Cartas políticas a um operário”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1945, 2ª seção, p. 1 e 6.

massas. Necessário se tornava lisonjeá-las, mimá-las e, sobretudo, enganá-las, como torpemente enganadas têm sido. [...] Vos considerais preso ao Ditador por sentimentos de gratidão. Mas esses sentimentos, Antônio, são errôneos, são falsos, não têm base real, são adrede provocados e cuidadosamente alimentados para justificar e garantir a continuidade do poder pessoal do Ditador [...]. Assim, Antônio, pior do que politiqueiro, demagogo é o homem que tanto tem malsinado os políticos, tem sido sempre um deles.”³⁷

Nos demais artigos, Raul Pilla discutiu a falsidade das políticas varguistas, a precária situação dos trabalhadores devido aos efeitos da inflação, a insidiosa propaganda política estatal, enfim, temas que fizessem os operários obterem sempre a mesma conclusão: “nada justifica o quererismo que, com *mefistofélica* arte, foi inoculado em certas camadas populares.”³⁸ O adjetivo *mefistofélica* refere-se a Mefistófeles, um demônio intelectual das lendas germânicas, portanto, perfeito para descrever o “Nós queremos” na concepção liberal.

Por que os populares louvavam o ditador justamente num momento de grandes dificuldades econômicas e de crise política da ditadura? Perplexos, os liberais deparavam-se com a questão. Intelectual e diabólico, Vargas, o arquiteto do movimento, cujo slogan “Nós queremos” deu-lhe o nome de quererismo, teria se utilizado de inimagináveis medidas políticas para conseguir esse feito, todas elas derivadas de duas precípuas estratégias: a manipulação decorrente do trabalho de uma sofisticada propaganda política e a repressão através da polícia política. Além disso, o sucesso desse pérfido projeto estatal teria sido facilitado pela ingenuidade e ignorância das classes populares, envolvidas por promessas vazias e, por isso, incapazes de enxergar a realidade em que viviam.

No contexto de democratização da política brasileira, essas noções tornaram-se armas nas mãos dos liberais que as descarregavam contra o adversário com o intuito de desmerecê-lo. Condenava-se o Estado Novo, representado por Getúlio Vargas, capaz de inserir maquiavelicamente idéias degeneradas nas mentes das pessoas. Conseqüentemente, isentava-se a sociedade, em especial trabalhadores e populares, da culpa na construção do Estado autoritário. No conjunto, todos esses elementos teóricos constituiriam, décadas mais tarde, a categoria “populismo”, que explicaria fenômenos políticos no Brasil do pós-1930. Portanto, todos os políticos intencionados a enganar o povo através da manipulação e da intimidação foram considerados “populistas”. Getúlio Vargas, nesse sentido, seria a personalidade inaugural do populismo e a que melhor representaria esse perfil político. O conceito de populismo ultrapassou o contexto de crise do Estado Novo e obteve respaldo nas ciências

³⁷ Idem, 16 de junho de 1945, 1ª seção, p. 4.

³⁸ Idem, 17 de junho de 1945, 2ª seção, p. 1.

sociais.³⁹ Parafraseando o historiador Jorge Ferreira, o populismo, portanto, surgiu como uma representação negativa do inimigo político com a finalidade de desqualificá-lo e, mais tarde, tornou-se uma categoria explicativa no âmbito acadêmico.⁴⁰

1.6 - O QUEREMISMO AVANÇA

As notícias sobre a Segunda Guerra Mundial, que ocupara as primeiras páginas dos jornais, estavam cedendo espaço para as novidades nacionais à medida que os conflitos se acirravam. As linguagens das oposições cada vez mais virulentas chocavam-se com o clamor popular a Vargas cada vez mais contundente. Onde quer que se desenvolvesse a campanha pró-Eduardo Gomes, os queremistas reagiam. E essa reação surpreendia não só os udenistas, mas também os pessedistas que investiam na candidatura de Eurico Dutra.

No primeiro semestre do ano de 1945, Vargas procurou fortalecer o PSD, porém não mostrava interesse pela candidatura de Dutra. Assim como a UDN, o partido dos interventores também desconfiava do comportamento do presidente diante do movimento queremista.

³⁹ A teoria do populismo conquistou partidários no círculo da intelectualidade a partir da década de 1950. Como vanguardas, os intelectuais do Grupo de Itatiaia interpretaram a crise nacional, identificando o populismo como um dos principais problemas. Para compreender a emergência desse fenômeno social, eles encontraram na sociedade brasileira três pré-condições histórico-sociais. A primeira delas corresponde ao processo de mudança de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial e urbanizada, em que os trabalhadores sofreram proletarização. Herdeiros de um campesinato desmobilizado, os trabalhadores urbanos transformaram-se em mão-de-obra sem consciência de classe e, portanto, sujeitos a exploração e espoliação. A segunda seria a perda de hegemonia das classes dirigentes, o que ameaçaria a segurança do Estado. Portanto, precisavam de novos mecanismos capazes de controlar uma massa emergente. O terceiro e último elemento seria o surgimento de um líder carismático a ponto de mobilizar – e controlar – as classes populares e satisfazer as classes dominantes. Influenciados por uma determinada tradição do marxismo, os intelectuais incrementaram a teoria do populismo. Em certos círculos marxistas, a versão mais propagada era a de que os trabalhadores, imbuídos da “verdadeira” consciência de classe, seriam os agentes da transformação social. No entanto, no Brasil esse processo “natural” fora interrompido pelo populismo. Diante das investidas ideológicas do líder populista, os trabalhadores foram manipulados e afastados dos seus “reais” interesses. Adaptando essa abordagem ao estudo da relação entre Getúlio Vargas e os setores populares, conclui-se que, frágeis e sem condições de pensar por si mesmos, os trabalhadores aceitaram trocar benefícios sociais por obediência e submissão. Dessa forma, abdicaram de sua “natureza revolucionária” e tornaram-se massas de manobra nas mãos das classes dominantes, representantes do Estado. Até o presente, a teoria do populismo é usada para explicar a política brasileira. Nos livros didáticos e na academia, no mundo político e no senso comum, o populismo mantém sua autoridade. Facilmente divide a sociedade em opressor e oprimido, em que o primeiro se utiliza de violência física e psicológica para subjugar o segundo. É uma concepção maniqueísta: a luta entre o bem e o mal – ou melhor, a exploração do bem pelo mal. Não há luta. Há passividade, ilusão e engano. Nas salas de aula, os alunos ainda aprendem que Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart, Leonel Brizola são populistas e que o período histórico entre 1945 e 1964 corresponde à “República populista brasileira”. No entanto, toda essa autoridade vem sendo questionada na academia. Uma dada revisão historiográfica, baseada em novos conceitos e novas abordagens, vem tentando desde a década de 1980 superar a categoria “populismo”, causando um forte abalo. Sobre a construção do conceito de populismo, ver: FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”; GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito.” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁰ FERREIRA, Jorge (org.). “Introdução”. In: *O populismo...* Op. cit.

Ademais, a fraca campanha dutrista conseguia, no máximo, modestas mobilizações; ao passo que o nome de Vargas arrancava calorosos aplausos nas próprias reuniões do PSD. Nos comícios do partido, manifestantes apareciam com faixas e cartazes anunciando o “Queremos Getúlio”. Nas vésperas de um encontro pessedista na cidade de Natal, muros da capital potiguar amanheceram pichados com o seguinte aviso: “Não adianta continuar: queremos Getúlio!”⁴¹

O rápido crescimento da campanha pró-Getúlio Vargas alastrava o temor entre udenistas e pessedistas, articuladores das campanhas oficiais. A grande mobilização dos setores populares indicava que a solução para a crise política fugiria do cerco elitista. A explosão de greves no ano de 1945 confirma essa constatação. A primeira manifestação de impacto foi a paralisação de bondes e redes ferroviárias durante 10 dias em Campinas, prejudicando o trânsito da região. Devido aos freqüentes atrasos nos horários, as barcas da Cantareira – companhia que controlava o transporte entre Rio de Janeiro e Niterói – foram depredadas, assim como ocorreu com trens em São Paulo. No Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, o setor de trens e bondes também parou. Outros setores profissionais em outras cidades também aderiram à onda de greves, que se prolongou até junho.⁴² Independentemente de suas razões, as greves também eram motivo de desconfiança. Para as oposições, essas “provocações” sob a forma de “greves falsamente reivindicadas” eram simplesmente parte do plano tramado por Getúlio Vargas para tumultuar o processo democrático e continuar no poder.

A par da desqualificada imagem atribuída ao presidente pelas oposições, a candidatura pró-Getúlio Vargas foi se fortalecendo e adquirindo dimensões nacionais. Em abril, o DIP e o Ministério do Trabalho, sobretudo o Departamento Nacional do Trabalho, já estavam apoiando e incentivando o movimento com o intuito de promover o projeto continuísta. Todavia, essa participação era prudente e discreta, tendo em vista que o engajamento de órgãos do governo ao movimento poderia comprometê-lo.⁴³ Além do apoio governamental, o movimento contou com significativos financiamentos provenientes de empresários favoráveis à continuidade de Vargas no poder, com destaque para a atuação do líder quememista Hugo Borghi, engajado na campanha desde junho. Em depoimento, Borghi relatou o seu processo de engajamento no quememismo. Segundo ele, o ministro da Fazenda, Sousa Costa, depois de

⁴¹ Citado em: CABRAL, Elza Borghi de Almeida. *O quememismo na redemocratização de 1945*. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1984, p. 91.

⁴² Idem, p. 81 e 82.

⁴³ Sobre o apoio do DIP e do Ministério do Trabalho ao movimento quememista, ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit.

revelar que o governo não tinha condições financeiras para se defender das críticas das oposições, pediu uma contribuição. Por ter sido bastante beneficiado pelo governo em seus negócios, Borghi decidiu ajudar. Ao invés de dar dinheiro, comprou três estações de rádio: a rádio Clube do Rio de Janeiro, a rádio Cruzeiro do Sul do Rio de Janeiro e a rádio Cruzeiro do Sul de São Paulo, e passou a utilizá-las para defender o governo. Mais tarde, alugou outras, chegando a uma cadeia de 130 estações coligadas. Quando ouviu as primeiras rádios defendendo Getúlio Vargas, o queremista Valdir Rodrigues decidiu procurar Borghi, que começou a financiar a luta queremista.⁴⁴ Indubitavelmente, a presença do DIP, do Ministério do Trabalho e de empresários foi importante para o alcance do queremismo em escala nacional. Contudo, sem a vontade de participar dos trabalhadores e populares, o movimento não ocorreria com as mesmas proporções e condições.

Em 24 de maio, o movimento “Queremos” começou a se mostrar mais organizado. A imprensa anunciou a criação de um comitê pró-candidatura Getúlio Vargas num bairro proletário do Rio Grande do Sul, integrando comerciários, médicos, operários e outros representantes de várias profissões. Dirigido pelo advogado Jayme Boa Vista e por Valdir Rodrigues, redator do jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre, o comitê propôs-se a lançar a candidatura de Vargas e apelar aos seus partidários para a criação, em diversos estados, de núcleos de propaganda com o mesmo propósito. Dois meses depois, os dirigentes do comitê viajaram ao Rio de Janeiro com o objetivo de registrar a candidatura do atual chefe do Governo e de um partido para sustentá-la – o Partido Nacional Getúlio Vargas. Além disso, juntou-se aos líderes do movimento nessa capital para fundar o comitê queremista carioca.

Sobre a inauguração do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal em 31 de julho, descreveu a imprensa:

“Um prédio velho, sujo, sombrio, e com entrada misteriosa, por um beco de mau aspecto, pelos ‘queremistas’ para a sua Convenção. A sala pequena do primeiro andar, da rua D. Manuel n.30, facilmente daria a impressão de cheia. [...] Naquela sala escura, e acanhada, tudo foi preparado para dar idéia de uma grande sessão. Alguns enfeites patrióticos, instalações radiofônicas poderosas para que os ‘milhares’ que assistiram à Convenção pudessem ouvir tudo muito bem [...]. Por cima da sessão, no 2º andar, representantes da reserva do nosso Exército e o Tiro de Guerra 97 e em baixo uma agência da Caixa Econômica Federal. Tudo muito sugestivo e capaz de nos levar a idéias extravagantes.”⁴⁵

⁴⁴ Hugo Borghi. (depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1982, p. 36 a 41.

⁴⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1945, 1ª seção, p 3 e 7.

Nota-se, nesse relato, palavras que conotam imagens suspeitas. Caracterizando o local da Convenção queremista como “velho”, “sujo” e “de mau aspecto”, a reportagem dá a impressão de que a reunião tratava-se de um plano conspiratório às escondidas, em que seus membros estariam tramando um ataque contra a ordem pública. Para além disso, houve a intenção de diminuir a importância do encontro ao definir ironicamente a quantidade de ouvintes com a palavra “milhares” – entre aspas. Mais adiante, com o subtítulo “Leite e gente miúda”, a reportagem parecia satirizar o fato dos participantes não pertencerem a grupos de grandes posses:

“Não conseguimos compreender, no entanto, porque os ‘queremistas’ encomendaram leite num estabelecimento ao lado. Esta informação nos deu o dono do botequim da esquina. Informou-nos ainda que o movimento, estes dias, tem sido grande. Mas ele não viu automóveis nem ‘gente graúda’...”.

Certamente, havia uma preocupação dos fundadores do comitê em reunir pessoas anônimas, num ambiente sem muita ostentação, para que não duvidassem de sua origem popular. Os discursos dos oradores exaltaram o nome de Vargas, acreditando na aceitação de sua candidatura, atacaram os políticos e rejeitaram a candidatura oficial. Momentos antes de se encerrar a audiência, Jayme Boa Vista divulgou a realização de um grande comício marcado para o dia 10 de agosto, em frente ao Teatro Municipal. A partir daí, o comitê do Distrito Federal passou a concentrar as forças do movimento, dando-lhe um caráter mais organizado e centralizado. Na cerimônia de inauguração do comitê da capital, o orador Aristeu Santana já havia acentuado a evolução queremista declarando que o movimento teria se tornado “a maior força política do Brasil, depois de ter sido uma mística das hostes que apóiam o brigadeiro Eduardo Gomes.”⁴⁶ A partir daí, as denominações “queremista”, “queremos” e “queremismo” foram oficializadas e a fundação de comitês tornou-se notícia freqüente nos jornais.

Com a criação de vários comitês e a organização de diversos comícios, estava ficando cada vez mais difícil para as oposições negar ou tentar impedir o alastramento do queremismo e o aumento da mobilização popular. O perigo da continuação de Getúlio Vargas na presidência da República, com o maciço apoio da maioria dos trabalhadores e de setores populares, amedrontava os udenistas e sensibilizava os nervos pessedistas. Com tanta radicalização, Vargas estava passando dos limites. A manchete de um jornal da oposição

⁴⁶ Idem, 1 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 3 e 7.

demonstrava o estado de alerta dos antiqueremistas: “A nação está gravemente ameaçada e é dever das forças armadas intervir”.⁴⁷ Esta seria a solução proposta...

⁴⁷ Trecho da entrevista de Otávio Mangabeira à imprensa. Idem, 28 de junho de 1945, 1ª seção, p. 3.

CAPÍTULO 2

“QUEREMOS GETÚLIO COM OU SEM CONSTITUINTE”

“Está na hora de mostrarmos que o povo não é uma massa amorfa e inconsciente, mas uma expressão viva e poderosa.”⁴⁸

2.1 - DA REAÇÃO PARA A AÇÃO

Se nos primeiros meses de 1945 o queremismo constituía-se em reações espontâneas aos insultos a Getúlio Vargas, no segundo semestre de 1945, o movimento adquiriu caráter mais coordenado. Organizaram-se comícios de maiores dimensões e investiu-se em propaganda, comprando páginas em jornais, distribuindo boletins e cartazes do “Queremos”, além de fotografias do presidente. Os queremistas estavam dispostos a levar à frente a candidatura de Getúlio Vargas. Decidiram enfrentar ativamente seus adversários políticos.

Comitês foram fundados em diversas cidades do país, estabelecendo uma rede de conexão entre eles, com destaque para o comitê paulista, inaugurado dois dias depois da fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal. A alocução do operário Galileu Nascimento, dirigida aos jornalistas presentes na solenidade, foi uma das que mais se destacaram devido ao seu tom emotivo. Historiando o nascimento do movimento em São Paulo, referiu-se ao episódio da praça da Sé cinco meses antes:

“Ele nasceu do povo. Foi quando um grupo de néscios que ofendia a pessoa augusta do presidente Getúlio Vargas, que resolvemos, eu e uns companheiros, dar um ‘basta’ a esse absurdo. Na praça da Sé, o povo, abusando da liberdade que o egrégio presidente Vargas lhe dava, ofendia-o. Por isso, saímos à rua, gritando: ‘Nós queremos’. [...] Onde Getúlio morrer, morreremos nós.”⁴⁹

A fundação do comitê queremista em São Paulo e o progressivo fortalecimento do movimento nesse estado demonstram uma forte adesão a Vargas por parte de grupos de paulistas, fato geralmente ignorado pela historiografia. Entretanto, para conferir ao episódio um caráter insignificante, a imprensa liberal descreveu-o ironicamente como “um movimento em plena efervescência”, em que “31 pessoas, exatamente 31 das quais oito fizeram discursos, lançaram as bases do movimento em São Paulo.” Vazia ou não, a reunião consolidava ainda

⁴⁸ Fala de José Antônio Aranha em entrevista à Revista do Globo de 28 de maio de 1945. p. 40-41.

⁴⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 3.

mais a crescente desenvoltura do movimento. Muitas outras vezes, os liberais utilizavam-se de argumento desdenhoso para se referir ao quererismo que, para eles, conseguia no máximo “perturbar os espíritos tímidos e ingênuos, que não contam e nem pesam nas soluções políticas.”⁵⁰ Contudo, não podiam esconder a apreensão causada pelo movimento. Concomitantemente, notícias externas vinham incrementar o clima de tensão. Na Europa, partidos com tendências socializantes estavam derrotando partidos tradicionalmente conservadores; com destaque para a vitória do Partido Trabalhista inglês. Na Argentina, as oposições não conseguiam frear o crescimento da popularidade de Perón. E, no Brasil, diante do rápido alastramento do “Queremos”, restavam-lhes apelar para o método da depreciação. Na verdade, não compreendiam que o movimento crescia porque correspondia às expectativas de trabalhadores.

O slogan do quererismo tornou-se tão popular que até mesmo propagandas comerciais utilizavam-no para promover um produto. Na primeira página de um jornal, em letreiro grande, recorrendo ao suspense, lia-se: “Ele quer...”. No dia seguinte, também em destaque de primeira página: “Eu... quero...”. Em seguida: “Nós... queremos... o cigarro popular.”⁵¹ O quererismo invadiu também os centros espíritas, que há pouco deixaram de ser reprimidos pela polícia. Comuns em bairros mais humildes, os centros religiosos divulgavam a notícia de que os espíritos de D. Pedro I e de Pinheiro Machado, materializados, também pediam a permanência de Vargas.⁵² O “Queremos” assumira de vez sua importância política e, ao contrário do que afirmou o jornal liberal, seus adeptos demonstraram que contavam e pesavam nas soluções políticas.

O maior rival da UDN não era seu adversário do PSD, Eurico Dutra, cuja campanha era inexpressiva e tímida; e sim Getúlio Vargas, que mobilizava grande parte da sociedade. Por outro lado, o candidato situacionista era obrigado a lutar em duas frentes: antes de enfrentar o udenista Eduardo Gomes nas eleições, teria que disputar espaço com o quererismo e conseguir o apoio de Vargas. Portanto, Dutra decidiu antecipar-se à data de desincompatibilização dos candidatos, marcada para o dia 3 de setembro. Para garantir e fortalecer sua candidatura, renunciou ao cargo de ministro da Guerra em 9 de agosto. O PSD possuía a vantagem de controlar a máquina político-administrativa do Estado Novo; a UDN, a vantagem de ter como aliados a grande imprensa e os intelectuais. Mas a maioria dos trabalhadores não queriam Dutra, nem Eduardo Gomes; queriam Vargas no poder.

⁵⁰ Idem, 3 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 4.

⁵¹ Idem, 15, 16 e 17 de agosto de 1945, 1ª seção, p.1.

⁵² Citado em: CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op. cit., p. 124 e 125.

Outro inconveniente para Dutra seria a posição do ministro do Trabalho. Em termos formais, o general deveria receber apoio de todos os membros do governo por ser o candidato da situação. Porém, o Ministério do Trabalho tinha como proposta preservar, o máximo possível, a influência do presidente Vargas. Nesse sentido, não resistiu aos encantos queremistas. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, Alexandre Marcondes Filho, ministro da Pasta, jogava em duas frentes: por um lado, incentivava o movimento queremista, cuja demanda imediata era manter Getúlio Vargas na presidência da República; por outro, articulava o Partido Trabalhista Brasileiro, uma estrutura partidária que visava a sustentar de forma mais duradoura e institucionalizada a influência do getulismo na política brasileira, garantindo a base de apoio de trabalhadores urbanos.⁵³

Arquitetado pelo Ministério do Trabalho e oficializado em maio, o PTB não possuía a mesma força política que o PSD, mas, pela coincidência de proposta com o queremismo, aliou-se ao movimento pela candidatura de Vargas. Para Angela de Castro Gomes, “trabalhismo e queremismo eram basicamente a mesma ‘idéia’. Mas é certo que, do ponto de vista organizacional, o PTB e o queremismo não eram a mesma coisa.”⁵⁴ A autora quer dizer que o PTB, como partido, não poderia fugir às regras do jogo político-eleitoral. Lançar Getúlio Vargas como candidato numa conjuntura que lhe era desfavorável poderia comprometer o ministro do Trabalho e o próprio partido. Já o queremismo, sendo um movimento descompromissado com o processo eleitoral, poderia reivindicar o que quisesse e ainda estabelecer alianças, como foi o caso das vinculações com o Partido Comunista Brasileiro.

Embora cautelosa, as articulações do PTB e do ministro Marcondes Filho com o queremismo foi alvo de pesadas críticas. Mesmo assim, vários diretórios petebistas assumiram abertamente o “Queremos Getúlio”. No Rio de Janeiro, envolveu-se com atividades de preparação para os comícios. Em São Paulo, um dos principais organizadores do PTB, Segadas Viana, também secretário do Ministério do Trabalho, manteve relações próximas com o movimento. A seção petebista em Minas Gerais reuniu, na mesma noite do primeiro grande comício no Rio de Janeiro, cerca de duas mil pessoas no estádio Benedito Valadares, em que foi noticiada a troca de candidaturas: abandonou Dutra para aderir ao “Queremos”. Assim ocorreu em vários estados brasileiros.⁵⁵

⁵³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit., p. 49.

⁵⁴ GOMES, Angela de Castro & D’ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit, p.19.

⁵⁵ CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op. cit., p. 115.

2.2 - A EXPERIÊNCIA DO TRABALHISMO

A partir de certo momento, as oposições liberais não podiam mais negar que os trabalhadores apoiavam Vargas. Mas explicavam que essa popularidade provinha de “camadas sociais mais trabalhadas pela propaganda demagógica do Estado Novo.”⁵⁶ Sempre comparando o presidente brasileiro a Hitler e Mussolini, a imprensa lembrava que os dois ditadores europeus reuniam “em praças públicas e nos estádios milhões (sic) de homens fanatizados, bestializados pelos planos grandiloquentes, mas vazios de conteúdo”. Incluía-se, dessa forma, os três regimes políticos na categoria de “totalitário” – que, posteriormente, foi adotado por setores da historiografia brasileira para definir o Estado Novo. A reportagem continua afirmando que “durante quase oito anos, a propaganda *totalitária* montada pelo sr. Getúlio Vargas difundiu por esse Brasil afora um amazonas de propaganda, o qual inundou muitos (sic) espíritos”.⁵⁷ Portanto, totalitário seria o Estado oportunista que, para controlar a sociedade, utiliza-se de “meios violentos, amparados em uma polícia secreta eficaz e numa propaganda ideológica maciça. O resultado para as grandes massas seria a participação mecânica ou a militância fanática.”⁵⁸ Uma teoria generalizante que, ao igualar o Estado Novo aos regimes nazifascistas, perde de vista a especificidade de cada um. Além disso, a noção de participação mecânica ou fanática obscurece a complexidade histórica das manifestações queremistas. Ao tentar explicar o apoio dos trabalhadores a Vargas, a interpretação liberal produzia idéias muito simples.

Para compreender a participação popular no movimento queremista, o historiador possui hoje um arcabouço teórico e conceitual que torna a explicação liberal, baseada na propaganda, insatisfatória. O uso do conceito antropológico de cultura nos afasta de noções como manipulação, controle e passividade de trabalhadores e populares na construção de um consenso em torno de Getúlio Vargas. A premissa de que critérios culturais moldam práticas sociais e escolhas políticas oferece melhores respostas à pergunta que tanto intrigava os opositores de Vargas em 1945: “Por que trabalhadores e populares reivindicavam calorosamente a permanência do ditador em pleno momento de crise da ditadura e prestígio do ideal liberal-democrático?” De alguma forma, seus interesses, materiais e simbólicos,

⁵⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1.

⁵⁷ *Idem*. Grifo meu.

⁵⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Os fascismos”. In: AARÃO, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 120.

foram reconhecidos pelo Estado varguista, o que os motivou a optarem pelo apoio a Getúlio Vargas.

Diante da forte herança escravista, esses grupos sociais lutavam pela construção de uma identidade positiva do trabalho e do trabalhador durante a Primeira República. Num período em que os direitos civis eram restringidos e os políticos desrespeitados, reivindicavam a cidadania social ainda inexistente.⁵⁹ Apesar de terem sido votadas algumas leis do trabalho, as conquistas eram efêmeras e precárias por se tratar de um período em que o Estado não possuía instituições responsáveis pela garantia delas.

Foi a partir de 1930 que se construiu um Estado efetivamente regulador das relações entre capital e trabalho. Leis sociais não só foram aprovadas como também garantidas pela Justiça do Trabalho – demandas que estavam na pauta de reivindicação dos trabalhadores antes de 1930. Mesmo com aplicação limitada ao mundo urbano, não se pode negar o impacto que as leis trabalhistas causaram na vida das pessoas. Vinculando-se a idéia de cidadania aos direitos sociais, sobretudo aos do trabalho, inventou-se, a partir de 1942, o que Angela de Castro Gomes chama de *trabalhismo*.⁶⁰

Particularmente após 1937, o Estado Novo preocupou-se em criar e divulgar um aparato ideológico com o intuito de legitimar a nova ordem político-institucional.⁶¹ A crise do ideal liberal a partir de 1918 preparou o terreno para as concepções autoritárias de governo. Naquele momento propício, o projeto político de 1937 previa legitimar o Estado autoritário com o argumento de que as práticas liberais eram ineficientes, custosas e corruptas, com políticos interessados apenas em satisfazer suas ambições particulares. Portanto, o Estado Novo propôs um pacto direto com o povo. Como todo pacto, os dois elementos envolvidos teriam deveres a cumprir. O Estado como doador de benefícios sociais comprometer-se-ia a satisfazer as demandas do povo, que, por sua vez, retribuiria com gratidão e reconhecimento. O cumprimento de seus deveres por ambas as partes garantiria a harmonia social e o bem comum. Nessa relação entre o presidente e as classes populares, houve reconhecimento mútuo. Não se tratou de uma mera troca utilitária – leis trabalhistas por obediência política. Durante a prática cotidiana desse diálogo, forjou-se um conjunto de valores e crenças responsável pela personalização dos direitos sociais na figura do presidente Vargas. Sua

⁵⁹ Sobre o processo de construção da cidadania no Brasil, ver: GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Cidadania: dilemas e perspectivas na República Brasileira”. In: *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, v. 4, 1997.

⁶⁰ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* op. cit.

⁶¹ Sobre o papel da ideologia na manutenção da configuração política do Estado Novo, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Angela de Castro. Op. cit.

essência foi constituída por elementos simbólicos, sustentada pelo real reconhecimento pelo Estado de trabalhadores e populares, que em diversas oportunidades expressaram seu verdadeiro carinho pelo presidente.⁶² Uma relação de proximidade fundamentada na negociação entre desiguais. Todavia, mesmo não sendo entre iguais, o elemento mais fraco da relação não recebeu idéias passivamente.

Como estratégia de poder, a máquina propagandística estatal cumpriu uma função importantíssima na propagação do discurso trabalhista. No entanto, a propaganda política por si só, por mais eficaz e sofisticada que seja, não sustenta um mito político duradouro. É preciso que haja realizações, materiais e simbólicas, que afetem o cotidiano da sociedade. Nos anos 1930, essas realizações existiram e foram significativas. Conforme nos ensina Peter Burke, a mente das pessoas não são como uma folha de papel em branco, em que as elites escrevem o que quer.⁶³ Os trabalhadores possuíam uma visão de mundo correspondente aos seus valores, crenças e comportamentos – uma cultura. Portanto, as idéias que recebiam de cima eram apropriadas de acordo com seus critérios culturais e interesses. O contrário também ocorreu: para ser bem-sucedido, o discurso ideológico estatal se apropriou de idéias vindas de baixo, reconhecendo as demandas dos grupos populares. Identifica-se aí um forte intercâmbio entre a cultura dominante e a cultura popular, na medida em que a linha divisória entre elas é fluida e permite compartilhamentos de práticas sociais diversas. Nas palavras de Roger Chartier, “elas são, ao mesmo tempo, aculturadas e aculturantes”.⁶⁴

Atentando para a trajetória histórica de trabalhadores e populares, conclui-se que a experiência de vida e luta obtida deu origem a um conjunto de valores, idéias, normas e práticas sociais partilhadas por eles; elementos essenciais para se fazer escolhas políticas. Ao conjunto de elementos culturais motivadores de opções políticas dá-se o nome de cultura política.⁶⁵ Portanto, possuidores de uma cultura política, os setores populares foram agentes de sua própria história. Na iminência da queda do poder político do presidente e, por isso, temerosos em perder a cidadania social conquistada, não hesitaram em engrossar as fileiras do quererismo e pedir para que ele ficasse.

⁶² Sobre a construção do pacto entre Estado e trabalhadores, ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* op. cit.

⁶³ BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

⁶⁴ CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p.184.

⁶⁵ Sobre o conceito de cultura política, ver: BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In Riux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “História e Cultura. Definições, usos, genealogias”. In *Varia História*, n.28, Belo Horizonte, 2002; GOMES, Angela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda & GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino da História. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

2.3 - O PRIMEIRO GRANDE COMÍCIO

A partir de agosto, os comícios queremistas começaram a ser organizados e divulgados. Aquele que seria o primeiro, anunciado por ocasião da fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal, foi impedido pelo Chefe de Polícia João Alberto. O comício foi adiado em quatro dias, mas o veto continuou. Logo em seguida, funcionários da polícia do Rio de Janeiro retiraram faixas e cartazes de propaganda do comício que seria realizado em frente ao Teatro Municipal. Para se justificar, João Alberto alegou à imprensa que o movimento era inoportuno, considerando o firme propósito do presidente em não se candidatar nas eleições de dezembro. Indignados, os queremistas entraram com *habeas corpus* para que pudessem manifestar a candidatura Getúlio Vargas livremente. Na petição requerida à Justiça, o líder queremista Jayme Boa Vista recorreu à ordem legal para justificar o direito de manifestação do movimento:

“Há, pois, coação ilegal do direito do suplicante de reunir-se com seus correligionários em público comício, por lei permitido. O art. 108 da lei eleitoral dizendo expressadamente quando não são permitidos os comícios políticos, assegura a sua realização. Não podem os políticos profissionais e os elementos oficiais açambarcarem a atividade eleitoral. É preciso que a Justiça afirme a existência do Povo como força política.”⁶⁶

O conflito entre os queremistas e a polícia demonstrou o quanto os manifestantes estavam se excedendo aos olhos das elites. Curioso observar que em pleno processo de abertura, um movimento de aclamação ao presidente foi censurado por uma instituição do governo, o que refletia a fragilidade do poder de Vargas e a força do movimento queremista, que assustava os conservadores.

Apesar das fortes resistências, faixas e cartazes foram pregados na Capital Federal e o comício foi realizado no dia 14. Pressionado pelo momento de transição democrática, João Alberto recuou, afirmando que não poderia fazer exceção ao quererismo no que cerne ao direito de liberdade de expressão. Logo foi marcado para o dia 20 daquele mês um outro comício, o primeiro grande comício queremista.

Empenhados na divulgação e “instruídos nos modernos métodos de mobilização popular”⁶⁷, os queremistas promoveram uma grande campanha entre 15 e 18 de agosto, convocando a população a participar do grande comício do dia 20. Aproveitando o período de

⁶⁶ Petição publicada em: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1 e 2.

⁶⁷ Idem, 19 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 3.

fim de expediente de trabalhadores, os queremistas realizaram vários comícios relâmpagos próximos às estações de trens e ônibus, especialmente na Central do Brasil, na Praça Tiradentes e no Largo de São Francisco, os pontos mais movimentados da cidade, “o que lhes assegurou certa assistência”, reconhece um jornal oposicionista. Não somente o Rio de Janeiro preparava-se para o comício; as outras capitais do país também amanheceram cobertas de cartazes, faixas, boletins e retratos de Getúlio Vargas. Do alto dos edifícios ou de carros em movimento, os partidários da campanha pró- Getúlio Vargas atiravam folhetos verdes e cor-de-rosa sobre a cidade. Um dos cartazes expressava a inconformidade dos queremistas referente à decisão do presidente em negar sua candidatura:

“Neguem todos a obra do
PRESIDENTE VARGAS,
menos os trabalhadores!
Se Getúlio Vargas não é candidato, ele não poderá, entretanto,
recusar ao povo o direito de candidatá-lo.
O povo lança pois a sua candidatura!”⁶⁸

Recorrendo novamente à lei para reafirmar a legalidade da candidatura Vargas, Jayme Boa Vista destacou que a Constituição de 1937, ainda em vigor, não proibía a reeleição. A única exigência, presente no art. 81, era que o presidente fosse maior de 35 anos e de nacionalidade brasileira. Baseando-se nesse argumento, o líder queremista atacou o Código Eleitoral recém-decretado por membros do governo, acusando-o de inconstitucional devido ao estabelecimento da norma de desincompatibilização, cuja data limite foi fixada em 3 de setembro. Portanto, para ele, a candidatura de Getúlio Vargas era legal. Surpreendendo a imprensa com sua insistência, Boa Vista finalizou seu discurso declarando estar disposto a levar seu argumento ao Tribunal Eleitoral, e até mesmo ao Supremo Tribunal Federal. Para Boa Vista, a reivindicação pela candidatura Vargas estava em conformidade com a ordem jurídica e, o que era mais importante, possuía respaldo do povo, sobretudo dos setores sociais de baixa renda. Se democracia significava liberdade de escolha, eles também queriam usufruir desse direito concedido. E se a escolha deles era manter Getúlio Vargas no poder, que fossem atendidos. Queriam, ao menos, poder levar à disputa eleitoral o candidato por eles escolhido. Por ser a vontade popular, nem mesmo o próprio presidente poderia negá-la.

A propaganda era intensiva. Com recursos financeiros obtidos, os queremistas também compravam páginas de jornal para propagar sua campanha; afinal de contas, era difícil

⁶⁸ Idem, 17 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 3.

conseguir espaço na grande imprensa, praticamente toda anti-getulista.⁶⁹ Através de matérias pagas, divulgavam horário e data do comício e explicavam aos leitores a razão para o movimento, como foi o caso de um interessante boletim publicado e republicado durante alguns dias em *O Jornal*:

“Nós queremos Getúlio
 Porque Getúlio representa o bem do Brasil;
 Porque Getúlio fez de um país grande uma grande potência;
 Porque Getúlio soube dirigir e resguardar o Brasil na fase mais tormentosa que a humanidade passou;
 Porque Getúlio é um gênio político de que o Brasil se orgulha e o brasileiro se envaidece;
 Porque Getúlio é um homem do povo e porque Getúlio tem um bom coração;
 Porque Getúlio só tem compromissos com os homens que trabalham e por eles é estimado;
 Porque os políticos não gostam de Getúlio;
 Porque os gananciosos exploradores do povo e os homens do câmbio negro querem afastar Getúlio;
 Porque, antes de Getúlio, o trabalhador, o vagabundo e o criminoso se confundiam no mesmo caso de polícia;
 Porque Getúlio viu que o trabalhador tinha deveres e lhe deu direitos; tinha família e lhe deu assistência; tinha fome e lhe deu pão; estava doente e lhe deu hospital; que ficava velho e lhe deu aposentadoria; [...] que o trabalhador tinha filho e lhe deu escola; que o operário era homem e lhe deu a mão; enfim, Getúlio viu que o trabalhador era gente e lhe deu uma situação na sociedade.
 É por isso que
 Nós queremos Getúlio!”⁷⁰

Como uma poesia, as palavras acima expressam, com grande carga emotiva, idéias que sustentam a grandiosidade do prestígio de Vargas diante dos queremistas. Além de atribuir ao presidente a responsabilidade pelo crescimento econômico do Brasil, o escrito fez dele o herói da luta brasileira na “fase mais tormentosa que a humanidade passou” – a Segunda Guerra Mundial. O texto também expôs claramente a apropriação do discurso trabalhista pelos queremistas. O trabalhador, que antes era tratado como caso de polícia, passou a ser contemplado por políticas públicas de cunho social, como leis trabalhistas, educação e saúde. Para além das questões materiais, o texto corrobora a tese de Angela de Castro Gomes de que a lógica simbólica presidia as relações entre o povo e o presidente, baseada em sentimentos de

⁶⁹ No comércio de páginas de jornal, Assis Chateaubriand destacou-se como um grande empresário. Criou e dirigiu a maior cadeia de imprensa do país – os *Diários Associados* – da qual fazia parte o periódico *O Jornal*, utilizado nesta pesquisa como fonte histórica. Apesar de ser declaradamente a favor da candidatura de Eduardo Gomes, Chateaubriand, como um bom empreendedor, vendia páginas para o movimento queremista.

⁷⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 3.

solidariedade, gratidão e reconhecimento mútuo. Afinal de contas, o trabalhador foi reconhecido como gente e ainda ganhou “uma situação na sociedade”.

Assim como o previsto, o primeiro comício foi realizado no dia 20 de agosto, com grande estilo. Do Rio de Janeiro, foi propagado, em rede de rádio, para vários estados.⁷¹ Enquanto no Distrito Federal ocorria a trajetória queremista que, como um ritual, foi repetida nos demais encontros, em outras cidades também aconteceram manifestações simultâneas, seguindo um ritual parecido, simulando a trajetória da Capital Federal. Iniciou-se no Largo da Carioca, onde foram feitos os discursos, e depois a multidão seguiu em passeata para o Palácio da Guanabara com a finalidade de falar com o presidente e tentar convencê-lo a aceitar sua candidatura.

No Largo da Carioca, foi montado um palanque na encosta do morro Santo Antônio, em que foram instalados os microfones das emissoras de transmissão e os auto-falantes. Os oradores constados na lista oficial eram pessoas desconhecidas, dentre eles um jornalista, um marítimo, um estudante, uma mulher, um líder trabalhista, dois reservistas e um operário. Um dos fundadores do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas, Valdir Rodrigues, foi o primeiro a falar. Abriu seu discurso com a confiante declaração: “vinguem ou não vinguem os nossos propósitos políticos, há de ficar registrada na história brasileira como um verdadeiro marco da nossa evolução política.”⁷² De instante a instante, o orador gritava o slogan “Queremos Getúlio” e finalizou suas considerações afirmando entusiasticamente que o Comitê “não arredaria pé do seu propósito de continuar trabalhando no sentido de repelir a ousadia de quantos pretendem estancar a nossa vontade.”

Dentre outros oradores, destacou-se o discurso de Berenice Lamaison, falando em nome da mulher brasileira. O destaque de suas palavras foi o papel da mulher na sociedade e no processo democrático. Mas não deixou de exaltar Getúlio Vargas: “Conscientemente, não há no Brasil um único homem que desconheça as grandes qualidades morais e cívicas, de sentimento e de coração, de patriotismo e de dever, do presidente Getúlio Vargas.”

Ao fim das declarações, os queremistas dirigiram-se ao Palácio Guanabara a fim de falar com Getúlio Vargas. Já noite, a residência do presidente encontrava-se às escuras, mas foi iluminada com a chegada dos manifestantes, com cartazes e vivas prolongados. Foram recebidos no jardim pelo oficial de plantão, capitão aviador Carlos Alberto Lopes, que foi avisar o presidente sobre a presença dos queremistas. Depois de alguns momentos de espera,

⁷¹ O comício foi divulgado, em horários pagos pelos queremistas, pelas rádios Tupi e Tamoio, ambas pertencentes a rede de comunicação de Assis Chateaubriand. Foi transmitido também pelas estações de rádio Cruzeiro do Sul e rádio Clube do Brasil, adquiridas pelo empresário queremista Hugo Borghi.

⁷² *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1.

Getúlio Vargas chegou à varanda sob aplausos e ovações; agradeceu as homenagens, dizendo estar sempre pronto para servir ao povo. Após constatar a duração de 15 anos de seu governo, indagou aos queremistas se não tinha o direito de descansar. A resposta foi unânime: “Não! Não! V. excia. não pode nos abandonar.” O presidente respondeu dizendo que “não pretendia abandoná-los, mas apenas descer as escadas do Palácio para viver no meio do povo, de onde saíra e que, juntos, haviam de achar o caminho que os levaria à felicidade do Brasil.” Rejeitou mais uma vez sua candidatura. Provavelmente, ele tinha a consciência de que, sem o apoio das Forças Armadas, seria quase impossível assegurar sua permanência frente às pressões oposicionistas.

Logo após o término do comício, os queremistas dividiram-se em blocos e espalharam-se pelo centro da cidade, fazendo batucadas e festas. Faixas de propaganda foram transformadas em estandartes improvisados e, ao som de tamborins, tan-tans, reco-recos e surdos, cantavam em coro: “Nós queremos, oba... nós queremos, oba”. Outros preferiam: “Ge...gê...gê...túlio é de colher, só ele a gente quer.” Ainda em clima de euforia, entraram em redações de alguns jornais, rodando e saltando entre as mesas aos gritos de “queremos, queremos”. No *Diário de Notícias* e no *Diário Carioca*, foram advertidos pelos redatores lá presentes que se não parassem seria necessário recorrer a providências enérgicas. Assim, os queremistas retiraram-se gritando “queremos Getúlio”. Ao regressarem, houve tumulto em frente ao Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, onde os queremistas entraram em conflito com estudantes de Direito, adeptos da campanha udenista.

No dia seguinte, *O Jornal* noticiava o comício e, sempre que possível, minimizava sua afluência. Descreveu-o como uma manifestação “fria” e de “pequeno agrupamento”. Segundo a reportagem, dentre os poucos que assistiram ao comício, “a maioria era de curiosos, o que foi fácil perceber pelas centenas de pessoas que não batiam palmas nem demonstravam nenhum entusiasmo com as palavras dos oradores, limitando-se apenas a ouvir.” Seguindo o relato, afirmou-se que a chuva que caiu teria acabado com o pouco entusiasmo existente. Para reforçar a idéia de que o comício foi pouco espetacular, publicou-se, ao lado do texto, fotografias do local retratando a pouca quantidade de ouvintes. Contudo, eram fotografias tiradas durante o dia, enquanto o comício havia sido marcado para o cair da noite⁷³. Utilizando-se de palavras mais contundentes e agressivas, o *Correio da Manhã* chamou os queremistas de “tipos de ralé” e “turmas de cafajestes”, pertencentes a um “mal contagioso

⁷³ Idem.

que deveria ser erradicado.”⁷⁴ Assim reagia a oposição à presença das classes populares nas discussões políticas.

Em seu discurso da sacada do Palácio, Getúlio Vargas agradeceu, saudou, sorriu, negou sutilmente sua candidatura, mas não citou, nem sequer uma vez, o nome do candidato do governo. Apreensivo com o esvaziamento de sua campanha, o general Dutra reuniu-se com Góis Monteiro, então ministro da Guerra, e Agamenon Magalhães, ministro da Justiça na mesma noite do comício para discutir novas alternativas políticas. No dia seguinte, promoveram um almoço em sua homenagem e generais declararam apoio a ele. Na reunião, Góis Monteiro declarou que as Forças Armadas seriam o “sustentáculo das instituições que serão fundadas e da ordem que será mantida.”⁷⁵ Através dessa declaração, ficou claro a confluência de interesses entre dutristas e brigadeiristas, que já haviam apelado pela intervenção militar por se sentirem ameaçados.

Em clima cada vez mais tenso, as demonstrações de popularidade do presidente da República não paravam de ocorrer. Dois dias após o grande comício queremista, foi organizada uma recepção pública para o retorno, do *front* italiano, do segundo grupo de soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Estavam presentes figuras diretamente ligadas à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: o general Dutra, organizador da FEB, Góis Monteiro, ministro da Guerra, Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa, comandantes da campanha na Itália, e o chefe do Governo, Getúlio Vargas.

Considerados vitoriosos, os “pracinhas”, assim chamados, desfilaram ao longo da Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, sob aclamação de grande multidão, conforme aconteceu por ocasião da chegada do primeiro escalão de soldados. Tomadas por fortes emoções, mães, irmãs, esposas, noivas, parentes e amigos reconheciam seus entes queridos nos carros e nos pelotões, chamando-os e abraçando-os, atitudes que várias vezes foi motivo de interrupção do desfile. Os meios de comunicação exaltavam a democracia e a liberdade dos novos tempos, bem como a derrota dos regimes nazifascistas. No entanto, o que era para ser a festa da UDN, partido representante dos ideais liberais, foi um episódio frustrante para os adeptos da campanha de Eduardo Gomes.

Logo ao desembarcarem, os soldados não se cansaram em saudar e cumprimentar o presidente Vargas, como se fosse ele o grande herói-comandante da guerra. Enquanto a cúpula das Forças Armadas aderiu ao sistema liberal e, portanto, às demandas pelo fim do Estado Novo, os soldados honravam Getúlio Vargas. Em carro aberto, Vargas acompanhou o

⁷⁴ Citado por: CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op. cit., p. 118.

⁷⁵ Idem, p. 117.

desfile, acenando para a multidão. Quando acabou a trajetória comemorativa, a multidão que estava contida pelos cordões de isolamento aproximou-se do palanque oficial para aguardar a saída de Vargas. Naquele momento, um curioso incidente ocorreu. Na Cinelândia, um guarda pessoal do presidente deixou cair sua arma, um descuido suficiente para causar grande tumulto. Ouviu-se um grito ecoando no meio da multidão: “Querem matar o presidente!” Imediatamente, vinte e um homens puseram-se de prontidão, com arma na mão, preparados para reagir ao suposto atentado. Assustado, o autor do mal-entendido teve como única reação esconder-se no edifício Odeon, em frente ao antigo abrigo de bondes da praça Getúlio Vargas. Quando descobriram que lá estava escondido o “homem que tentara matar o sr. Getúlio Vargas”, a multidão reuniu-se no local gritando: “Lincha, lincha”. O diretor da Guarda Civil, Fernando Bastos Ribeiro, tentou esclarecer que não se tratava de atentado algum. Mas a população, irritada, não arredava o pé dali. Só desistiram de pegar o suposto assassino quando, depois de meia hora, foram avisados de que ele já havia saído pelos fundos do edifício.

Enquanto isso, os vivas a Getúlio continuavam. Depois de entrar no automóvel, o chefe do Governo foi aclamado e respondeu acenando com uma bandeirinha do Brasil. O carro presidencial foi acompanhado por populares, cujas mãos eram apertadas pelo presidente, até a Avenida Beira Mar. Embora sem o apoio dos “grandes homens”, Getúlio Vargas sustentava sua enorme popularidade entre “os de baixo”.

Mesmo depois de tanto constrangimento, os udenistas não desistiam. Em São Paulo, iniciaram uma mobilização anti-queremista, intitulada “Queremos Getúlio... em São Borja”, sua cidade natal. Distribuíram pela capital paulista, cartazes que utilizavam o próprio slogan do queremismo para combatê-lo:

“Nós queremos açúcar,
 Nós queremos carne,
 Nós queremos o fim do câmbio negro,
 Nós queremos vida barata,
 E, por isso, nós queremos
 GETÚLIO VARGAS em SÃO BORJA!”⁷⁶

As oposições liberais utilizavam o argumento contrário àquele descrito no texto queremista que explica o porquê do “Queremos”. Enquanto este atribui a Vargas as melhores condições de vida do povo desde que assumiu o poder, o texto liberal responsabiliza o presidente justamente pela péssima qualidade de vida. O que para os liberais foi

⁷⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 2.

insignificante, para os queremistas proporcionou grandes modificações em suas vidas. Democracia para eles era ter direitos sociais; ao passo que, para os liberais, o regime democrático somente se realizaria com os direitos políticos. Naquele momento de transição democrática, todos se declaravam democráticos; porém cada grupo social construía uma imagem própria de democracia de acordo com sua cultura política.

Com a preocupação de afirmar a imagem de uma suposta tradição liberal-democrática de São Paulo, o jornal da oposição declarou que o “Queremos Getúlio... em São Borja” demonstrou claramente “que os paulistas não se deixaram envolver pela campanha publicitária do ‘continuismo’, reagindo vigorosamente e de maneira a não deixar dúvidas sobre os seus seguimentos políticos, verdadeiramente democráticos e contrários à perpetuação do atual presidente da República no poder.”⁷⁷ Contraditoriamente, no dia seguinte, o mesmo jornal que afirmou a tradição democrática de São Paulo, publicou a seguinte manchete: “Os queremistas de São Paulo planejam a greve”. Segundo a reportagem, a greve seria um meio de “forçarem” Getúlio Vargas a aceitar sua própria sucessão. Mesmo resistindo, era impossível esconder o rápido alastramento do queremismo por todo país, inclusive em São Paulo.

Nesse estado brasileiro, a guerra política entre universitários e queremistas destacava-se. Nos últimos dias de agosto, os queremistas instalaram uma comissão na praça do Patriarca a fim de fazer propaganda do movimento e recolher assinaturas para um abaixo-assinado a ser enviado a Getúlio Vargas pedindo-lhe que ficasse na presidência da República. O documento dizia: “O povo que não decepcionou o seu governo pede e espera que Vossa Excelência não o decepcione, recusando a candidatura que espontaneamente lhe oferece.”⁷⁸ Até o último registro publicado, já haviam recolhido 35.000 assinaturas.

No dia 29, como era de praxe, houve grande troca de insultos entre estudantes partidários do “não queremos” e os queremistas, o que provocou a intervenção policial e a dispersão dos dois grupos. A polícia permaneceu de plantão no local em vista da ameaça de novos conflitos que não tardaram a acontecer. Os queremistas voltaram à atividade quando, momentos depois, estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo estabeleceram um posto ao lado deles. O propósito também era arrecadar assinaturas para um telegrama a ser enviado ao presidente. Mas o conteúdo da correspondência era diferente. Ironicamente, dizia-lhe que, reconhecendo “as inclinações democráticas de S. Excia., o povo lhe pedia que fosse descansar em São Borja e não se candidatasse a presidência.”⁷⁹ A polícia

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

⁷⁹ Idem, 30 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 2.

em vigilância abordou os estudantes, exigindo-lhes que se retirassem para outro local a fim de evitar novos distúrbios. Os acadêmicos, então, distanciaram-se em 30 metros do posto queremista aos gritos de “Queremos Getúlio em São Borja”, “Assinem o telegrama ao presidente para que saia”, “Nós queremos que o presidente não fique”. A seguir, iniciaram a coleta de assinaturas. Novamente a confusão se intensificou entre gritos de “morra” e “vivas” a Getúlio Vargas.

Por esse momento, os queremistas já estavam, em ritmo frenético, aumentando seus espaços nos jornais com propagandas, palavras de ordem, avisos, editoriais e, desde o dia 26 de agosto, telegramas enviados a Getúlio Vargas.

2.4 - QUEREMISMO E CULTURA POLÍTICA POPULAR

A prática de escrever correspondências ao presidente transformou-se em um eficiente meio de reivindicação do movimento queremista no ano de 1945. Milhares de telegramas foram encaminhados a Getúlio Vargas, solicitando-o a aceitação de sua candidatura para as eleições presidenciais que ocorreriam a 2 de dezembro daquele ano.⁸⁰ Como canal de divulgação do movimento, os queremistas compraram páginas inteiras do periódico *O Jornal* e publicaram esses telegramas a partir da última semana de agosto. O fato mostra que havia uma disponibilidade financeira concedida ao movimento por empresários interessados no continuísmo de Getúlio Vargas, arcando com os custos da propaganda em todo território nacional. A publicação das correspondências permite ao pesquisador constatar a existência de certa homogeneidade na cultura política dos trabalhadores no país, o que invalida a análise do queremismo como mera manobra de grupos dominantes. Nesses escritos, pessoas comuns tiveram a oportunidade de expressar sua escolha política, apontando para valores e padrões de comportamento proveniente de uma cultura política.

Do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí, Amapá, Pará, Amazonas, Mato Grosso, enfim, de norte a sul do país, foram recolhidos telegramas pelos comitês

⁸⁰ O historiador Jorge Ferreira procurou compreender a relação entre Estado e trabalhadores, durante o período de 1930 a 1945, a partir de correspondências escritas por este último ao presidente da República. Ao trabalhar com este tipo de fonte, o autor constatou que, apesar desta prática não ser novidade, o ato de escrever ao presidente passou a ser um eficiente meio de comunicação entre o Estado e a sociedade nas décadas de 1930 e 1940. Pretendo também trabalhar com correspondências; mas não as mesmas usadas por aquele historiador. No meu caso, utilizarei cartas publicadas nos jornais no ano de 1945, durante a crise do Estado Novo, a fim de compreender a escolha política de trabalhadores e populares em reivindicar a candidatura de Vargas. Ver: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

queremistas estaduais, os quais os repassavam para o Comitê do Distrito Federal e daí publicadas na imprensa. A grande variedade de endereços dos remetentes prova a mobilização em escala nacional. Os autores dos escritos às vezes identificavam sua profissão. As assinaturas ora vinham em grupo, ora individualmente. Alguns informavam o surgimento de novos comitês em suas cidades e a realização de comícios queremistas. Outros se preocupavam em explicar os benefícios da permanência de Vargas na presidência e os desastres que aconteceriam caso ele não aceitasse. Havia também aqueles que não economizavam palavras para elogiar e agradecer ao Chefe do governo. Outros ainda se limitavam a pedir – ou exigir – a candidatura Vargas, com avisos curtos e diretos. Porém, todos escreveram com o único propósito de fazer valer a demanda queremista, utilizando interessantes estratégias que merecem destaque.

Do Rio Grande do Sul, da cidade de Pelotas, escreveu Nelson Siqueira:

“Venho mui respeitosamente trazer a v. excia. meus sentimentos por saber que v. excia. não quer aceitar sua candidatura. Talvez haja motivo especial mas bem sei que nossa classe não há motivos que desgostasse de v. excia., pois os operários sabem e não querem voltar aos tempos antigos quando a bala e a pata de cavalo imperavam. Sou um homem do povo que vive trabalhando e sabe dar valor ao seu supremo chefe do Brasil. Que era o operário antes de 30? Escravo. Gloriosa a revolução de 30 que jamais será esquecida pelos operários que sabem dar valor ao nosso governo de v. excia. que sabe conduzir o Brasil para as grandes tradições do mundo. Soubestes fazer do Brasil uma nação respeitada pelo mundo. O operário não tinha senão casa para morar, rua para andar quando políticos não perseguiram; não tinha férias, estabilidade, seguro contra acidentes e nem instituto de previdência para ampará-lo. V. Excia. é o único homem que pode conduzir o Brasil a mais alta consagração do universo. Operários da Companhia de Fiação e Tecelagem de Pelotas guardam vosso nome bem dentro do coração. Viva o Brasil! Viva dr. Getúlio Vargas!”⁸¹

O telegrama acima comparou dois momentos distintos da experiência de vida do operário. A realidade antes de 1930 foi identificada por Nelson como um momento sem garantias sociais para o operariado e sem liberdade de andar nas ruas, quando “políticos” perseguiram-no e tratavam-no com “bala” e “pata de cavalo”. Até que a Revolução de 1930 retirou-os do estado de escravidão, concedendo-lhes vida digna.

Apropriando-se do discurso estatal, o autor recorreu ao passado anterior a Revolução de 1930 para legitimá-la. Nesse sentido, os motivos para a revolução, entendida como ruptura e início dos novos tempos, confundem-se com as críticas à situação vivida por ele sob a vigência da Primeira República. Diante do impacto provocado por essa mudança, Nelson

⁸¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1945, 1ª seção, p. 6.

Siqueira reconheceu em Getúlio Vargas o responsável por tantas vantagens obtidas. Portanto, a possibilidade da mudança política aberta em 1945 surgiu, para ele, como o temor da volta aos velhos tempos de violência e desamparo. Mesmo sabendo que o presidente poderia ter motivos especiais para não ficar, considerava tais motivos não mais importantes do que a vontade do povo de tê-lo como candidato. E terminou a correspondência com grande demonstração de carinho ao declarar que os operários “guardam vosso nome bem dentro do coração.”

Através de semelhante estratégia argumentativa, Manoel Marinho da Silva, da cidade de Óbidos, no estado do Amazonas, demonstrou sua indignação concernente ao silêncio de Vargas:

“Aí vêm eleições e o nome de V. Excia. continua em silêncio. Na Amazônia o povo não se conforma com esse silêncio. No coração de cada habitante V. Excia. ergueu uma estátua pelo mérito de vossas obras patrióticas e em reconhecimento, nos tugúrios de palha, nas casa de alvenaria, na cidade e no interior, vêem-se o pequenino e o grande retrato de V. Excia. O nome do eminente patrício amigo corre de boca em boca desde o palácio à choupana, desde a floresta á cidade lembrado para Presidente da República. O povo diz que desde D. Pedro I V. Excia foi o primeiro presidente que encontrou a chave e abriu as portas de nossa prosperidade e bem estar. Não é pecado dizer, sem diminuir os outros candidatos, que V. Excia. já foi posto a prova como homem, como brasileiro, como administrador , juiz e ainda como amigo dos vossos patrícios. Desiludidos com o sucessivo quadriênio da velha República, de resultados quase nulos, o povo não quer arriscar-se a um ‘poder ser’ ou solução de continuidade enquanto Dr. Getúlio Vargas viver. Isto é opinião geral daqui e minha. Não direi a V. Excia. que tenho dez, cem ou mil votos; V. Excia. não precisa de esgrima ou ginástica eleitoral. Direi apenas que meu voto, de minha mulher e de seis filhos pertencem a V. Excia. e ainda de mais quatro se não fossem crianças. Aqui termino pondo ao inteiro serviço de V. Excia. a minha humilde pessoa.”⁸²

Assim como o gaúcho Nelson, o amazonense Manoel expressou sua desilusão com a República implantada em 1889 e entendeu que se o autor das positivas transformações ainda se encontrava vivo, não havia o porquê da troca de presidente. Getúlio Vargas, para ele, era exemplo de homem e brasileiro, administrador e juiz, e, acima de tudo, amigo. Se estava dando certo com ele, pensava, por que se arriscar com outro? Bastava Vargas aceitar sua candidatura para que os benefícios fossem garantidos, pois com o resultado das eleições, não precisava se preocupar. Era vitória na certa.

Na concepção queremista, a vigência da política social implantada no início dos anos 1930 estava associada ao continuísmo do presidente. De Uberaba, Minas Gerais, assinou uma

⁸² Idem, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p.6.

comissão de nove integrantes uma correspondência que enfoca a personificação das leis trabalhistas na pessoa de Vargas:

“[...] considerando que brevemente serão realizadas as eleições para presidente da República, considerando que a política social trabalhista implantada no país pela Revolução de 30 deve ser mantida e ampliada, considerando que a garantia da continuação da política social reside na pessoa de v. excia., os trabalhadores, em geral, de Uberaba resolveram constituir-se em Partido Trabalhista Brasileiro, o qual solicita a v. excia. aceitar a candidatura à presidência da República.”⁸³

Os remetentes do telegrama mineiro depositaram em Vargas a expectativa não somente da manutenção, mas também da ampliação das leis sociais. Mostraram também que o PTB, naquele momento, era um partido dependente do prestígio do presidente. Portanto, integrar-se ao Partido Trabalhista significava adotar a candidatura de Getúlio Vargas, mesmo sem o seu aval. Aliás, para que o pacto sugerido pelo próprio Estado continuasse vigorando, Vargas teria que cumprir com o seu dever de satisfazer a vontade popular; como expressou um telegrama de São Paulo com 29 assinaturas: “V. Excia não pode deixar de cumprir o seu dever. Candidate-se para a felicidade da Nação.”⁸⁴ Outro, de Recife, escrito por Benedito Odorico de Freitas, referiu-se mais veementemente ao dever de Vargas. Ao invés da palavra “dever”, preferiu “obrigação”: “Vós estais na obrigação de atender a vontade do povo. E a vontade do povo é V. Excia. na Presidência da República.”⁸⁵

Muitas vezes, os remetentes chantageavam e pressionavam Vargas fazendo uso de seu próprio discurso político. Do Distrito Federal, 11 quemistas escreveram:

“Cordiais saudações. Afirmastes-nos em vosso discurso de 1 de maio do corrente ano que entregarias o poder àquele que representasse legítimas aspirações do povo. É, pois, a voz do povo que vos dirige esta menção: quando de vós ouvimos aquela celeberrima sentença, vibrou em nossa imaginação o homem que em 1930 despertava o gigante adormecido, colocando-o nas alturas. Desejaríamos provar à oposição e ao mundo, que sois o governo do povo, pelo povo e para o povo, se consentirdes em que seja sufragado nas urnas vosso nome. Enviando-vos este apelo temos certeza de que não nos decepcionareis, assim como jamais vos decepcionamos. Esperamos, portanto, manter nosso lema: Queremos Getúlio, porque somos conscientes. Queremos Getúlio porque exigimos justiça.”⁸⁶

Referindo-se às eleições, Vargas prometeu entregar o poder a um representante das aspirações populares. Ora, para os quemistas, esse representante seria o próprio autor dessas

⁸³ Idem, 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem, 2 de setembro de 1945, 1ª seção, p. 6.

palavras. Portanto, se não aceitasse sua candidatura, estaria se contradizendo e decepcionando o povo que, aliás, nunca o decepcionara. Levando o nome de Vargas às urnas, o povo estaria reconhecendo os benefícios concedidos pelo presidente e agradecendo, cumprindo, então, o seu dever no pacto. Porém, Vargas estaria demorando a cumprir o seu, o que deixava o povo apreensivo com a espera. Logo, insistiam: “Todos os brasileiros cumprem com seu dever, cumpra com o seu, candidate-se”,⁸⁷ escreveram 32 paulistas.

De Penedo, estado de Alagoas, um curioso telegrama, assinado por dez operários, além de pedir para que Vargas ficasse, expressava gratidão pelas obras empreendidas por ele durante seu governo:

“Nós, abaixo-assinados, levados pelo espírito patriótico, de operários em ações, de trabalhadores do Brasil, residentes nesta cidade de Penedo, Estado de Alagoas, reunidos e cumprindo um dever de gratidão, levamos ao reconhecimento de V. excia. que não encontramos nenhuma manifestação satisfatória nos operários desta terra no sentido de que seja a pessoa de V. excia. substituído no Governo. Contudo, desejamos à pessoa de V. excia. paz e prosperidade e, numa manifestação ansiosa, que seja V. excia. o dirigente do seu benemérito Governo. E aqui estamos ao lado de V. excia., não com espírito político, mas como operários unidos e que compreendem os grandes benefícios prestados por V. excia. em favor da pátria querida. Implorando a ordem e o progresso na continuação da grandiosa obra que vem imprimindo com seus esforços, desejamos que o Brasil seja mais cedo ou mais tarde o empório de todo o universo.”⁸⁸

Mais uma vez, é possível identificar a lógica do pacto, proposta pela abordagem de Angela de Castro Gomes. Segundo o discurso trabalhista, Getúlio Vargas concedeu leis ao trabalhador porque conhecia seu dever histórico de fazê-lo, a fim de manter a harmonia social. E como parte deste pacto, os atos de receber e retribuir seriam igualmente essenciais para o bom funcionamento desta relação.⁸⁹ Portanto, pode-se afirmar que os remetentes estariam, nas suas próprias palavras, “cumprindo um dever de gratidão” por tantos benefícios que receberam do presidente durante seu governo. Gratidão e reconhecimento, portanto, era a maneira de “retribuir” ao presidente os benefícios sociais. Naquele momento de dificuldade política para Vargas, estavam também retribuindo ao desejar “numa manifestação ansiosa, que seja V. excia. o dirigente do seu benemérito Governo”. Portanto, por se tratar da vontade popular, Vargas deveria se candidatar.

Por trás da proclamada vontade popular, estava o modelo de democracia reivindicado pelos queremistas. Para os opositores do Estado Novo e defensores do sistema liberal-

⁸⁷ Idem, 1 de setembro de 1945, 2ª seção, p.4.

⁸⁸ Idem, 28 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

⁸⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* op.cit.

democrático, não havia lógica em exigir uma democracia em que o ditador continuasse na presidência; sendo assim, só conseguiam entender o quererismo pela lógica da manipulação. Todavia, para os quereristas, a democracia era outra, produto da ampliação e da radicalização dos preceitos da democracia liberal.

De São Paulo, 30 pessoas assinaram: “Só ao povo cabe o direito de indicar seu presidente, e o povo quer Vossência”;⁹⁰ e de Recife, Romildo Souza escreve: “É o povo quem escolhe seus mandatários, não cabe nenhuma recusa aos escolhidos. E V. Ex. não pode e nem deve recusar um mandato que o povo lhe confere.”⁹¹ Estes e outros telegramas demonstraram que, para eles, a democracia só se realizaria em sua plenitude com a soberania popular. Desse modo, não bastava votar em nomes para a presidência de República, mas também, e sobretudo, permitir que o povo pudesse escolher os próprios candidatos para disputar as eleições. De Itabuna, na Bahia, um telegrama assinado por mais de 12 pessoas questionou: “Não compreendemos eleições livres sem podermos votar no nome de vossencia. Respeitosas saudações.”⁹²

Ao contrário do que diziam os liberais opositores, os quereristas não encontravam incompatibilidade no ato de aclamar Getúlio Vargas no momento de transição democrática. Acreditavam, inclusive, que seria ele o garantidor da verdadeira democracia: “Pela democracia, seja candidato a Presidência”⁹³, escreveram 27 pessoas da cidade de Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. Um longo telegrama vindo de Manaus também ratificou a associação entre Vargas e democracia através da criação de uma Frente Democrática Getúlio Vargas:

“Temos a honra de comunicar que ontem, na praça São Sebastião, perante numerosa assistência, a Frente Democrática Getúlio Vargas realizou o décimo oitavo comício de solidariedade ao Governo de Vossencia [...], sendo sempre o nome de Vossencia entusiasticamente aclamado pela multidão todas as vezes que os oradores o pronunciava. Esta Frente Democrática, autorizada pelas três mil quinhentas e doze pessoas que assinaram em Manaus o manifesto à Nação Brasileira, em 19 de abril do corrente ano, lançando a candidatura Presidencial de Vossencia ao sufrágio do eleitorado brasileiro, que faz um apelo patriótico a Vossencia para fazer o sacrifício de aceitar o registro dessa candidatura, de vez que nenhum outro candidato tem o apoio da maioria das forças eleitorais do país, nem satisfaz tanto às aspirações do povo e das classes trabalhadoras. Dr. Getulio Vargas, a quase unanimidade da população do Estado do Amazonas, no livre exercício dos seus princípios democráticos, diante do Altar da Pátria, faz uma prece cívica a Deus Onipotente, para que Vossencia consinta em ser candidato, pois isso resultará na tranqüilidade de todos os brasileiros e na

⁹⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

⁹¹ *Idem*, 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4.

⁹² *Idem*, 5 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.

⁹³ *Idem*, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

garantia da prosperidade da nossa amada e florescente Nação. Respeitosas saudações.”⁹⁴

Os representantes da Frente Democrática Getúlio Vargas fizeram questão de informar o presidente sobre o movimento democrático de Manaus que o escolhera como candidato. Em nome da democracia, queriam sua permanência na presidência. Enquanto que para as oposições a implantação da democracia significava retirar o ditador do cenário político, para os queremistas, a garantia da democracia era o continuísmo.

A popularidade de Vargas entre os integrantes do PSD também foi tema de alguns telegramas. Em várias cidades, diretórios pessedistas tornaram-se centros de apoio ao queremismo, fato que seus membros se orgulhavam de anunciar, como foi o caso do seguinte telegrama vindo de Irajá, na Bahia, e assinado por 12 pessoas: “O diretório do PSD em Irajá empenhado na campanha eleitoral apresenta solidariedade a v. excia. candidato nacional.”⁹⁵ Em outros casos, para se aderir ao queremismo, esvaziou-se o PSD com pedido de demissão coletiva, como ocorreu com o diretório pessedista em Ponta Grossa, no Paraná: “Levamos ao conhecimento de vossencia que o diretório municipal do Partido Social Democrático acaba de solicitar coletivamente a demissão de respectivos cargos em virtude ter sido fundado o Comitê Político Getúlio Vargas, sendo o nome de vossencia entusiasticamente aplaudido. Respeitosas saudações.”⁹⁶ Não por acaso esses fatos preocupavam Eurico Dutra. Até mesmo pedidos de retirada de sua candidatura foram feitos. Integrantes do PTB de São Luiz, no Maranhão, fizeram o seguinte apelo:

“O Partido Trabalhista Brasileiro pelo seu diretório estadual do Maranhão congregando cerca de 10 mil trabalhadores tem subida honra de comunicar ao grande brasileiro que seu maior e mais denotado querido amigo acaba de dirigir veementemente apelo ao general Eurico Gaspar Dutra [...] que retire esse grande soldado sua candidatura à presidência da República em favor de v. excia para que possam ter os trabalhadores do Brasil assegurada a concretização dos nossos mais sagrados ideais com a efetivação do programa do Partido Trabalhista Brasileiro. Agora dirigimo-nos a v. excia. certos de que o eminente amigo permitirá o lançamento da candidatura de v. excia. pelo Partido Trabalhista Brasileiro, em que alto posto vem ocupando para a felicidade dos trabalhadores de todos os recantos da Pátria estremecida. Convencidos de que mais uma vez virá v. excia. ao encontro das legítimas e patrióticas aspirações dos trabalhadores nacionais, reiteramos neste ensejo de segurança nossa irrestrita solidariedade e alta consideração de respeitosa estima.”⁹⁷

⁹⁴ Idem, 2 de setembro de 1945, 1ª seção, p. 6.

⁹⁵ Idem, 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4.

⁹⁶ Idem, 1 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.

⁹⁷ Idem.

Este mesmo apelo era também feito individualmente. De Divinópolis, em Minas Gerais, escreveu Oscar Rodrigues: “[...] a classe trabalhadora dirigirá ao ilustre ministro Eurico Dutra, como brasileiro que é, para retirar sua candidatura para evitar choque de idéias, sangue e lágrimas para os brasileiros.”⁹⁸ Para eles, a renúncia de Dutra à candidatura facilitaria a aceitação de Vargas para a disputa eleitoral. Além disso, rejeitavam claramente as candidaturas oficiais, como declarou Carlos Rossi, de São Paulo: “Os brasileiros não querem Dutra ou Gomes. Nós queremos Dr. Getúlio Vargas. Viva o Brasil!”⁹⁹ O telegrama demonstra que votar no presidente seria, para eles, a única solução, pois as campanhas de Dutra e Gomes eram tidas como uma imposição das elites. Portanto, diante da resistência de Vargas em se candidatar, os queremistas ameaçavam até mesmo votar em branco. Também de São Paulo, 11 trabalhadores assinaram o telegrama: “O Brasil na paz precisa ainda mais de V. Excia. do que na guerra, por isso votaremos em seu nome ou votaremos em branco.”¹⁰⁰ Ou, às vezes, preferiam nem sair de casa se não houvesse a opção de votar em Vargas: “Seja o nome de Vossa Excelência candidato, ou não sairei de minha residência [...]”¹⁰¹, afirmou o baiano Aginaldo Santos Marques.

Em muitas correspondências, o pedido a Vargas para se candidatar adquiria um caráter dramático. Da cidade de Campina Grande, na Paraíba, suplicou Cristino Suassuna: “Infeliz do Brasil se Vossencia deixar o governo. Podendo, não deixe de modo algum. O país precisa de vossa permanência.”¹⁰² Da cidade de São Paulo, 30 nomes reafirmavam o pacto entre o povo e o presidente: “Os trabalhadores só serão felizes com Getúlio e Getúlio só com os trabalhadores, portanto, candidate-se.”¹⁰³ Da mesma cidade, com 27 assinaturas: “O Brasil sem Vossencia a frente equivale a uma família sem chefe. Ampare os trabalhadores brasileiros, candidatando-se.”¹⁰⁴ Este último expressou, mais uma vez, o sucesso do projeto político estatal. A simbologia da família era frequentemente utilizada pela propaganda estatal para se referir à sociedade como um ente harmônico, em que ele como pai teria o dever de amparar e proteger seus filhos – o povo. Todavia, é preciso relativizar o poder da propaganda política. Conforme afirmou Roger Chartier, “a força com a qual os modelos culturais impõem sentido não anula o espaço próprio da sua recepção, que pode ser resistente, matreira ou

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

¹⁰⁰ Idem, 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4.

¹⁰¹ Idem, 5 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.

¹⁰² Idem, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

¹⁰³ Idem, 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4.

¹⁰⁴ Idem, 26 de agosto de 1945, 3ª seção, p. 8.

rebelde”,¹⁰⁵ ou seja, há uma determinada distância entre a intenção de se impor algo e a recepção desta mesma imposição. Nesse sentido, o discurso estatal foi apropriado e reformulado pelos quemistas de acordo com seus padrões culturais, com o intuito de defender sua escolha política e seus interesses sociais.

Naquele momento de tanta disputa política e dificuldades econômicas, Vargas era considerado o único capaz de garantir seus interesses. Da cidade de Itaboraí, no Rio de Janeiro, Archimedes de Andrade, questiona:

“Peço vênha V. Excia. falar com franqueza. Por que não se candidatou à Presidência? Por ventura V. Excia. ignora que o povo brasileiro está firme e intransigente ao seu lado? Como pretende nos deixar sem proteção o maior brasileiro vivo? Um passo a frente e não ficaremos privados de Getúlio Vargas. Uma porção de olhos agouzeiros estão arregalados sobre nós; só V. Excia. nos salvará. Vamos à frente e a demagogia dos macedos, zeaméricos, aranhas e toda essa cáfila de ratos de barriga branca que estoure no inferno. O povo quer Getúlio Vargas e pronto. Fique, V. Excia. com o Brasil que é estar com o povo que adora seu Getúlio.”¹⁰⁶

No telegrama, o autor pressionava o presidente com o argumento de que o povo necessitaria de sua proteção contra os “olhos agouzeiros”. Getúlio Vargas seria “aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más”,¹⁰⁷ isto é, o único capaz de defender o povo das ambições dos políticos corruptos, como revelou outro telegrama: “Ferroviários S.P.R. São Paulo apelam para o patriotismo de v. excia candidatando-se a presidência da República para salvar o Brasil das garras da política carcomida evitando a desgraça do povo brasileiro.”¹⁰⁸

O mito do Salvador destacou-se como uma poderosa força de mobilização política em 1945, momento decisivo para a política brasileira. O apelo à imagem do Salvador geralmente era expresso sob os termos guia, redentor, chefe, dentre outros, como no telegrama enviado da capital paulista e assinado por 27 pessoas: “Nosso guia, nosso chefe, nosso amigo não nos desampare. Tem que ser nosso candidato”,¹⁰⁹ ou, também da mesma cidade: “Da candidatura de Vossencia depende o sossego da Nação e o bem estar dos trabalhadores. Queremos Vossencia para nos guiar.”¹¹⁰

¹⁰⁵ CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 182.

¹⁰⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

¹⁰⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 17.

¹⁰⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1945, 3ª seção, p. 8.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem, 28 de agosto de 1945, 1ª seção, p.6.

Segundo Mircea Eliade, o mito é entendido como modelo exemplar e uma percepção sagrada do mundo. Embora a sociedade moderna se queira dessacralizada, o comportamento humano ainda carrega consigo valores religiosos. O mito político, nesse sentido, é construído em torno de elementos sagrados, exemplo digno de ser seguido. A sacralidade do mito político, à qual se refere Eliade, apareceu com força na correspondência escrita por Ricardo Lopes de Azevedo, da cidade de Aracajú, Sergipe. Nota-se que algumas expressões como *salvação*, *Providência*, *consagrando* e *aureolado* fazem parte de um universo religioso; no entanto, foram utilizadas em um apelo político:

“Permita-me V. Excia., na qualidade de brasileiro amante do progresso de minha terra, manifesto meu mais íntimo sentimento de sufragar o nome de V. Excia. ao cargo de Presidente República, a fim de não interromper a extraordinária obra administrativa do seu fecundo governo que tanto tem engrandecido moral e materialmente este Brasil. Sou dos que pensam que a salvação do país está na continuação do governo de V. Excia. esperando que a Providência oriente os homens do Brasil no sentido de que sua política se exerça consagrando nas urnas o aureolado nome de V. Excia. Trabalhador desta cidade, ponho-me, em companhia dos meus filhos e alguns amigos ao serviço de V. Excia. consciente de que estou cumprindo meu dever de brasileiro independente.”¹¹¹

Na tentativa de buscar explicações rápidas para esse fenômeno social, ainda há aqueles que afirmam ser o mito Vargas resultado da poderosa propaganda política que introduziu na cabeça das pessoas a imagem de Vargas como seu salvador. No entanto, atribuir à propaganda política estatal uma absoluta eficiência em construir um mito forte e duradouro consiste em análise simplista. Trabalhadores e populares, como sujeitos históricos, foram capazes de refletir acerca de sua realidade, compreendendo Getúlio Vargas a partir de suas necessidades materiais e simbólicas. Ademais, a ignorância que as oposições tanto atribuíam aos quemistas era utilizada por estes últimos para caracterizar os que atacavam Vargas. Da cidade de Dores Indaiá, em Minas Gerais, Bernardo Costa declarou: “Se os ignorantes vos negarem, os sábios vos afirmarão.”¹¹² Aqueles que apoiavam a candidatura Vargas não se consideravam ingênuos. Pelo contrário, ingenuidade, para eles, seria acreditar na oposição. Assim foi expresso num telegrama enviado, de Belém, no Pará, por um grupo de operários representantes de vários tipos de indústrias:

“Nesta hora em que a nacionalidade requer todos os seus filhos em absoluta coesão em torno do governo da Nação a fim de vencermos as forças negativas que se

¹¹¹ Idem, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

¹¹² Idem, 2 de setembro de 1945, 1ª seção, p. 6.

articularam para estabelecer confusão no país, procurando combater com todos os meios um regime que deu ao Brasil a posse de si mesmo. Trabalhadores deste estado vêm por este meio reafirmar a V. Excia. sua integral solidariedade esperando sua voz de comando supremo para formar ao lado do clarividente construtor. Seríamos demasiados ingênuos para acreditar na pregação facciosa de certos elementos inclusive antigos líderes integralistas infiltrados no seio da chamada oposição unificada. Respeitosas saudações.”¹¹³

Percebe-se que os telegramas escritos pelos adeptos do “Queremos Getúlio” apresentavam uma certa semelhança em seus argumentos, sugerindo a existência de uma cultura política popular. Todas as estratégias utilizadas apontavam para o mesmo objetivo: convencer Getúlio Vargas a aceitar sua candidatura, pois somente ele poderia, segundo a concepção quemista, assegurar as leis trabalhistas. Vários telegramas curtos apontavam diretamente para a demanda quemista. “Unicamente vossencia poderá garantir continuidade da legislação trabalhista”; “Trabalhadores brasileiros precisam de Vossencia para terem seus direitos como até então assegurados” ou “O operariado nacional quer que vossencia continue no mandato para ver assegurados seus direitos de gozar regalias que vossencia lhes doou” são alguns deles.

Mostravam-se gratos pela concretização das leis trabalhistas, ofereciam solidariedade e apoio à candidatura Vargas, defendiam o presidente dos ataques das oposições, mas não se conformavam com sua decisão de não ser candidato. Da cidade de Viríssima de Mattos, no Rio Grande do Sul, Miguel dos Santos e sua esposa Conceição dos Santos escreveram:

“Com viva satisfação dirigimos a vossa senhoria estas humildes linhas saudando-vos com sincero respeito e fazendo votos que V. Excia. continue sendo sempre nosso ilustre presidente que há tanto nos governa, apesar de vossas palavras que achamos num jornal que deseja habitar na fazenda de São Borja. Será melhor para o senhor, e nós como iremos ficar? Sou um pobre trabalhador lutando na construção estrada ferro, habitando centro das matas de Bento Gonçalves, deste inóspito lugar vos dirijo implorando a Deus para que V. Excia. continue os seus nobres poderes não esquecendo deste casal de velhos que manda fotografia para o senhor conhecer. Desculpe se fomos importunos. Assinamos respeitosamente. Miguel dos Santos e Conceição dos Santos.”¹¹⁴

Nota-se na correspondência acima uma aparente contradição. O remetente reconheceu e denunciou sua difícil condição de vida e de trabalho, porém, ao mesmo tempo, expressou uma sincera admiração pelo chefe do governo. Miguel não considerava incoerente essas duas

¹¹³ Idem, 1 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.

¹¹⁴ Idem, 31 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

proposições; isto é, para ele, saudar o presidente não significava conformismo. Ciente de sua situação social, Miguel e Conceição escolheram insistir na candidatura de Getúlio Vargas porque reconheciam nela a possibilidade de serem valorizados em termos políticos e sociais. Além disso, ainda demonstrou certa relação de amizade com o presidente. Considerando Vargas um amigo, Miguel e Conceição dos Santos enviaram para ele uma fotografia para que pudesse conhecê-los.

O sentimento de proximidade entre os grupos populares e o presidente muitas vezes era expresso pelos remetentes. Um dos mais significativos foi o telegrama enviado pelo operário Francisco de Paula Moreira, da cidade de Caeté, em Minas Gerais:

“Participo v. excia. que acaba de nascer meu décimo filho que se chamará Getúlio. Aproveito o ensejo para agradecer v. excia. os benefícios que recebo do governo. Que Deus desça do Céu e deixe v. excia. no poder para a felicidade de todo povo brasileiro. Operários brasileiros unidos só iremos às urnas eleger v. excia.- Um operário agradecido.”¹¹⁵

Antonio Benedito Lopes Ribeiro, morador da cidade de Paraisópolis, em Minas Gerais, não hesitou em revelar sua emoção ao testemunhar, em um comício queremista, a multidão exaltando o nome de Getúlio Vargas: “Estou ouvindo comício em prol da vossa candidatura. Rolam-me pelas faces lágrimas de emoção, pois vejo assim a imortalização do maior vulto da América do Sul. Felicitações.”¹¹⁶ Estas palavras carregam um conteúdo emocional, o que permite ao historiador caracterizar a relação entre o Estado, representado por Vargas, e os populares como algo para além da lógica material e utilitária. Sabe-se que “apenas aqueles que vivem o mito na adesão de sua fé, no impulso de seu coração e no empenho de sua sensibilidade se encontrariam em condições de exprimir sua realidade profunda.”¹¹⁷ Entretanto, mesmo reconhecendo os limites da análise histórica, cabe ao historiador perseguir com convicção a compreensão da realidade social. Os telegramas pedindo a permanência de Vargas no poder em plena crise da ditadura estadonovista oferecem importantes indícios ao pesquisador que pretende compreender a motivação do apoio a Vargas por parte dos trabalhadores e populares.

Para além destes, foram escritos milhares de telegramas a Vargas por ocasião da transição democrática em 1945. As pessoas escreviam porque reconheciam, nesta prática, um

¹¹⁵ Idem, 2 de setembro de 1945, 1ª seção, p. 6.

¹¹⁶ Idem, 28 de agosto de 1945, 1ª seção, p. 6.

¹¹⁷ GIRARDET, Raoul. Op. cit., p. 23.

eficiente meio de comunicação com o presidente. Empresário, trabalhadores, comissões e associações, donas de casa, ex-precinhas, profissionais liberais, estudantes, enfim, pessoas de diversos grupos sociais clamavam pela continuidade de Vargas no poder. Às vezes com intenções diferentes, mas com a mesma sinceridade de querer votar em Getúlio Vargas. Esta constatação fez do quererismo um movimento heterogêneo. Porém, o destaque é, sem dúvida, das classes populares, que viram em Vargas a única possibilidade de garantir seus direitos sociais, sobretudo trabalhistas, na ordem política vindoura. Logo, através de agradecimento ou indignação, solicitavam, pediam e exigiam: “Exigimos a vossa candidatura”,¹¹⁸ escreveu Tunei Lassi, da cidade de São Paulo.

A cultura política construída a partir da experiência de vida dos grupos populares e da relação estabelecida com o presidente da República permitiu a vinculação dos direitos sociais a Getúlio Vargas. Reconhecendo em Vargas a qualidade de doador da cidadania social, os trabalhadores temeram perdê-la no momento em que o poder do ditador estava sendo ameaçado. Sendo assim, encontraram na proposta quererista a possibilidade de assegurar as leis trabalhistas. Portanto, o lema “Queremos Getúlio com ou sem Constituinte” traduzia o mecanismo de associação da figura de um indivíduo à cidadania social.

¹¹⁸ Idem, 26 de agosto de 1945, 3ª seção, p. 8.

CAPÍTULO 3

“CONSTITUINTE COM GETÚLIO”

“O quererismo é uma realidade espontânea da alma popular brasileira. Consentir essa manifestação da massa é fazer democracia e manter bem alto o sentimento de liberdade”¹¹⁹

3.1 - O PCB NO QUEREMISMO

A agitação popular nas ruas assustava aqueles que primeiro propuseram a abertura do regime – os liberais udenistas – desejosos de realizar a democratização pelo alto e sem participação popular. Porém, a esse grupo de temerosos juntavam-se também os pessedistas fiéis à candidatura de Dutra. Reagiam furiosamente, mas não conseguiam frear a engrenagem do quererismo. Como já se não bastasse para os conservadores o incontestável poder de mobilização do movimento, uma notícia devastadora veio, cinco dias antes do primeiro grande comício quererista, intensificar a fúria de brigadeiristas e dutristas: o líder comunista Luís Carlos Prestes declarou apoio a Vargas. A união das personalidades políticas mais populares no cenário de 1945 levou os conservadores da UDN e do PSD a ficarem seriamente preocupados, aproximando cada vez mais suas propostas de solução para a crise política.

Em 1943, membros do Partido Comunista do Brasil (PCB)¹²⁰ decidiram nomear Luís Carlos Prestes, ainda preso, como secretário-geral, o que contribuiu, dada a sua grande popularidade, para a retirada do partido de certo isolamento político. No contexto de rearticulação das forças liberais, o PCB vinha, aos poucos, voltando à cena política e beneficiando-se dos sinais de democratização proclamados no mundo ocidental e anunciados pelo governo brasileiro. O ano de 1945 ratificou esse processo: em abril, decretou-se a lei da anistia, libertando presos políticos e permitindo o retorno de exilados; e, no mês seguinte, a liberdade de organização partidária, inclusive para o PCB. Estavam abertas as portas para as atuações políticas comunistas.

Para os que apostaram no incremento das bases de oposição ao governo com o retorno do PCB, enganaram-se. Mesmo antes de ser contemplado com a liberdade, o líder comunista já havia se posicionado politicamente, endereçando ao chefe do governo uma mensagem de

¹¹⁹ *O Radical*. Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1945, p.2

¹²⁰ Naquela época, o Partido Comunista denominava-se Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB. Mais tarde, passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla.

congratulações e saudações. Surpresas, as oposições não hesitaram em utilizar este fato como mais um argumento de combate ao governo. Tendo em vista que, no discurso liberal da época, autoritarismo era considerado uma prática inerente ao comunismo, o telegrama pareceu às oposições liberais mais uma evidência de que as intenções democratizantes de Vargas eram falsas – idéia que logo se manifestou na imprensa:

“A nação Brasil fica assim sabendo do que se está passando, na sala de espera de um presídio, entre o chefe do governo e o chefe dos rebeldes. Sob o olhar malicioso e sagaz dum chefe político cético, para a salvação dum regime fascista em falência aberta, que se pintará de vermelho pela metade e se rotulará de democrático.”¹²¹

As críticas não se dirigiram somente a Vargas; Prestes não ficou isento a elas, principalmente porque na ordem política proposta pelos liberal-democratas não havia espaço para idéias comunistas. Politiqueiro, interesseiro e traidor do povo eram adjetivos desqualificadores atribuídos a Prestes, suspeito de estar afagando o sonho de ser primeiro-ministro, assim como o marechal Stalin. Portanto, para os liberais, a troca dissimulada estava sendo arquitetada e cada um deles – o ditador fascista e o líder comunista – queria fazer do outro o seu instrumento: o primeiro, tentando “mudar de tábua de salvação”; o segundo, “encontrar o seu trampolim”.¹²²

A decisão de Prestes em apoiar Vargas foi, na época e por muito tempo, incompreendida, acarretando polêmicas e dissidências, inclusive dentro do PCB. Significou renegar o passado o ato de prestigiar aquele que o reprimiu e lhe tirou a liberdade? Ou sua atitude foi coerente com seus interesses políticos e com a conjuntura de 1945? Julgar um sujeito histórico sem, ao menos, tentar compreender suas escolhas acaba por comprometer o trabalho do próprio historiador. É limitada a análise que atribui à trajetória comunista uma série de erros e traições com relação aos trabalhadores sem tentar entender os motivos que a levou para determinado caminho. Por conseguinte, o pesquisador que se propõe a mergulhar na complexidade do contexto de 1945 precisa estar atento para as questões políticas que estavam em jogo.

Externamente, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial determinou um peculiar rearranjo no quadro das alianças políticas. Contra o inimigo comum, o nazifascismo, os comunistas aliaram-se aos países ocidentais. Sendo assim, ao escolher o lado norte-americano, o governo brasileiro estaria se aliando também à União Soviética, que, por sua

¹²¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, p.4.

¹²² Idem.

vez, recomendou a adoção da diretriz de “ordem e tranquilidade”. A partir dela, Stalin orientou os partidos comunistas a apoiarem os governos de seus respectivos países, caso estes se associassem aos Aliados na guerra. Seguindo a preconização soviética, Prestes, como líder do PCB, adotou a política de “união nacional”¹²³, lançando-se em aliança com Getúlio Vargas. No entanto, conforme afirma Arnaldo Spindel, “tentar reduzir a lógica da atuação comunista, numa conjuntura da importância e complexidade desta em questão, a uma diretriz ditada do exterior, é bem pouco plausível”.¹²⁴ Por mais que o PCB tenha utilizado o discurso da “união nacional”, é necessário considerar a lógica interna, o que não se trata de menosprezar a influência do comunismo internacional, mas de entender que “a atuação de um partido deve ser entendida, por um lado, a partir da ligação que estabelece com a classe que quer representar e, por outro, levando em consideração as determinações do sistema político que o engloba.”¹²⁵

Era um momento de disputas e indefinições acerca do processo de transição democrática; e, analisando-o profundamente, bem como as condições do PCB no cenário político, observa-se que Prestes optou pela aliança com Vargas por pensar que este era o caminho viável para a aproximação do PCB com o grupo social que o partido pretendia representar e para a sua legitimação frente às demais forças políticas vigentes. Após uma longa experiência de clandestinidade e repressão, sobretudo a partir de 1935, o PCB encontrava-se, dez anos depois, defasado quanto à vinculação política e ideológica com os trabalhadores, atraídos pelo movimento queremista. Diante dessa evidência histórica, Prestes, após ser anistiado, saiu às ruas, ratificando seu posicionamento expresso no telegrama enviado a Vargas enquanto estava encarcerado.

A 23 de maio, foi realizado o primeiro comício do PCB depois de sua legalização. No estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, Luís Carlos Prestes falou diante de 50 mil pessoas, as quais gritavam seu nome e o prestigiavam. Em seu discurso, divulgou a nova linha ideológica do partido, cujo conteúdo procurava transmitir a idéia de que o PCB era uma instituição partidária “não só do proletariado como de todo o nosso povo”.¹²⁶ Objetivando a legitimação, Prestes pretendia incrementar as fileiras do Partido Comunista, transformando-o

¹²³ Sobre a política de “união nacional”, ver: RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: dirigentes e organização”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, tomo III, v. 3; SEGATTO, José Antônio. “PCB: a questão nacional e a democracia”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹²⁴ SPINDEL, Arnaldo. Op.cit., p. 22.

¹²⁵ Idem, p. 23.

¹²⁶ Trecho do discurso de Prestes no comício de 23 de maio de 1945. PRESTES, Luís Carlos. *União Nacional para a Democracia e o Progresso*. Publicado em: www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.

em um partido de massa, ou seja, não apenas representante dos operários, mas também de vários outros grupos sociais, sobretudo da chamada pequena burguesia, identificada com a imagem do “Cavaleiro da Esperança”, herói do movimento tenentista. Declarou publicamente que

“antes da guerra, nós, comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador.”¹²⁷

O carisma de Prestes começou a ser construído a partir de seus feitos na liderança da coluna militar tenentista na década de 1920. No imaginário popular, Prestes aparecia como o militar corajoso e persistente na luta pelos seus ideais; qualidades que mereciam, no mínimo, respeito. Mas foi a partir do processo de transição democrática que a imagem do “Cavaleiro da Esperança” adquiriu um novo *status*, principalmente depois de assumir a secretária-geral do PCB. Militantes e dirigentes investiram no culto a Prestes, transformando-o no líder insuspeitável e insubstituível. Conforme afirma Jorge Ferreira, “os feitos de Prestes na coluna e na insurreição de 1935, delineando a imagem do herói, e os anos que passou nos cárceres do Estado Novo longe da mulher e da filha, transformando o herói em mártir, permitiram que, após 1945, sua imagem exercesse um grande carisma popular”.¹²⁸ Ao lado de Getúlio Vargas, Prestes tornou-se uma personalidade política com significativa popularidade. Portanto, a aliança política entre o “Cavaleiro da Esperança” e o “Pai dos Pobres”, aos olhos dos conservadores, era por demais ameaçadora devido à capacidade de ambos de atizar os ânimos populares.

Além do telegrama de saudações e do comício de 23 de maio, em que Prestes elogiou Vargas por suas medidas de abertura do regime, outro episódio fortaleceu ainda mais esta aproximação. Em junho, Vargas assinou um decreto “antitruste”, organizando uma comissão destinada a desapropriar empresas cujos negócios estivessem prejudicando os interesses nacionais. Chamada pelos opositores de “Lei Malaia”, o decreto tinha o objetivo de proibir a prática de monopólios. O ato causou indignação nos udenistas, mas empolgou os comunistas seguidores de Prestes, solidificando seu apoio ao governo. Segundo Leôncio Basbaum,

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EdUFF, 2002, p. 252.

membro do PCB, o apoio de Prestes a Vargas não era apenas fruto de um interesse de que seu partido ocupasse um lugar no cenário político; ele realmente

“acreditava que todas as conquistas obtidas, a anistia, a legalidade, o reconhecimento da URSS, etc., eram obra pessoal de Getúlio. Sua retirada (do governo) antes das eleições seria a anulação completa de todas estas conquistas, inclusive poderia levar ao próprio assassinato dele Prestes, que estaria sendo tramado entre os grupos mais reacionários das Forças Armadas.”¹²⁹

Cinco dias antes do primeiro grande comício queremista, foi divulgado um outro telegrama enviado a Vargas e assinado por Prestes, informando que o Partido Comunista, após uma reunião do comitê nacional, “reafirma o seu apoio e aplausos às medidas efetivas de conteúdo democrático adotadas pelo governo, principalmente a partir do início deste ano.”¹³⁰ Na mesma correspondência, reclamou a revogação do Ato Constitucional nº 9 e a eleição de uma Constituinte antes das eleições presidenciais. Lançava-se o lema “Constituinte com Getúlio”. No mesmo mês, a participação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) passou a se destacar no âmbito das mobilizações populares. Era uma organização comunista, criada em abril, com o intuito de promover uma campanha de sindicalização em massa, introduzir comunistas em posições de liderança dentro da estrutura sindical vigente e apoiar Getúlio Vargas; e logo passou a incorporar-se às manifestações queremistas.

A proposta de Luís Carlos Prestes causou grande impacto na imprensa. A UDN declarou não mais se surpreender com as tentativas continuístas de Vargas, agora buscando a parceria de Prestes para o insidioso golpe. Protestos vieram de variados círculos políticos os quais temiam que o processo democrático regredisse do ponto de vista liberal e se distanciasse dos seus objetivos.

O ano de 1945 correspondeu a um período de grande atuação política do PCB, com significativa importância na transição para a democracia. No entanto, apesar da declarada aliança com Vargas, integrantes do Ministério do Trabalho preocupavam-se em negar a aproximação da Pasta com os comunistas, ainda condenados, de certa forma, pela imagem de revolucionários. Além das diferenças ideológicas, o comprometimento com eles alimentaria as críticas das oposições. O secretário do Departamento Nacional do Trabalho¹³¹, José de Segadas Viana, anos mais tarde, declarou em entrevista: “Eu nunca senti um envolvimento real dos comunistas com os queremistas. É que os comunistas são muito habilidosos, são

¹²⁹ Citado em: SPINDEL, Arnaldo. Op.cit., p. 54 e 55.

¹³⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1945, 1ª seção, p.3.

¹³¹ O Departamento Nacional do Trabalho era um dos mais influentes setores do Ministério do Trabalho.

muito hábeis. Então, eles procuraram se aproximar, mas nunca se aproximaram.”¹³² Ainda na mesma entrevista, relatou, ironicamente, o diálogo que estabeleceu com Prestes naquela época. Disse que, certa vez, o ministro Marcondes Filho recebera um recado de que Prestes pretendia manter contato. A pedido do ministro, Segadas Viana foi ao encontro do líder comunista, que, segundo o entrevistado, era inteligentíssimo, porém superestimara o seu poder. Detalhando a conversa, Viana contou:

“Porque ele me disse: ‘Eu estava disposto a dar todo o apoio ao governo, mas eu quero o Ministério do Trabalho’. Eu ainda perguntei: ‘Para quem, coronel?’ Ele disse: ‘Para mim.’ Então, cheguei no Ministério do Trabalho e disse: ‘Ô ministro, o senhor está demitido, hein!’ Ele disse: ‘Por quê?’ ‘Porque o Prestes só faz acordo com o Ministério do Trabalho.’ O Marcondes riu muito, levou isso ao presidente, e o presidente era um homem inteligente o bastante para não entregar o Ministério do Trabalho ao Prestes.”¹³³

Apesar das tentativas de subestimar a participação comunista, as fontes históricas evidenciam o grande papel que os comunistas tiveram no processo de radicalização e evolução do queremismo. Além da participação ativa no movimento pela continuação de Vargas no poder, foi de autoria dos comunistas a idéia da “Constituinte com Getúlio”, que, em determinado momento, foi adotado pelos líderes queremistas e progressivamente alastrado pelo movimento. A partir daí, os queremistas passaram a se comprometer de fato com o regime democrático.

3.2 - O “DIA DO FICO”

O segundo grande comício estava marcado para o dia 30 de agosto. Em páginas compradas, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas anunciava: “O povo carioca está convidado a comparecer amanhã, às 17:30, no Largo da Carioca, para tomar parte no comício monstro e participar da ‘marcha luminosa’ rumo ao Palácio Guanabara. O comício será irradiado para todo o Brasil. Nós queremos Getúlio com ou sem Constituinte!”¹³⁴

Os dias que precederam este evento foram momentos de grande agitação provocada por sentimentos aflorados. De um lado, ira e medo confundiam-se. Na grande imprensa, os discursos anti-ditatoriais de Spruille Braden, embaixador americano na Argentina, eram estampados com ênfase. As notícias vindas do exterior também não eram nada animadoras

¹³² José de Segadas Viana. (depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1983, p. 302.

¹³³ Idem, p. 193 e 194.

¹³⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1945, 1ª seção, p.2.

para os conservadores. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista, que estava no poder, anunciou a nacionalização de indústrias e bancos. Na Argentina, as forças peronistas manifestavam contra a possibilidade de afastamento político de Perón, que, na época, era vice-presidente e ministro do Trabalho do presidente Farrel. O general Alcio Souto, que mais tarde exerceu significativo papel na deposição de Vargas, advertiu contra o perigo comunista. Os chefes de polícia do Rio de Janeiro e de São Paulo reuniram-se com Agamenon Magalhães para alertá-lo quanto às prováveis desordens públicas. As “classes produtoras”, preocupadas com a proximidade da data marcada para a vigência da “Lei Malaia”, ameaçavam abandonar os conselhos dos órgãos governamentais caso o decreto não se ajustasse a seus interesses. Os udenistas, incansáveis, continuavam a investir seus esforços contra o queremismo.¹³⁵ Em uma seção especial do *Correio da Manhã*, recorreram a conceitos biológicos para explicar o movimento:

“É um simples fenômeno de simbiose. [...] ‘Simbiose ou mutualismo é uma associação íntima entre duas ou mais espécies, da qual todos tiram proveito’. É uma das formas do parasitismo. [...] Os queremistas, em geral, não são movidos por nenhum ideal generoso e nobilitante. O que lhes move, nessa estúpida teimosia com que se opõem à reintegração democrática do país, é o mesquinho interesse, o imprudente egoísmo de conservar uma situação que tudo lhes deu ou que ainda tudo lhes pode dar, como prêmio de uma sobrevivência que a egolatria de ditador tem tomado à conta de fidelidade e veneração. O mais comum defeito dessa gente é a absoluta ausência de bom senso.”¹³⁶

No entanto, no outro lado das forças políticas brasileiras, os sentimentos eram outros: ansiedade e expectativa pairavam sobre os queremistas; afinal, faltavam apenas 4 dias para o prazo final que a lei eleitoral concedera para as desincompatibilizações. Enquanto brigadeiristas e dutristas dinamizavam suas atividades de campanha, os queremistas, com apoio aberto do PTB e dos comunistas, preparavam-se para o comício do dia 30, intitulado sugestivamente “O dia do fico”. Ademais, especulava-se na imprensa que, caso ficasse impossibilitada a candidatura de Vargas, o PTB lançaria o seu nome no dia 5 de setembro, portanto, dois dias após o prazo.

O “dia do fico” seguiu os mesmos passos do comício precedente, porém, com maior pompa. Pela lente da grande imprensa, os queremistas esforçaram-se para que o comício parecesse um acontecimento de excepcional relevância capaz de alterar o curso da situação

¹³⁵ CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.112 e 125.

¹³⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1945, p. 6.

política e insistiam em continuar com “sua obra perturbadora”,¹³⁷ apesar de seus “contínuos e inevitáveis fracassos”. Contudo, o periódico varguista *O Radical* apresentava notícias diferentes, dizendo que tentar esconder o sucesso e o brilhantismo do comício seria um esforço inútil, “para o qual a mais tendenciosa propaganda não conseguiria a menor probabilidade de êxito.”¹³⁸

Às cinco da tarde, chegava um caminhão ao Largo da Carioca, transportando painéis e cartazes, com letreiros do tipo “Queremos Getúlio, o amigo do trabalhador”; “Queremos Getúlio, que nos deu aposentadoria” e, considerado pelas oposições um “convite à subversão da ordem”, o lema “Queremos Getúlio com ou sem Constituinte”. Antes da hora marcada, a multidão já se reunia naquele logradouro. Estimou-se que mais de 20 mil pessoas compareceram ao evento, embora as reportagens tentassem subestimá-lo afirmando que o locutor apelava aos transeuntes, os quais “um ou outro parava, para prosseguir logo depois.”

139

Durante os discursos, toda vez que o nome do Chefe do governo era pronunciado, o seguinte estribilho era cantado: “Ge-tú-lio, Ge-tú-lio, Ge-tú-lio! Outras vezes, gritavam: “Queremos Getúlio!”. Ao atacar os chamados “políticos profissionais” e elogiar largamente Getúlio Vargas, os oradores tiveram que pausar o discurso, interrompido por fortes aplausos. Entre eles, o que mais se destacou foi o líder quemista Hugo Borghi, cujas eloqüentes palavras divulgaram uma nova proposta do movimento para solucionar a crise política.

Borghi abriu o discurso discorrendo ironicamente acerca do fato dos quemistas deixarem de ser “ilustres desconhecidos” para serem conhecidos, como “párias, os assalariados, a escória da sociedade, os palhaços, os réprobos”, enfim, como os denominavam os jornais da oposição. Lamentou as críticas a Getúlio Vargas, que, segundo o orador, eram demolidoras e não construtivas; mas certificou que o povo sentia-se honrado em poder dividir essa carga com o Chefe da nação, “pois ela é a mais evidente demonstração que o presidente sempre esteve com o seu povo e que o seu povo sempre esteve com ele”.¹⁴⁰ Em seguida, acusou os políticos adeptos das duas candidaturas oficiais de transgredir “os princípios fundamentais da democracia” e coibir “o povo de escolher o seu próprio candidato.” Por fim, propôs o seguinte: “a única solução, digna, certa, pacífica e democrática que nos resta para a

¹³⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1.

¹³⁸ *O Radical*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, p.1.

¹³⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1. Esse periódico contou a presença de apenas 2.500 pessoas no comício.

¹⁴⁰ Idem, 1 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

questão da sucessão presidencial, consiste em eleições para a Câmara Constituinte, ao invés de eleições diretas para a Presidência da República.”

O lema do queremismo até então era “Nós queremos Getúlio com ou sem Constituinte”. Porém, no “dia do fico”, Hugo Borghi inseriu no debate político do “Queremos” uma questão nova para o movimento, porém, não inédita; afinal, já havia sido formulada por Luís Carlos Prestes. Adotando a proposta dos comunistas, o líder quememista anunciou a defesa da eleição de uma Constituinte com Vargas na presidência. A proposição “Constituinte com Getúlio” afirmar-se-ia nos dias seguintes até a queda do presidente em outubro. A declaração criou um mal-estar nos udenistas, tendo em vista que a demanda por uma Constituinte fazia parte de sua pauta de reivindicação desde o início do ano. Confusos quanto à maneira de atacar a nova proposta quememista sem contrariar sua validade democrática, os liberais passaram a criticá-la com o argumento de que, se aceita, seria manipulada por Vargas.

O comício foi irradiado para todo o país e também para o estrangeiro por meio de uma cadeia de emissoras constituída de 64 rádio-difusoras. Após o término dos discursos, iniciou-se a chamada “marcha luminosa”, um desfile que seguiu pelas ruas e bairros Senador Dantas, Passeio, Lapa, Catete, Pedro Américo, Bento Lisboa, Praça Duque de Caxias, Laranjeiras e Pinheiro Machado. Durante o trajeto, outros grupos juntaram-se à manifestação e, ao chegar à praça Paris, ainda havia movimentação no Largo da Carioca, fato que demonstrou a presença de um grande volume de pessoas.¹⁴¹

Cerca de oito e meia da noite, chegaram os quememistas ao Palácio da Guanabara e, aos gritos de “Getúlio! Getúlio! Nós queremos Getúlio!”, exigiam a presença do presidente, que, por sua vez, despontou ao topo da escadaria sob uma salva de palmas. Assim como no primeiro comício, Getúlio Vargas falou à multidão, agradecendo a manifestação. E prosseguiu em discurso improvisado:

“É que eu compreendo o significado desta manifestação. Ela constitui uma reação do povo contra as injúrias dos gazeteiros; contra aqueles que cegos pelas paixões políticas, procuram pela injúria e pela facécia, amesquinhar a pessoa do chefe da Nação. A resposta foi esta: o protesto do povo! [...] Estou vingado, porque nenhuma outra vingança desejaria ter.”¹⁴²

Essas palavras alimentaram suspeitas de que o discurso do presidente fora preparado e ensaiado previamente, como uma peça teatral, tendo em vista que, durante o comício no

¹⁴¹ *O Radical*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, p.1.

¹⁴² *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1.

Largo da Carioca, os queremistas estamparam em uma tabuleta a frase “Não querem Getúlio os gazeteiros”, antecipando, portanto, um dos tópicos principais do discurso presidencial. Desconfiada, a grande imprensa questionava se o fato teria sido mera coincidência.¹⁴³

Sustentando sua decisão, declarada no comício anterior, Getúlio Vargas continuou o discurso declarando ser um homem que se aproximava do fim de suas atividades públicas e que não tinha outro desejo senão o de recolher-se à tranquilidade do lar. E concluiu referindo-se às eleições:

“Está traçado o caminho das urnas. [...] Portanto, é preciso que os cidadãos se alistem para votar. A arma do cidadão é o voto depositado nas urnas. Deste modo, ele fará pesar a sua vontade. Mas o voto consciente, não o voto de cabresto dos cabos eleitorais.” [...] Eu quero apenas presidir a essas eleições, para que o povo brasileiro escolha livremente o seu representante. Representantes que serão os mandatários de suas aspirações e os obreiros da grandeza do Brasil.”¹⁴⁴

Mesmo inconformada, a multidão continuou ovacionando o presidente e dispersou-se, deixando o Palácio Guanabara. Ainda acreditavam na possibilidade de Vargas mudar de idéia, candidatando-se. Porém, o prazo final passou e ele não se desincompatibilizou. Apesar da frustração, os queremistas não se desarticularam; ao contrário, mantiveram as atividades em ritmo frenético, preparando-se para um outro comício, a ser realizado em 3 de outubro. Indubitavelmente, muitos ainda apostavam na candidatura de Vargas.

Assim como os partidários do queremismo, os adversários também não acreditavam no afastamento político do presidente. Visto que, em 1937, Vargas comprometera-se com o calendário eleitoral e, mesmo assim, articulara o golpe, as oposições supuseram que ele tentaria repetir a história. Entretanto, a conjuntura era outra em 1945; a democracia liberal ganhara prestígio externa e internamente, tornando inviável um golpe nos mesmos moldes.¹⁴⁵ Além disso, Vargas já não contava mais com o apoio da alta oficialidade das Forças Armadas. Restava-lhe somente a fidelidade dos queremistas.

No mês de setembro, estouraram na imprensa rumores de mudanças no quadro político. Dentre eles, o que mais se destacou foi o boato de que o general Dutra renunciaria à candidatura. A notícia parecia bastante provável, visto que, com a invasão queremista no PSD, os partidários da campanha de Dutra já eram minoria dentro de seu próprio partido. Tentando reagir, os dutristas marcaram um comício para o dia 29 de setembro, em São Paulo.

¹⁴³ Idem, 1 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 1.

¹⁴⁴ Idem, 31 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 1.

¹⁴⁵ CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.129.

Naquele mesmo dia, a cidade amanheceu repleta de cartazes, dizendo “O nosso comício não é este; é o do dia 3”, referindo-se ao comício queremista marcado para o dia 3 de outubro.¹⁴⁶

Por um tempo, os membros da UDN supuseram que Vargas pretendia enfraquecer a candidatura de Eduardo Gomes em prol de Eurico Dutra, pois não conheciam a crise que assolava o PSD. Mas logo perceberam que seu maior inimigo continuava a ser Getúlio, apoiado na base queremista, reforçando ainda mais a aproximação dos dois partidos. Não eram apenas as supostas manobras continuístas de Vargas nos bastidores que os assustavam, mas a intensa mobilização popular nas ruas contra suas candidaturas. Já dizia Segadas Viana que a expectativa da permanência de Vargas no governo era grande, “porque a candidatura do Brigadeiro não tinha sensibilizado a massa, e depois, porque o marechal Dutra, por sua vez, ele tinha conseguido dessensibilizar as massas.” Certa vez, contou ele num tom cômico, o ministro Marcondes pediu-o que organizasse uma recepção para o general Dutra; afinal sua candidatura representava o governo. O local escolhido foi a Federação dos Rodoviários, onde ele lotou de trabalhadores. Chegando à reunião, Dutra discursou aos presentes, citando figuras expressivas da história militar brasileira, como Caxias e Deodoro, mas “não falou uma vez a palavra ‘trabalhador’, nem uma única vez. Então, quando acabou a manifestação, o Marcondes bateu palma, o Carvalhal bateu palma e ninguém, nem eu, esqueci, ninguém bateu palma.”¹⁴⁷ Um episódio parecido aconteceu com Eduardo Gomes. Por intermédio de Carlos Lacerda, ele pediu ao procurador da Justiça do Trabalho, Dorval Lacerda, que reunisse um grupo de trabalhadores do cais no Ministério da Aeronáutica para conversar com eles. Lá compareceram cerca de 13 dirigentes sindicais, que tiveram que esperar por meia hora, explicou Viana. Quando o brigadeiro Gomes chegou, com aquele ar solene e formal, Dorval apresentou-lhe: “Brigadeiro, aqui são os presidentes das federações”. O candidato simplesmente abaixou a cabeça e respondeu: “Muito prazer” e não estendeu a mão para ninguém. Após o discurso feito por um dos trabalhadores, ele disse “Muito obrigado” e entrou no gabinete. Viana concluiu seu relato afirmando que os trabalhadores saíram de lá odiando o brigadeiro.

Indubitavelmente, a palavra “trabalhador” aparecia muito mais nos pronunciamentos do presidente Vargas do que naqueles feitos pelos candidatos oficiais.

¹⁴⁶ Idem, p. 137.

¹⁴⁷ José de Segadas Viana. (depoimento). Op. cit., p. 164 e 165.

3.3 - A HISTÓRIA DO BRASIL CONTADA PELOS QUEREMISTAS

Durante os meses de sua existência, o movimento queremista mostrou-se bastante dinâmico, evoluindo e adquirindo maiores proporções. Surgiu como reações às críticas de Vargas; foi crescendo em número de adeptos dia após dia; passou a ter um núcleo, que lhe conferiu maior centralização e organização; realizou grandes comícios; pediu e exigiu a candidatura de Vargas. Porém, o presidente entendeu que o ambiente político não era propício à sua permanência. Diante dessa decisão e das ações combativas das oposições, o queremismo mudou de tática, elaborando melhor o seu projeto político em consonância com o processo democrático – visto como inevitável. O slogan “Constituinte com Getúlio” trouxe um novo significado e um novo objetivo para o movimento.

A princípio, a demanda fundamental era manter Getúlio Vargas no poder de qualquer jeito, com ou sem Constituinte. Os trabalhadores e populares reconheceram no “Queremos Getúlio” a solução para os seus problemas em 1945. A lembrança que possuíam do período liberal anterior à chegada de Vargas à presidência estava associada a exclusão política, exploração social, repressão policial contra os trabalhadores, descaso, enfim, um mundo sem garantias e proteção ao mundo do trabalho. Com Vargas, eles conquistaram a cidadania social e aprenderam a viver e lidar com suas vantagens. Mas o contexto da democratização de 1945 anunciava a volta ao regime liberal e representativo, ativando-lhes a memória. Voltariam à estaca zero quanto à conquista dos direitos sociais? A saída de Vargas do poder anularia os benefícios adquiridos? Não queriam correr riscos. Projetando no presidente a única possibilidade de garantir as leis sociais, reuniram-se em torno do movimento “Queremos Getúlio”. Contudo, no decorrer dos acontecimentos, os líderes queremistas perceberam a inevitabilidade da democracia naquela conjuntura e decidiram trabalhar com termos e fundamentos próprios desse sistema. Substituíram, então, o simples “Queremos Getúlio” por um lema melhor elaborado. Antes, personificavam a política na pessoa de Getúlio, agora, reconheceram a necessidade de institucionalizá-la com a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte.¹⁴⁸ A idéia era garantir a cidadania social na lei e não mais depender da contingência de governos e presidentes. Porém, a presença de Vargas ainda era indispensável: exigia-se que a Constituição fosse elaborada antes das eleições para que Vargas, no poder, pudesse controlar o processo de transição e garantir a inclusão das leis sociais na nova Carta.

¹⁴⁸ FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores ‘querem’: política e cidadania na transição democrática de 1945.” In: *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

A idéia estava lançada. No entanto, era necessário um trabalho de divulgação. As bases do movimento ainda não conheciam os mecanismos e instrumentos da democracia política longe dos currais eleitorais característicos da Primeira República. Por conseguinte, para mobilizar a população em torno da nova causa, os líderes queremistas empenharam-se em convencê-la da necessidade de se lutar por uma Constituinte. Por meio de termos simples, pequenos editoriais explicavam ao leitor conceitos como democracia, direitos, cidadania, assembléia constituinte, entre outros. Através de palavras de ordem e avisos, tentavam aproximar os queremistas desse vocabulário. Dentre esses esforços, oito textos, publicados durante o mês de setembro, destacaram-se pela precisão e simplicidade das palavras. O Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas comprou páginas do periódico *O Jornal* e publicou a série, intitulada “Através da História, um povo marcha para a liberdade”, cujos textos pretendiam reinterpretar a história do Brasil a partir da necessidade, em conjunturas diversas, de Assembléias Constituintes. Cada um deles estava encarregado de apresentar um episódio da história do Brasil.

Dividida em oito partes, a história contada pelos queremistas é etapista e evolutiva no que se refere à luta do povo por seus direitos. O marco inicial seria a Inconfidência Mineira. De acordo com o primeiro texto, chamado “A causa da liberdade vence a Primeira Batalha”, foi a partir desse movimento que o povo mostrou-se desejoso em obter direitos políticos e liberdade. Como um agente ávido, pressionou cada vez mais o governo, até que foi necessário proclamar a Independência. Entretanto, no Reinado de D. Pedro I, o povo ainda se encontrava insatisfeito, pois a Constituição de 1824 fora outorgada pelo Imperador. Almejava-se, então, uma Constituição votada por uma assembléia livremente eleita. Diante da pressão popular, D. Pedro tivera que renunciar, dando início ao período regencial. Nessa nova etapa da história do Brasil, o povo, incansável, forçou a criação do Ato Adicional, cuja função seria modificar a Constituição, conferindo uma maior solidez aos direitos políticos do povo. E, finalmente, no Segundo Império, o governo reconheceu diversos direitos políticos do cidadão, entrando em comum acordo com a vontade popular rumo ao progresso. O trecho final retomou as discussões de 1945, constatando que, naquele momento, novas gerações lutavam por novos direitos. Porém, essas novas gerações estavam representando o mesmo povo que continuava, “através da história, a sua marcha para a liberdade, a sua organização numa verdadeira Democracia”. E, para atender as reivindicações políticas do momento, o povo pedia uma Assembléia Constituinte, capaz de expressar a legítima vontade popular. O texto terminou

convocando: “Povo brasileiro: marchemos para a Democracia, marchemos para a Constituinte – garantia suprema dos direitos do povo! Para a Constituinte, com Getúlio Vargas!”.¹⁴⁹

Em “A Abolição da Escravatura”, o segundo texto, o movimento abolicionista foi apresentado como um fenômeno sem precedentes, descrito como “uma corrente impetuosa que nada mais pode deter”, a qual mobilizara a nação inteira para a sua causa. Além das célebres figuras, tais como José do Patrocínio, André Rebouças, Rui Barbosa e Castro Alves, os próprios senhores de engenho não poderiam deixar de ouvir o clamor do povo que pedia a libertação imediata da escravatura. Sendo assim, incrivelmente foram dominados pela justiça daquela causa, esquecendo seus interesses e alforriando seus escravos. Marchando para o futuro, o povo conquistara a vitória com a assinatura da Lei Áurea. “Era a quebra definitiva dos grilhões... a volta à luz de milhões de criaturas humanas... o fim do martírio, o começo de uma nova vida!” A questão desse tema era mostrar à população que o movimento abolicionista atingira grandes dimensões, assim como o quererismo, na luta histórica pelo direito de ser livre. Alguns obstáculos, portanto, foram superados; porém, para completar o processo, faltaria ser atendida a demanda popular do momento. Justificava-se aí a necessidade de uma Constituinte em 1945 para que a conquista da liberdade fosse concretizada.¹⁵⁰

No terceiro texto, “A Democracia dá o seu primeiro passo”, a crise do Segundo Império foi vista como consequência da incapacidade do governo de resolver os problemas econômicos e sociais, decorrentes do próprio desenvolvimento do país. Após a abolição da escravidão, a nobreza perdera sua força econômica e o Império chegara ao fim. Novamente o povo brasileiro entrara em cena, agora em 1891, para elaborar a primeira Constituição da República “que introduziu profundas modificações na vida política nacional, distribuindo eqüitativamente os direitos do cidadão, limitando os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.” Iniciava-se aí o segundo período de progresso, que duraria mais de duas décadas. Ouvindo as aspirações do povo, a democracia dava o seu primeiro passo. E, no final do texto, a crise política do Segundo reinado foi comparada à crise política de 1945, quando a Constituição vigente já não era mais compatível com a conjuntura. Portanto, mais uma vez, justificava-se o caráter indispensável de uma Constituinte naquele momento.¹⁵¹

Intitulado “A Proclamação da República”, o quarto texto trata especificamente desse episódio, cuja idéia “era como um rio subterrâneo que solapava aos poucos o terreno sobre o qual o Trono parecia apoiar-se firmemente.” Mas, conforme afirma os escritos do texto

¹⁴⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

¹⁵⁰ *Idem*, 18 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

¹⁵¹ *Idem*, 19 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 5.

anterior, o golpe de misericórdia viria com o fim da escravidão. Esse ato sepultara, de uma vez por todas, as forças do Império, tornando-o incapaz de superar a crise, o que significava não mais corresponder aos anseios de progresso do povo. E com a questão militar, o governo imperial assinara sua própria sentença de morte. Revoltados com a censura drástica que lhes fora imposta, as tropas militares, comandadas por Deodoro da Fonseca, proclamaram a República “entre as frenéticas aclamações do povo”. Assim como em 1889, o país precisava tomar uma importante decisão em 1945 e, sendo assim, o povo brasileiro, fiel às suas tradições, tomou as rédeas do seu próprio destino. Mas, diferentemente do Império, o governo vigente estava atento às demandas da época e, portanto, soube mudar de rumo a tempo e orientar a nação pelos caminhos da democracia.¹⁵²

“O povo brasileiro impõe a sua vontade!” é o título do quinto texto, que explica o desandar da República. Diz os escritos que os parlamentares estavam pensando somente nos seus problemas pessoais, em detrimento dos “reais interesses da coletividade”. Mais uma vez, o povo protestara e saíra às ruas exigindo os seus direitos. Mas o governo não cedeu e tratou os movimentos populares com hostilidade. Juntos, unidos sob um só desejo, os integrantes da nação depositaram todas as suas forças na Revolução de 1930 e, finalmente, conseguiram levar ao governo homens que estavam afinados com as necessidades da coletividade. Prova disto foi a Constituição de 1934, elaborada por representantes do povo, livremente eleitos. Nesta Carta, foram introduzidas as modificações necessárias, em conformidade com a situação política e social da época. Novamente o povo vencera, impondo a sua vontade.¹⁵³

Como o intuito desses textos era mostrar a “evolução” da democracia e provar a necessidade de uma Constituinte com Getúlio no ano de 1945, o golpe de 1937 e a implantação da ditadura estado-novista teriam que ser justificados de alguma forma. No sexto texto, intitulado “O Povo pede a Assembléia Constituinte”, o período de hipertrofia do Executivo é visto como um tempo de transição necessário, a fim de anular as dissidências partidárias agravadas após a Carta de 1937 e dar ao país uma estrutura político-administrativa mais enérgica, capaz de superar os obstáculos que ainda existiam no caminho para “a verdadeira Democracia”. Portanto, o povo compreendera a sua necessidade, aceitando-a e entrando em acordo com o governo. Resolvido os problemas relacionados às ambições partidárias, o mesmo governo que criou o Estado de 1937, consciente das exigências da época, anulou os atos de restrição à liberdade e voltou a considerar a vontade popular como soberania dos destinos da pátria. E o mesmo povo que aceitara a Constituição outorgada,

¹⁵² Idem, 20 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

¹⁵³ Idem, 21 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

estava, em 1945, exigindo uma nova Carta, elaborada por seus legítimos representantes e em sintonia com os princípios políticos da época. Havia, naquele momento, a certeza de que o governo, por sua sensatez, concordaria com a vontade popular.¹⁵⁴

O sétimo texto propõe-se a demonstrar e exaltar a “gloriosa” participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. “O Povo comparece à Guerra Européia!” revelou que, com o desenvolvimento econômico e social, o Brasil integrou-se ao grupo das grandes nações e, como tal, foi atingido pela guerra. O terrível ataque dos nazistas aos navios mercantes brasileiros causara uma intensa reação popular; protestos e desejo de vingança vieram de todas as regiões do país. Atendendo à vontade popular, o governo declarou guerra ao Eixo. O esforço não viria apenas daqueles que, integrando a Força Expedicionária, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, se dirigiram ao campo de batalha. Os que ficaram empenharam-se no aumento da produção destinada ao abastecimento das tropas. Devido à grande mobilização popular, o Brasil conquistou a tão “suada” vitória militar ao lado dos Aliados. Entretanto, afirmam os líderes queremistas, a batalha não terminara. “Militarmente, ela findou em Monte Castelo. Porém, politicamente, no que diz respeito às verdadeiras aspirações de liberdade, há ainda resíduos que precisam ser destruídos, para que formemos uma Democracia popular.” Portanto, para vencer a batalha política, faltava, em 1945, uma Assembléia Constituinte, que fosse capaz de inserir os direitos do povo na nova Constituição.¹⁵⁵

Por fim, o oitavo texto, “A causa democrática exige: Assembléia Constituinte”, encerrou a seqüência, enfatizando a experiência do povo adquirida durante a longa marcha através da história. Segundo o texto, os direitos do povo basearam-se em quatro Constituições, sendo duas livremente elaboradas e duas outorgadas pelo Executivo. E, no decorrer do processo de luta, o povo aprendeu que “muito mais valem as reais garantias da Lei do que a promessa ou o desejo dos homens”; ou seja, os direitos conquistados só poderiam ser garantidos se estivessem escritos em uma Constituição, elaborada por uma Constituinte livremente eleita. Para os queremistas, esta era a última etapa e a única solução. O texto termina convocando a população a comparecer ao próximo comício:

“O Brasil está convocado para a maior reunião em praça pública de toda a sua história no gigantesco Comício Nacional Pró-Constituinte com Getúlio Vargas a realizar-se a 3 de outubro às 17:30, no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas capitais dos Estados, nos municípios, vilas e onde quer que se reúnam brasileiros a fim de que o povo, pela voz de seus oradores, reafirme a sua vontade soberana: convocação imediata de uma

¹⁵⁴ Idem, 22 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

¹⁵⁵ Idem, 23 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

Assembléia Constituinte com Getúlio Vargas – como o único caminho para a Democracia, Liberdade, Ordem e Progresso!”¹⁵⁶

A série demonstrava a mudança estratégica do movimento queremista, que consistia no comprometimento com o regime democrático. São textos pedagógicos com o objetivo último de mobilizar a população na luta pela democracia, mas uma democracia que pudesse garantir os direitos sociais já conquistados, e não aquela excludente, experimentada antes de 1930. Para ensinar a população, buscaram na história do Brasil elementos que pudessem justificar o tempo presente, ressignificando o passado de acordo com seus interesses do momento. Além disso, os autores utilizaram-se não somente de recursos da escrita simples, mas também de iconografias, em que aparece o povo participando e reivindicando em cada momento histórico. Abaixo das figuras, uma recomendação bastante didática: “Recorte e guarde. Nos quadros seguintes e nos anteriores você terá toda a história política do Brasil.”

Os textos pretendiam propagar a idéia de que o povo sempre reivindicou os seus direitos, já tendo em mente a busca por uma democracia plena. Seria uma espécie de processo evolutivo de instauração da democracia popular, em que o protagonista das principais modificações políticas, econômicas e sociais seria o “povo”. Portanto, destaca Jorge Ferreira, num momento em que a História, como disciplina acadêmica, privilegiava os grandes feitos dos grandes homens, os queremistas elegeram o “povo” como agente da história.¹⁵⁷

Naquele ano de 1945, os líderes queremistas perceberam a irreversibilidade do processo de transição para a democracia política e sentiram a necessidade de lidar com os direitos políticos, bem como ensiná-los à população. Observando as estratégias utilizadas nos textos para convencer a população da necessidade de uma Constituinte antes das eleições, muitos acusaram os líderes queremistas de manipular os trabalhadores e populares no sentido de fazê-los lutar por uma demanda de um governo caduco, e não deles. Essa concepção, inerente ao conceito de populismo, impede a compreensão da importância e da grandeza do queremismo. O lema “Constituinte com Getúlio” foi adotado, em larga escala, pelas bases do movimento porque traduzia suas demandas e interesses do momento. Uma Assembléia Constituinte gerenciada pelo mentor das leis sociais pareceu-lhes bastante viável. Caso contrário, o lema não teria o menor impacto.

A temática da democracia política estava em ampla discussão no ano de 1945. Porém, com significados variados. Cidadania política, para os queremistas, não significava escolher candidatos oferecidos pelos partidos políticos, e sim ter seus direitos sociais garantidos

¹⁵⁶ Idem, 26 de setembro de 1945, 2ª seção, p.3.

¹⁵⁷ FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores ‘querem’...”. Op.cit., p. 68.

institucionalmente. A cidadania política foi considerada, naquele momento, essencial para se garantir a cidadania social. Portanto, o lema “Constituinte com Getúlio” foi incorporado pelos queremistas como estratégia política para garantir os seus direitos.

3.4 - O “DIA V”

O dia 3 de outubro não foi escolhido por acaso para a realização do comício, chamado por eles de “o dia V”. No calendário festivo estabelecido pelo Estado Novo, a 3 de outubro comemorava-se a Revolução de 1930. Associando as datas, os queremistas pretendiam atribuir ao encontro uma importância revolucionária e transformá-lo em um marco da história política brasileira. Assim como em 1930, o 3 de outubro de 1945 significaria a vitória sobre os “políticos profissionais”, aqueles que punham seus interesses particulares acima da vontade soberana do povo. Entretanto, cada contexto histórico exige atitudes peculiares. Se, em 1930, a guerra civil foi necessária acabar com a hegemonia dos políticos mal-intencionados; em 1945, o combate físico já não era a solução mais eficaz. Os tempos mudaram:

“Ontem o começo de uma Revolução pelo choque das armas, hoje outra Revolução pelo choque das idéias e dos princípios. [...] Duas datas, duas épocas, duas mentalidades e uma corrente de grandes elos mostrando a unidade espiritual do Brasil, a continuidade histórica de um povo lutando pela grandeza da terra.”¹⁵⁸

Há dias o Largo da Carioca vinha sendo preparado para o comício. A sofisticada ornamentação dava um aspecto festivo ao evento. Painéis, cartazes e dísticos destacavam-se no ambiente iluminado. Do centro do palanque, partiam duas fileiras de lâmpadas em forma de “V”. Ao fundo, um enorme retrato do presidente Getúlio Vargas, cercado de fotografias mostrando importantes realizações administrativas do seu governo. Antes da hora marcada, um grande grupo de pessoas já se concentrava no local, enquanto um bom serviço de autofalantes reproduzia frases queremistas e instruções para o comício e para o desfile rumo ao Palácio Guanabara. Aqueles que residiam longe do local de encontro não tiveram problemas com o deslocamento, pois o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas reservou para os manifestantes trens de longo percurso, com refeição gratuita na ida e na volta, partindo de Porto Novo do Cunha (na fronteira entre Minas Gerais e Rio de Janeiro), Cachoeira (em São Paulo), Três Rios e Volta Redonda; trens elétricos sem limite de lotação; e bondes, com horários especiais, saindo de diversos pontos da cidade. Todos os meios de transporte eram

¹⁵⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 6.

gratuitos, custeados pelo Comitê Central, e identificados com faixas e cartazes alusivos ao comício. A descrição revela o grande financiamento fornecido por empresários ao movimento queremista.

Relatou um periódico oposicionista que, apesar da grande propaganda e das facilidades concedidas ao acesso do povo ao Largo da Carioca, o entusiasmo foi relativamente menor do que se esperava.¹⁵⁹ Ao contrário, o pequeno jornal *O Radical* revelou que, quando do início do comício, o Largo da Carioca “estava literalmente tomado pela entusiasmada e volumosa assistência de mais de 80 mil pessoas”, sem considerar o contingente que estacionara ao longo das ruas reservadas para a passagem da “marcha luminosa”.¹⁶⁰ Já os organizadores estimaram cerca de 100 mil manifestantes no comício do Rio de Janeiro e 250 mil, em São Paulo. Seja como for, não houve dúvida acerca da presença de uma grande multidão queremista. Confessou um adepto da campanha presidencial de Dutra: “A mobilização foi espantosa e o comício, um espetáculo no que respeita ao comparecimento de massa popular.”¹⁶¹

Além da transmissão radiofônica para diversas partes do país, no mesmo dia e na mesma hora, em várias outras cidades do Brasil, reunir-se-iam queremistas. E, após os discursos, os manifestantes seguiriam em direção à principal autoridade administrativa do lugar: no Distrito Federal, à sede do Governo da República; nas capitais dos estados, à sede das interventorias; nas cidades, às prefeituras locais. Por motivos óbvios, ao comício do dia 3 de outubro foi atribuída a categoria de “nacional”.

Sob gritos de “queremos Getúlio” e “Constituinte”, o microfone instalado foi inaugurado pelo representante do comitê paulista, Henrique de Almeida Filho, cujas ligeiras palavras explicaram ao povo as razões do quererismo e recomendaram ordem e disciplina para o desfile após o comício. Essas e outras recomendações feitas por Hugo Borghi antecederam o discurso do trabalhista Martins Silva, o primeiro orador. Fazendo uma analogia com a Revolução Francesa, ele preconizou a queda dos “políticos profissionais” – a “nova Bastilha” contra a qual se levantava os queremistas. E, para isso, afirmou o orador, “não seriam necessários canhões e nem derramamento de sangue, pois, o povo tinha nas mãos a mais poderosa das armas – o voto.”¹⁶² O segundo orador, José Junqueira, foi ainda mais ousado. Referindo-se ao pronunciamento do embaixador americano Adolf Berle Junior, declarou:

¹⁵⁹ Idem, 4 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.

¹⁶⁰ *O Radical*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, p. 1.

¹⁶¹ CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.141.

¹⁶² *O Jornal*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.

“A oposição não compreende esta luta, porque não é dela. Pelo contrário, ela diz que a uma nação estrangeira devemos a redemocratização, as eleições, a anistia. A sua imprensa abre títulos pomposos às declarações de um diplomata sobre o nosso problema político, quando nós preferimos esquecer tal assunto, como nunca nos lembramos de protestar que numa democracia americana haja restrição de raça, cadeira elétrica e câmaras letais.”¹⁶³

Após os demais discursos, iniciou-se a “marcha luminosa”, como de costume. Os manifestantes carregavam faixas e letreiros pedindo “Constituinte com Vargas”; e, até mesmo, nos morros cariocas, avistavam-se cartazes alusivos ao movimento, demonstrando solidariedade ao presidente. Chegando ao destino, acompanhado de uma banda de música e queima de fogos de artifícios, o desfile juntou-se à multidão que já se encontrava no local. Da sacada, o Chefe do governo saudou os manifestantes e, após os inflamados discursos dos oradores queremistas, um documento foi lido por Hugo Borghi. Em papel luxuoso e com letras douradas, a ata comunicava decisões atribuídas ao “povo”:

“ASSEMBLÉIA GERAL DO POVO BRASILEIRO
realizada em praça pública, no dia 3 de outubro de 1945

Reunido em praça pública, em todos os centros, capitais do país, cidades municípios, vilas, povoados, estabelecimentos, lares, etc., o Povo Brasileiro, em uso de seus direitos e atribuições, resolveu o seguinte:

- 1° – A Nação brasileira, representada pela opinião soberana de seu povo, quer as eleições a 2 de dezembro próximo;
- 2° – as referidas eleições devem ser destinadas a eleger os legítimos representantes do povo para comporem a ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, destinada à criação de Estatuto Legal, que deverá reger a vida política do país;
- 3° – as eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elabora prefixar;
- 4° – o povo determina que S. Excia., o Presidente da República, proceda à convocação imediata de seu Ministério, a fim de atender ao que ficou decidido por essa Assembléia Constituinte, para que se cumpram os trâmites legais da redemocratização do país.

O POVO

¹⁶³ Idem.

Brasil, 3 de outubro de 1945, ano centésimo vigésimo quarto da Independência e quinquagésimo sétimo da República.”¹⁶⁴

Reconhecendo seu poder de escolha e acreditando na sua capacidade de participar do processo de democratização, o queremismo atingiu o seu auge. O documento, apresentando-se como uma “imposição do povo” reunido em praça pública, mais do que uma provocação ou uma manobra continuísta para mudar as regras do jogo político-eleitoral, significava para o elitismo das oposições uma ousadia inaceitável por parte de Vargas, por ter permitido um comportamento popular nunca antes visto.

Terminando a leitura do documento, Hugo Borghi entregou-o ao presidente, que, a partir daí, tomou a palavra. Considerou legítima a reivindicação popular por uma Constituinte; mas, para criá-la antes das eleições presidenciais, o governo teria que modificar a Lei Constitucional n° 9 e, segundo Vargas, isto não poderia ser feito sem o aval dos órgãos autorizados de opinião, tais como partidos políticos, entidades de classe e forças organizadas. Portanto, afirmou que, impreterivelmente dentro da lei e da ordem, faria o possível para garantir a vontade popular, que, se não satisfeita, “ficam sempre fermentos de desordem e revolta.” Terminou agradecendo pela manifestação dos queremistas, que, na sua concepção, “demonstra que o povo brasileiro possui educação cívica, sabe o que quer e sabe para onde vai.”¹⁶⁵ Getúlio Vargas expressou sua aguçada percepção: os queremistas sabiam o que queriam, ou seja, uma democracia em que os direitos do povo fossem considerados no âmbito das decisões políticas.

As reações não tardariam. No dia seguinte, em resposta ao comício, a UDN publicou um comunicado ao povo, expressando sua indignação referente ao “manicômio político” ocorrido no dia 3. Referindo-se ao termo “comício monstro” utilizado pelos queremistas, o comunicado afirma que a monstruosidade do comício consistia, unicamente, no absurdo de ter sido o próprio governo o articulador da “bombachada”, na qual foram gastos “muitos milhões de cruzeiros”. Ainda segundo os udenistas, os que assistiram à manifestação eram os subversivos, pois a população ordeira retirou-se da cidade à medida que ia se aproximando a hora das expansões do fervor queremista. Quanto a Vargas, denunciaram-no:

“o ditador, desarvorado, se dispõe, ou a continuar, seja como for, ou a, se tal não conseguir, como não conseguirá, vingar-se da nação, usando dos últimos meses que

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem, 4 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 1.

acaso ainda lhe restem de governo, para sacrificar o país, de modo a não deixar senão destroços como herança ao seu sucessor.”¹⁶⁶

O comportamento das oposições com relação ao quererismo oscilava entre subestimação e temor. Por um lado, afirmavam com convicção que a campanha queremista pró-Constituinte, com adiamento das eleições presidenciais, não teria possibilidade alguma de êxito e que os discursos de Vargas dirigidos aos queremistas não passavam de traduções dos “tormentos de uma alma decepcionada por lhe terem tolhido a realização de um golpe.”¹⁶⁷ Por outro, os vários grupos anti-queremistas sentiam-se tão ameaçados que decidiram se unir para tomar enérgicas providências contra o inimigo comum.

Logo depois do comício nacional, veio de São Paulo a notícia de que a União Democrática Nacional, o Partido Social Democrático, a Esquerda Democrática, o Partido Republicano Brasileiro, o Partido Republicano Progressista, o Partido Agrário Nacional, o Partido Democrata Cristão, a Sociedade dos Amigos da América, a Liga de Defesa Nacional e a Legião Cívica 3 de Julho, com apoio das “classes produtoras” e dos liberais, estariam desenvolvendo entendimentos preliminares no sentido de levar a efeito um movimento cívico com o propósito de realizar, por todo o mês de outubro, manifestações para garantir a data das eleições presidenciais a 2 de dezembro. O ato final viria com a deposição do presidente no dia 29 de outubro; afinal, avalia Jorge Ferreira, “o quererismo e, sobretudo, o presidente, no ‘dia V’, tinham ido longe demais para os padrões da conservadora política brasileira.”¹⁶⁸ Já estava mais que na hora de frear o avanço do radicalismo popular. Góis Monteiro, Agamenon Magalhães e João Alberto advertiram Getúlio Vargas, que se ele aceitasse a demanda queremista, “não teriam forças para segurar o governo.”¹⁶⁹

Os queremistas não ouviam os insultos passivamente. Baseando-se nos sentimentos de solidariedade e gratidão ao presidente pelos benefícios recebidos, contra-atacavam com respostas que permitem ao historiador compreender os valores e as crenças propulsores do movimento queremista. No manifesto dos trabalhadores publicado em *O Radical*, é possível identificá-los. A declaração explicou que, por preferirem Getúlio Vargas, os operários brasileiros eram julgados de “bagunceiros, analfabetos e bêbados” por aqueles que se autointitulavam democratas. Seguiu-se questionando o fato de que os “democratas” afirmavam que Vargas não teria feito nada pelo trabalhador, mas, quando estavam no poder, não se

¹⁶⁶ Idem, 5 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.

¹⁶⁷ Trecho da declaração de Juracy Magalhães à imprensa. Idem, 4 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.

¹⁶⁸ FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores ‘querem’...”. Op.cit., p. 74.

¹⁶⁹ CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.142.

lembraram do operário nas suas campanhas políticas e nos parlamentos; tratava-o com força policial quando exigia seus direitos. Além de conceder benefícios materiais, Vargas “despertou na sua consciência o valor que representa dentro da nação o que sempre lhe foi negado; deu-lhe personalidade, civismo e liberdade para fazer valer os direitos, direitos que sempre lhe negaram os tais ‘democratas’”. No final, o manifesto chama o trabalhador a refletir sobre qual seria a verdadeira democracia.¹⁷⁰ Seria aquela dos “democratas”? Ou aquela em que receberam leis sociais e reconhecimento político?

3.5 - OS ÚLTIMOS DIAS DO QUEREMISMO

Insistentes, os queremistas promoveram um outro comício no dia 13 de outubro, acreditando ainda na possibilidade de Getúlio Vargas convocar a Constituinte antes da escolha do novo presidente da República. O encontro seguiu o mesmo ritual dos demais: após os discursos no Largo da Carioca, seguiu-se ao Palácio Guanabara para pedir a Constituinte ao presidente. No entanto, a discriminação da participação de comunistas e socialistas não se repetiu dessa vez. A presença dessas correntes políticas era por demais notada em meio a multidão queremista; até porque a organização do comício contou com a gerência de comitês democráticos do Partido Comunista do Distrito Federal, ao lado do Comitê Pró-Constituinte Getúlio Vargas. Via-se, portanto, cartazes e faixas vermelhos, através dos quais era fácil identificar a procedência. “Movimento Unificador dos Trabalhadores”; “Constituinte – Liberdade Sindical”; “Partido Comunista do Brasil – Comício da Vitória” eram alguns de seus letrados.

Após a acomodação da multidão nos jardins da residência presidencial, Getúlio Vargas chegou à escadaria do Palácio em companhia de membros de sua família e seu ajudante de ordens. Agitando uma bandeirinha nacional, o presidente foi recebido com aplausos e ovações que demoraram três minutos, repetindo-se as exclamações: “Constituinte! Constituinte! Constituinte!” Serenada a saudação, o professor Hélio Gomes pronunciou um incisivo discurso, acentuando que o povo vira novamente exigir a convocação da Assembléia Constituinte como único caminho para a instauração da “perfeita” democracia, já que não fora consultado na escolha dos candidatos oficiais à presidência da República. Logo depois, foi entregue ao Chefe do governo uma mensagem, expressando, mais uma vez, as demandas do movimento. Perseverantes, os escritos queremistas utilizaram-se das palavras do próprio

¹⁷⁰ *O Radical*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, p. 6.

presidente, discursadas no “dia V”, para afirmar a indispensabilidade de uma Assembléia Constituinte naquele momento. Ao declarar que “a convocação de uma Constituinte é um ato profundamente democrático que o povo tem o direito de exigir”, Vargas estaria se dispondo a garantir a exigência do povo, que incluía a modificação da Lei Constitucional n° 9. Se o povo podia contar com seu apoio contra os “reacionários ostensivos e ocultos”, assim como afirmou, seria coerente, segundo os queremistas, o atendimento aos anseios democráticos do povo.¹⁷¹

Apesar da insistência queremista, Vargas manteve sua decisão. Consciente de sua precária base de apoio político, reafirmou a existência de “poderosas forças reacionárias”, as quais consideravam essa idéia um golpe. Portanto, não pretendia tomar decisões capazes de aumentar a intranqüilidade política, já bastante agravada naquele momento. Contudo, com sua ambigüidade característica, não descartou, definitivamente, a proposta, provocando apreensões e irritações na oposição. Afirmou que o assunto deveria ser examinado com prudência e os partidos políticos, as classes e as forças organizadas deveriam ser ouvidos. E prosseguiu: “Eu vos prometo fazer esta consulta para que cada corrente de opinião assuma perante o povo a parcela de responsabilidade que lhe cabe. Eles precisam dizer se estão de encontro aos clamores populares ou se persistem em ficar na corrente reacionária.”¹⁷²

Como se não bastasse as palavras do presidente para aflorar os nervos anti-queremistas, no dia seguinte, durante um comício comunista em Belo Horizonte, Luís Carlos Prestes sugeriu, diante de um público de cerca de 15 mil pessoas, o afastamento das candidaturas de Eduardo Gomes e de Eurico Dutra, além de ratificar a proposta da Constituinte com Getúlio Vargas. As oposições não poderiam aceitar tanta provocação.

Reconhecendo o momento político dramático pelo qual passava, Getúlio Vargas sabia que precisava de cautela ao falar em público. Ao mesmo tempo que recebia o movimento queremista, alimentando suas manifestações, tentava encontrar alternativas ao projeto da Constituinte e cumprir a lei eleitoral estabelecida. Diante da ambigüidade dos discursos do presidente, líderes queremistas solicitavam seus conselhos sobre a direção que o movimento deveria seguir. Em relatórios, expressavam o medo dos queremistas serem tragados pelo PSD, caso Vargas escolhesse o apoio a esse partido, e a opinião de que eles não seguiriam, por vontade própria, para o PTB. Além disso, acreditavam que, se não fosse atendida a demanda

¹⁷¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 2.

¹⁷² *Idem*.

dos quereristas, muitos deles votariam até mesmo em Eduardo Gomes.¹⁷³ A dúvida era: o que fazer frente a tantas possibilidades de infortúnios? A resposta viria no dia 14 de outubro.

Naquele dia, durante um almoço que lhe foi oferecido na Escola Técnica de Santa Cruz, Vargas proferiu um discurso no qual agradeceu às manifestações de solidariedade e acentuou a importância da inauguração de mais de 14 quilômetros eletrificados na ferrovia da Central do Brasil. Seguindo com as palavras, reafirmou que, de forma alguma, estaria armando um golpe e convocou os trabalhadores a ingressar no PTB, que, na sua concepção, era a orientação serena, dentro da ordem e da lei, que podia lhes oferecer. E enumerou quatro vantagens dessa atitude:

“1º - defender os trabalhadores das tentativas de absorção por parte dos elementos extremistas; 2º - evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores, se esquecem dos compromissos para com eles assumidos; 3º - que os trabalhadores devam ir às urnas escolhendo os representantes saídos do seu seio e intérpretes de suas aspirações e 4º - que esses representantes farão valer suas opiniões para uma organização constitucional em bases verdadeiramente democráticas.”¹⁷⁴

Em *O Radical*, a notícia foi bem recebida. Concordando inquestionavelmente com Vargas, o periódico afirmou a coerência de sua decisão, visto que considerava o PTB “a organização política mais conveniente aos interesses dos que trabalham e formam a grandeza permanente da pátria.” A interpretação foi ainda mais além ao declarar que essa nova etapa da política nacional completava o movimento da Revolução de 1930, cuja herança grandiosa foi concedida “àqueles que, desde o início, são os naturalmente qualificados” para recebê-la. E para explicar essa “vocaçãõ” do PTB, o discurso de *O Radical* identificou, na política brasileira, dois caminhos “naturais” a seguir:

“O grupo dominante do Instituto da Ordem dos Advogados. E todos aqueles que vivem com o coração e o resto voltados para o passado, para os seus interesses pessoais e despeitos, foram aconchegando-se ao udenismo, partindo dos ‘grã-finos’, dos intelectualoides e sub-intelectuais. O trabalhador, que nada tem de comum com essa gente, procurou, desde logo, o Partido Trabalhista Brasileiro, que é, portanto, um partido majoritário nas eleições de dezembro próximo, sendo, mesmo, a agremiação que nos conduzirá à Assembléia Nacional Constituinte, vencendo as resistências do reacionarismo ‘golpista’.”¹⁷⁵

¹⁷³ CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.148.

¹⁷⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, 2ª seção, p. 1.

¹⁷⁵ *O Radical*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, p. 7.

O acirramento da crise política era proporcional ao aumento da popularidade de Vargas, que continuava a receber os trabalhadores e ouvir suas reivindicações, como foi o caso da manifestação feita pelos operários da Light em 18 de outubro. Empunhando cartazes, tais como “O aumento é para comer”, “A Light procura reduzir a Justiça do Trabalho” e “Homenagem dos empregados da Light ao presidente Vargas”, cerca de 20 mil trabalhadores dessa empresa entraram no Palácio da Guanabara para solicitar ao presidente “a justiça do governo para prestigiar a reivindicação que motivou o dissídio coletivo entre patrões e empregados daquela empresa”, isto é, “um aumento de salário compatível com as necessidades atuais.”¹⁷⁶ Quando foi informado acerca da manifestação operária, Hugo Borghi, junto aos demais líderes queremistas, correram para o local. A partir daí, a manifestação pelo aumento salarial tornou-se também um comício pela Constituinte.

Após várias conclamações a Vargas, anunciaram que ele falaria ao público; porém, logo veio a notícia contrária, pois estava adoentado. Mas o povo pediu: “Somente duas palavrinhas...”, e o ministro do Trabalho veio em seu lugar. Marcondes Filho pediu que os trabalhadores confiassem na Justiça do Trabalho e afirmou que “a legislação trabalhista não está escrita no papel como dizem os advogados da oposição. A Justiça está escrita na consciência dos trabalhadores.” Encerrando a manifestação, Vargas apareceu por instantes, mesmo doente, e expressou: “Trabalhadores do Brasil. A minha voz hoje é o silêncio. Mas este silêncio tem uma significação que deve ser assim interpretado: o presidente está com o povo.”

Um outro comício queremista fora anunciado para o dia 26 de outubro, no Largo da Carioca; porém, não chegou a ser realizado. Os manifestantes, desavisados da proibição policial, apareceram no local marcado e, à proporção que as horas iam passando, mais aumentava o contingente de pessoas. Quando da chegada do chefe de polícia, João Alberto, um líder comunista, em nome dos promotores do comício, pediu a realização do encontro, visto que noticiar o cancelamento poderia causar distúrbios. Enquanto durava a negociação, a multidão gritava insistentemente a palavra “Constituinte” e dava “vivas” a João Alberto e a Getúlio Vargas. Terminada a conversa, o líder comunista divulgava o resultado: o comício fora remarcado para a próxima terça-feira, na Praça da Bandeira. Mas, para os círculos oposicionistas, essa não fora a última crise, pois ainda havia muito o que fazer “para conduzir a nação ao livre pronunciamento das urnas.”

¹⁷⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.



Cenas do comício do Dia V, no Palácio Guanabara, Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1945
(CPDOC-FGV)



Cenas do comício do Dia V, no Palácio Guanabara, Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1945
(CPDOC-FGV)



Queremistas ouvem discurso no Palácio Guanabara no comício do Dia V (CPDOC-FGV)



Trabalhadores saúdam Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)



Vargas se apresenta aos manifestantes no Palácio Guanabara (CPDOC-FGV)



Vargas fala aos manifestantes queremistas no Palácio Guanabara (CPDOC-FGV)



Manifestante queremista discursa no comício do dia V em São Paulo (CPDOC-FGV)



Cenas do comício do Dia V em frente à Igreja da Sé, em São Paulo (CPDOC-FGV)

CAPÍTULO 4

DA DEPOSIÇÃO À ELEIÇÃO

“Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.”¹⁷⁷

4.1 - IMPRESSÕES SOBRE O GOLPE

Os acontecimentos da noite do dia 29 de outubro de 1945 foram notícias de destaque no dia seguinte. Para uns, a tristeza pelo fim; para outros, a vitória pelo recomeço de uma nova era. A grande imprensa tentou traduzir esses sentimentos. Por um lado, comparou o momento com uma cerimônia fúnebre, como se um réquiem soasse aos ouvidos de quem o observava:

“O Palácio da Guanabara, mergulhado numa fraca iluminação, dava uma triste impressão. Cinco ou seis investigadores passeavam pelos jardins, enquanto o Palácio Guanabara, em silêncio, contemplado por uma pequena multidão que queria ver a saída do sr. Getúlio Vargas, apagava totalmente a sua iluminação. Dir-se-ia um velório. E assim acabou o período de governo do sr. Getúlio Vargas, iniciado em 1930 e terminado na madrugada de 29 de outubro de 1945.”¹⁷⁸

Por outro lado, o antigo ideal salvacionista do Exército brasileiro foi ressaltado:

“As forças armadas acabaram de selar a sorte de uma ditadura de 15 anos e entrado em campo para restituir o poder do povo. [...] era aquela a marcha da Vitória. Marcha sobre *tanks*, muitos dos quais já haviam lutado para restituir aos italianos a posse dos seus destinos. Chegara, agora, a vez do Brasil.”¹⁷⁹

As atitudes ambíguas de Vargas diante das manifestações populares e suas manobras políticas alimentavam, dia a dia, suspeitas no meio oposicionista, que, por conta disto, planejava a deposição do presidente há tempo. Uma das últimas tentativas de sobrevivência do governo foi a edição, em 10 de outubro, do decreto nº 8063, através do qual as eleições

¹⁷⁷ CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10 e 11.

¹⁷⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 3.

¹⁷⁹ Idem.

estaduais, marcadas para maio de 1946, foram antecipadas para o mesmo dia das eleições presidenciais, além de reduzir o prazo de desincompatibilização de 90 para 30 dias antes do pleito. A atitude acirrou ainda mais as ondas de protestos da UDN, a qual interpretou o decreto como uma forma de manter intactas as relações clientelísticas controladas pelos interventores dos estados nomeados pelo ditador e, desta forma, favorecer a máquina governamental nas próximas eleições. Porém, um golpe precisa de um pretexto. Tratou-se da nomeação do irmão de Getúlio, Benjamin Vargas, para o cargo de chefe de Polícia do Distrito Federal, feita pelo próprio presidente. Decidido, Getúlio Vargas não voltou atrás. Logo depois, Góis Monteiro renunciou ao cargo de ministro da Guerra e, juntamente com o general Dutra, mobilizou outros chefes militares para forçar a saída de Vargas da presidência. O golpe foi arquitetado e aprovado pela UDN, mas encabeçado pelos militares. Sentindo-se isolado e pressionado, Vargas entendeu que seria melhor voltar para São Borja, sua cidade natal.

Antes de embarcar para o Rio Grande do Sul, o presidente deposto foi abordado, no Palácio Guanabara, por jornalistas, que, com suas variadas perguntas, só conseguiam obter uma única resposta: “Neste momento só pretendo descansar.” Diante da insistência dos repórteres, Getúlio Vargas estendeu brevemente suas palavras: “Posso dizer o seguinte: estou tranqüilo e satisfeito. Há muito tempo que não desejo outra coisa que descansar. Este descanso foi agora antecipado de dois meses.” Surgiram ainda novas perguntas, que ficaram sem respostas. Vargas limitou-se a sorrir.

Partiu dois dias depois da deposição, mas não sem deixar uma mensagem àquele que sempre se referiu como “Povo Brasileiro”. Com sutileza, absteve-se de falar acerca dos graves acontecimentos que o levaram a renunciar, “a fim de evitar ao país maiores males e abalos irreparáveis.” Porém, confiante quanto a sua popularidade e ao futuro da política brasileira, afirmou: “a história e o tempo falarão por mim.” Preocupou-se em esclarecer sua relação com as Forças Armadas, abalada durante os últimos momentos de seu governo: “Não tenho razões de malquerença para com as gloriosas forças armadas de minha Pátria, que procurei sempre prestigiar.” A partir daí, enumerou realizações feitas por ele que comprovassem seu prestígio para com as Forças Armadas: “Nenhum governo se esforçou mais do que o meu pelo seu fortalecimento. Nenhum outro cuidou tanto de sua preparação profissional, do selecionamento de seus quadros, do seu aparelhamento material, da melhoria de suas condições de trabalho e conforto.” Por fim, terminou a despedida preparando, conscientemente ou não, o ambiente para a sua volta à política nacional:

“Ao povo brasileiro procurei servir sempre, defendendo com intransigência as suas aspirações e legítimos interesses. [...] Não guardarei ódios nem prevenções pessoais. Os trabalhadores, os humildes, aos quais nunca faltei com meu carinho e assistência – o povo, enfim, há de me compreender. E todos me farão justiça.”¹⁸⁰

Logo após a renúncia de Getúlio Vargas, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu o Executivo Federal, seguindo a proposta udenista expressa no lema “Todo poder ao Judiciário.” Embora considerado apolítico, o presidente interino tomou decisões que favoreciam, quase sempre, os interesses da UDN. A cerimônia de posse de Linhares foi exemplar nesse sentido. Apesar da multidão presente ter sido composta por pessedistas e udenistas, foram estes últimos os que mais se destacaram, acenando com lenços brancos e gritando “Brigadeiro! Brigadeiro!”. E o novo Chefe do governo respondia também com um lenço branco nas mãos, o símbolo da campanha brigadeirista. Outra demonstração de apreço ao partido de Eduardo Gomes foi a perseguição aos adeptos do regime derrubado e a nomeação de ministros udenistas ou, no mínimo, simpáticos aos seus interesses. Ademais, o decreto nº 8063 foi revogado, o que significava a não realização das eleições estaduais em 2 de dezembro. Diante das alterações no quadro político, abateu-se um clima de desânimo sobre o PSD, que via sua máquina política sendo desmontada, além de possuir um candidato à presidência cuja campanha não conseguia unir forças para combater a vitória quase certa do brigadeiro. A situação chegou a tal ponto que vários diretórios do PSD dissolveram-se e seus membros ingressaram na UDN.¹⁸¹ Em contrapartida, a euforia tomou conta dos udenistas, visto que todos os acontecimentos indicavam a certeza da vitória do brigadeiro.

Outra medida foi a revogação da lei antitruste ou “lei malaia”, satisfazendo os interesses internacionais e das “classes produtoras”. Representantes desse grupo social, os membros do Conselho Diretor da Associação Comercial e de várias outras entidades econômicas reuniram-se no Palácio do Comércio, em cerimônia, a fim de “exaltar o civismo das Forças Armadas e hipotecar solidariedade ao presidente José Linhares.” Embora se declarassem alheias a partidos políticos e sem outra política senão a das atividades econômicas, as chamadas “classes produtoras” vibraram com a deposição de Vargas, com as medidas udenistas e com a quase irreversível vitória de Eduardo Gomes.

O significado festivo atribuído à deposição de Getúlio Vargas do cargo de presidente da República prevaleceu na grande imprensa. O clima era de festa e, acima de tudo, alívio. Para os antivarguistas, o processo liberal-democrático, dentro dos limites do conservadorismo

¹⁸⁰ Idem, 1 de novembro de 1945, 2ª seção, p. 2.

¹⁸¹ A *posteriori*, ficou evidente que, a curto prazo, era impossível desmontar a forte máquina política pessedista no âmbito municipal. Ver: CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.156.

inerente à política brasileira, parecia garantido e o movimento continuísta, expresso pelo quererismo, findado. No entanto, a euforia não foi unânime; uma significativa parcela da sociedade brasileira abateu-se em melancolia. Aqueles que prestigiavam Getúlio Vargas entristeceram, mas não se imobilizaram; as demonstrações de gratidão e respeito pelo ex-presidente continuavam explícitas, seja na imprensa, seja em comentários cotidianos. Mesmo confinado na sua fazenda em São Borja, Vargas não parava de receber mensagens, agradecimentos e informações sobre a situação política através de correspondências. Uma delas, enviada pelo seu sobrinho Manuel do Nascimento Vargas Neto, comunicava-o acerca das impressões da população em relação à sua renúncia. Segundo o remetente da carta, os quereristas não perderam o ânimo, aliais, ninguém o perdera; deixando os generais ainda em estado de alerta. Entretanto, a tristeza do povo era inevitável, o luto apoderara-se de sua alma. Depois de descrever a sentimento popular, Manoel Vargas citou casos que o exemplificasse:

“Um funcionário da Light foi visitar-me e me disse que a tristeza entre os seus colegas era profunda e unânime. Um advogado meu amigo, que é UDN, veio contar-me que as empregadas de um parente dele, também brigadeiro, choravam desabaladamente com a sua retirada, para desespero do patrão, furioso e sem ação. As empregadas do brigadeiro Ivo Borges se despediram em sinal de protesto, na hora do almoço, sem arrumar a casa nem fazer a comida, deixando o brigadeiro na mão... Disseram-lhe, agressivamente, o sr. ajudou a derrubar nosso amigo Getúlio, não lhe serviremos mais! Os presidentes dos sindicatos choravam! Nos cinemas onde apareceu um filme natural com a sua presença houve salvas de palmas!”¹⁸²

Referindo-se à situação das campanhas políticas, constatou que Dutra estava sendo incessantemente vaiado, enquanto o brigadeiro Eduardo Gomes o “engolia”. E concluiu que isso ocorria devido à incapacidade política do primeiro aliada à falta de vontade de seus colegas em prestigiá-lo. Portanto, o candidato do PSD estava “desgostósíssimo.” Terminou a carta com grande estilo no uso de palavras emocionantes: “Eles poderão afastá-lo do Governo, mas não poderão destruí-lo, porque para isso precisavam arrancar o coração do povo, onde o senhor é o chefe.”

A situação relatada na correspondência demonstra o grande prestígio de Vargas entre os setores mais populares da sociedade brasileira, mesmo longe da presidência. Essas pessoas não escondiam sua indignação; pelo contrário, demonstravam-na por meio de atitudes como a das empregadas citadas na carta. Este tipo de comportamento era motivado por crenças e

¹⁸² Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – Correspondências. Carta de Manuel do Nascimento Vargas Neto a Getúlio Vargas, 5 de novembro de 1945.

valores construídos ao longo de toda convivência do povo com o presidente. Eles preferiam Vargas, queriam Vargas e lutaram por suas escolhas políticas.

Outra significativa demonstração de apreço pelo presidente deposto foi exposta em uma manifestação contra a campanha, lançada por um locutor de uma rádio oposicionista, de queimar os retratos de Vargas em pleno Largo da Carioca. Um operário fluminense enviou à redação de *O Radical* o seguinte protesto:

“Eu, leitor do seu jornal, sou um getulista convicto que vem pedir pelas colunas de *O Radical* a todos os meus companheiros, ou seja, à classe operária, que proteste contra as injúrias calamitosas de um ‘speaker’ sem caráter, sem patriotismo, sem competência. Esse farsista está convidando o povo para queimar os retratos do presidente Getulio Vargas no Largo da Carioca, numa pirâmide. Tenho dois retratos do sr. Getúlio Vargas em minha casa, e espero que esse locutor cretino venha buscá-los.”¹⁸³

No final do manifesto, questionou a validade do regime liberal-democrático instituído. Para ele, numa democracia, cada um poderia ter “em sua casa o retrato de quem quiser”. Portanto, considerava a campanha contra os retratos de Vargas anti-democrática, baseando-se na premissa de que o direito de escolher e admirar livremente é inerente à democracia.

4. 2 - DO QUEREMISMO AO PTB

Anos depois, Segadas Viana, um dos fundadores do PTB, fez questão de negar o seu envolvimento com o queremismo. Contrariando o que a imprensa da época noticiava, afirmou que o movimento não era controlado pelo Ministério do Trabalho, que a ele se opôs. Em outras declarações, disse que concordava com a idéia de manter Vargas no poder e que o objetivo eleitoral do PTB era forçá-lo a aceitar sua candidatura. Conferindo com outras fontes históricas, é possível constatar que essas propostas eram também queremistas, mas Segadas Viana continuava afirmando sua oposição ao movimento. Tentando se fazer entender, explicou:

“Eu achava que o queremismo era um movimento que não tinha significação porque não tinha outras idéias a não ser: “Vamos reeleger o Getúlio”. Mas nós já estávamos vivendo uma outra era, em que era preciso que houvesse partidos com idéias e programas. Programas fracos ou não, mas que houvesse programas. Então, eu lutei pela existência de um partido trabalhista. [...] Os trabalhistas queriam que houvesse

¹⁸³ *O Radical*. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1945, p. 7.

um fortalecimento da política social de Getúlio e um aprimoramento dessa política social. Os queremistas, não. Era apenas a figura carismática de Getúlio. [...] O povo não distinguia entre quererismo e petebismo, então dizia: é getulismo.”¹⁸⁴

Significativas representações podem ser extraídas das palavras de Segadas Viana. O trabalhismo consistia no projeto político do Estado Novo de reconhecer o papel social dos trabalhadores e conceder-lhes leis de proteção ao mundo do trabalho. O getulismo era a personificação desse projeto na figura do presidente Getúlio Vargas, como aquele que protegia e amparava o trabalhador. Os valores, as crenças e as práticas sociais criados a partir da experiência da inédita relação da classe trabalhadora com o presidente e o Estado motivaram a organização do movimento queremista, no momento em que esse relacionamento estava sendo ameaçado pela crise política de 1945. Portanto, analisa Jorge Ferreira, eram termos intercambiáveis e que se confundiam.¹⁸⁵

Segadas Viana identificou ainda outro termo, que também era objeto de confusão. Segundo ele, as pessoas não conseguiam distinguir petebismo de quererismo, fortalecendo a idéia de que o movimento era obra exclusiva do PTB. As evidências históricas não deixam negar a intensa participação do PTB no movimento queremista, tendo em vista que ambos pretendiam promover a figura de Vargas. Porém, o depoente destacou como peculiaridade do PTB a existência de um programa político, ou seja, o compromisso com a política eleitoral. O depoimento de Viana é datado de 1983; portanto, uma memória a *posteriori* de um sujeito histórico que viveu todo o processo de consolidação do partido. Contudo, em sua origem, seus contemporâneos possuíam dificuldades para separá-lo do quererismo; afinal, fundamentavam-se na mesma ‘idéia’ – o getulismo.

Os dias compreendidos entre a orientação de Vargas para que os trabalhadores ingressassem no PTB e a sua deposição foram momentos de reformulação da política queremista. Continuava a luta pela “Constituinte com Getúlio”. Porém, já se sabia que a demanda queremista tornara-se muito difícil de ser realizada. No dia 28, portanto, um dia antes do golpe, a página queremista em *O Jornal* iniciou uma série, seguindo o mesmo estilo daquela publicada em setembro, porém motivada por uma outra estratégia política. Seguindo os conselhos de Vargas, os líderes queremistas lançaram a frase “Forja o teu futuro, alistando-te no Partido Trabalhista Brasileiro!”, ao lado de uma imagem de um operário trabalhando.

Após o golpe de 29 de outubro, as atenções voltaram-se para a disputa eleitoral. A partir daí, o processo de institucionalização do quererismo pela via partidária foi ratificado e

¹⁸⁴ José de Segadas Viana. (depoimento). Op. cit. p. 301, 302 e 312.

¹⁸⁵ FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores ‘querem’...”. Op.cit., p. 76.

a série, incitando os trabalhadores a aderir ao PTB, continuou sendo publicada. Sob frases imperativas, ao todo foram oito textos, cada um deles encarregado de apresentar uma vantagem diferente em se alistar no PTB. E, a partir do segundo, um parágrafo do programa do PTB foi exposto, a fim de mostrar a consonância deste com os interesses dos trabalhadores.

O primeiro, publicado um dia antes da deposição, exalta o papel indispensável do trabalhador na construção da grandeza da Pátria. Como exemplo, destaca sua fundamental participação na Segunda Guerra Mundial, pois foi por meio das armas forjadas por ele que o país conquistou a vitória. Pelo que fizera pelo Brasil, merecia uma alimentação farta e sadia, um teto para abrigar a família, hospitais para cuidar da saúde, escolas para os filhos e uma vida longe da miséria e do desemprego. Esses direitos, continua o texto, já foram decretados na lei por Vargas, “o primeiro a compreender as tuas mais legítimas aspirações”. Mas, naquele momento, precisavam ser defendidos e ampliados. Para isso, o trabalhador tinha em suas mãos a melhor arma – o voto. O texto terminava convocando: “Alista-te no Partido Trabalhista Brasileiro, cujo programa é o teu programa porque é o Partido que atende às suas necessidades imediatas. Toma o futuro nas tuas próprias mãos e escolhe para o governo aqueles que melhor te representam e possam, realmente, defender em teu nome os teus direitos!”¹⁸⁶

O segundo dirigia-se ao trabalhador, dizendo: “Defende os teus direitos, alistando-te no Partido Trabalhista Brasileiro!” Esse imperativo atribui ao trabalhador a responsabilidade de lutar pela garantia dos seus benefícios adquiridos. Reconhece que foi sob o governo de Getúlio Vargas que o trabalhador fora agraciado “pela mais perfeita de todas as legislações trabalhistas”. No entanto, naquele momento, era necessário que ele tomasse as rédeas da história e ocupasse, com decisão, o lugar que o competia na transformação política em curso. Portanto, no texto, o trabalhador aparece como o único capaz de defender e ampliar os seus direitos e, para isso, deveria ingressar nas fileiras do PTB, o partido que melhor conhecia seus problemas e necessidades. A última frase do texto alerta para a malícia dos grupos políticos que pretendiam apenas transformar o trabalhador em simples massa de manobra. Por fim, cita um artigo do programa do PTB: “O Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 26 de março de 1945, por trabalhadores, reunirá todos os que cooperam para o engrandecimento da Pátria, cumprindo o dever social de trabalhar em qualquer setor da economia nacional.”¹⁸⁷

¹⁸⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 5.

¹⁸⁷ *Idem*, 30 de outubro de 1945, 1ª seção, p. 5; 2 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 6.

“Proteção ao lavrador, pela posse da terra trabalhada!”, diz o terceiro texto. A intenção aqui é mostrar o valor do trabalhador do campo e o seu direito de alcançar um padrão de vida que lhe permitisse consumir, em quantidades apreciáveis, os manufaturados produzidos pelas indústrias da cidade. Acrescenta afirmando que existiam, na legislação trabalhistas, medidas destinadas a amparar o lavrador e libertá-lo da “escravidão latifundiária.” No entanto, as condições anormais causadas pela guerra, ao lado de inúmeros problemas internos, impediram a execução dessas medidas. Mas, em 1945, a situação mudara completamente, pois o Brasil conquistara a vitória na guerra e estava iniciando sua definitiva estruturação jurídica. Portanto, aquela era a hora do lavrador participar da transformação política e levantar a bandeira das suas reivindicações, alistando-se no PTB. Segue apresentando um dos pontos do programa: “Extinção do latifúndio improdutivo, assegurando-se a possibilidade da posse da terra a todos que queiram trabalhá-la e concedendo-se auxílios aos que nela se queiram fixar.”¹⁸⁸

No quarto texto, a frase em destaque constata: “A mão que produz riqueza também tem direito aos bens da terra!” Se cada movimento do trabalhador, seja colhendo produtos do solo, arrancando minério da terra, empunhando ferramenta, soldando máquinas ou criando idéias, é responsável pelo progresso e pelo bem-estar da nação; então, seria justo que ele tivesse direito a uma justa parte dos bens criados e produzidos por ele. Pensando nisso, continua o texto, o Estado protetor de Vargas criou as leis trabalhistas. Porém, chegara o momento do jogo político partidário e das eleições livres e, por isso, o trabalhador precisava confiar seu voto a um partido. Com convicção, o texto elege o PTB como a única instituição partidária em que o trabalhador poderia colher os frutos de seu trabalho com novas leis trabalhistas. E, dessa vez, enfatiza o seguinte trecho do programa petebista: “Planificação econômica atingindo todos os setores e visando que a produção do país atenda a todas as necessidades internas e externas, assegurando o baixo custo e as utilidades essenciais a todos os trabalhadores.”¹⁸⁹

O quinto refere-se ao direito do trabalhador de cuidar dignamente de sua família. Portanto, aconselhava-o: “Protege tua família, inscrevendo-te no Partido Trabalhista Brasileiro.” De acordo com as leis trabalhistas já conquistadas, o trabalhador deveria ser recompensado por seu esforço com uma vida que lhe permita sustentar sua família, educar seus filhos e usufruir na velhice de um repouso merecido. Mas, alerta o texto, aquele momento de transformação política aceleraria o progresso e, por conta disso, o trabalhador

¹⁸⁸ Idem, 4 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 5.

¹⁸⁹ Idem, 6 de novembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

teria direito a muito mais. Logo, o texto conclama o trabalhador a tomar parte ativa na execução de novas leis que o beneficiem, ingressando no PTB. Do programa, destaca o artigo 2º: “Obrigatoriedade e direito de trabalho a todo indivíduo fisicamente capaz, com emprego útil e regular, mediante salário razoável que lhe permita em um máximo de oito horas, obter os meios necessários ao sustento próprio e de sua família de maneira condigna.”¹⁹⁰

No sexto texto, o tema principal é a proteção ao idoso e a sentença em destaque é “Garante tua velhice, alistando-te no Partido Trabalhista Brasileiro.” Novamente elogiou a legislação trabalhista estabelecida durante o governo Vargas, que protegia a velhice dos males do desamparo e do infortúnio. Mas os problemas surgidos com a guerra aumentaram as necessidades do trabalhador. Portanto, novas leis deveriam ser feitas para completar as que já existiam e o PTB fora criado com o propósito de lutar por elas, sobretudo pela garantia de que, no caso de velhice ou invalidez, o trabalhador recebesse salário equivalente ao seu salário normal. No final, um trecho do programa do partido é enfatizado: “Concretização do programa do instituto dos Serviços Sociais do Brasil, de modo a assegurar completa proteção aos trabalhadores e às suas famílias.”¹⁹¹

O sétimo destaca a frase “Valoriza tua profissão, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro!”. Mais uma vez é enfatizado a importância do trabalhador na conquista da vitória na guerra e no processo de consolidação do regime democrático. Atribui a ele a responsabilidade no momento das transformações políticas e o dever de preparar-se para novas tarefas na planificação econômica do país. Contudo, reconhece que para o trabalhador cumprir com o seu dever, seria indispensável a preocupação do Estado em fornecer meios para que ele evoluísse na sua profissão. A finalidade do PTB, portanto, seria representar o trabalhador no governo para contribuir com a elaboração das leis que faltam. Referindo-se ao aperfeiçoamento do trabalhador na sua profissão, o ponto do programa petebista afirma: “Aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores para que se lhes possibilite ampla oportunidade de acesso.”¹⁹²

Por fim, o último texto, destacando a frase “Povo forte e sadio, pela mais ampla proteção à maternidade e à infância!”, analisa a importância de se zelar pela saúde do povo. O texto resume-se na enumeração dos meios necessários para se manter a saúde do povo em bom estado: dar à mulher do trabalhador assistência durante a maternidade; cuidar do bem-estar infantil, sobretudo no que diz respeito ao bom funcionamento de creches; submeter a

¹⁹⁰ Idem, 7 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 5.

¹⁹¹ Idem, 8 de novembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

¹⁹² Idem, 9 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 5.

criança, desde o período pré-natal, a cuidados médicos; criar internatos e semi-internatos para atender à prole dos trabalhadores; dentre outros. E termina, como os demais, convocando o trabalhador a auxiliar o PTB a cumprir com sua missão. O trecho do programa referente ao assunto diz: “Proteção ampla à maternidade e à infância. Bem-estar infantil, educação primária obrigatória e gratuita, educação secundária e profissional também gratuitas, bem como possibilidade de ensino superior a todas as vocações.”¹⁹³

A série descrita objetivava atrair os queremistas para o PTB. Para isso, esforçou-se, através dos oito textos, em apresentar o programa do partido e convencer os trabalhadores de que todos os pontos coincidiam com seus interesses. Portanto, dentro do jogo político eleitoral, o PTB tentava aproveitar o poder de mobilização do quererismo para promover o partido. Do difuso “Queremos Getúlio”, adquiriram a consciência política da importância de uma Constituinte no jogo democrático, com o intuito de garantir as leis sociais conquistadas. Em seguida, com a impossibilidade de se manter Vargas no poder, investiu-se no partido político que poderia catalisar valores e traduzir demandas dos trabalhadores durante a participação no sistema democrático, mesmo sem a presença concreta daquele que o inspirou.

O investimento na transição do quererismo para o PTB foi grande. Até mesmo os comitês queremistas foram aproveitados, transformando-se em diretórios do PTB e comitês eleitorais para apoiar os candidatos trabalhistas nas eleições. No entanto, nos bastidores do PTB, os impasses acirravam-se. Não havia uma coesão interna e nem uma estrutura político-partidária sólida, o que alimentava a divisão de seus membros em diversas facções, sobretudo entre a dos fundadores, representada por Segadas Viana, que defendia a abstenção e a concorrência somente para as eleições parlamentares,¹⁹⁴ e aquela proveniente da liderança do movimento quererista, representada por Hugo Borghi, defendendo o apoio à candidatura do general Eurico Dutra. Mas era difícil para os trabalhistas apoiarem um nome envolvido com o golpe que depôs Getúlio; no entanto, lançar outro candidato poderia ser fatal; poderia dividir as forças getulistas, enfraquecendo o PSD e o PTB, dando a vitória para o candidato udenista. Sendo assim, a tendência era o fortalecimento da ala trabalhista de apoio a Dutra.¹⁹⁵

As divergências internas do PTB dificultavam suas campanhas e seu posicionamento no processo eleitoral. Além disso, com a deposição de Vargas, não contava mais com

¹⁹³ Idem, 10 de novembro de 1945, 2ª seção, p. 3.

¹⁹⁴ Juntamente com Baeta Neves, Segadas Viana controlava a Comissão Executiva do PTB. Discordava do apoio a Dutra, alegando que o PTB precisava construir uma identidade própria.

¹⁹⁵ De acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado, as causas dessas disputas ultrapassavam o conflito em torno da candidatura Dutra. Em suas palavras, “o que estava em disputa era o domínio da máquina partidária petebista e das vantagens que poderiam alcançar através de seu controle.” Ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit., p. 66.

qualquer apoio oficial. Os comícios não era mais os mesmos, não conseguiam mobilizar tanto quanto aqueles dos tempos do quererismo. Em meados de novembro, o PTB ainda receberia um novo alento. O primeiro pronunciamento de Vargas após a deposição foi uma mensagem aos “Trabalhadores do Brasil”, ratificando seu apoio ao PTB:

“Condensai as nossas energias e moldai a vossa consciência coletiva, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro. A hora não é de preocupações pessoais; é de idéias e programas, e o programa do Partido Trabalhista, acorde com os ideais da atualidade, é o que melhor nos convém, por garantir perfeita aplicação das leis sociais existentes e porque encerra todos os nossos ideais de melhoria e de progresso, tem vida própria capaz de triunfar no período agitado que atravessamos, de vencer as dificuldades e firmar-se para o futuro. [...] Trabalhadores do Brasil! Eu deposito em vós a minha fé e a minha confiança e espero que a vossa organização nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, vos assegure, num sistema democrático, a representação a que tendes direito e possais dirigir os destinos do Brasil para um futuro de prosperidade e de glória, de fraternidade e de justiça.”¹⁹⁶

Mas, além da sua fragilidade interna, o momento era de limpeza política. Com a política de perseguição do governo Linhares aos adeptos do antigo governo, os petebistas foram ameaçados e suas propagandas sofreram várias restrições. No dia 10 de novembro, foram apreendidos pela polícia milhares de cartazes impressos pelo PTB, os quais traziam um retrato de Vargas e, no centro, a legenda, referindo-se à declaração do ex-presidente: “Ele disse: Trabalhador alista-te e vota no Partido Trabalhista Brasileiro.”

Mesmo assim, os trabalhistas, incluindo os quereristas que aderiram ao partido, não desistiram da luta político-eleitoral e continuavam investindo na propaganda do PTB. Investia também nos ataques contra o provável vencedor das eleições presidenciais, o brigadeiro. Todavia, trabalhadores e populares, antes mobilizados pelo quererismo, encontravam-se desorientados sem a presença de Vargas. A tendência era a dispersão de seus votos entre Eduardo Gomes e Yedo Fiúza, candidato do PCB.

Não restava dúvida alguma. As reportagens anunciavam, previamente, a vitória da Eduardo Gomes nas eleições para presidente da República. Dizia a grande imprensa: “As urnas de 2 de dezembro consagrarão pelo triunfo, num sufrágio livre e puro, a escolha prévia da nação. Por todas as forças morais e políticas que se adensam para sustentá-lo, caberá ao brigadeiro Eduardo Gomes a glória de ter sido o primeiro presidente do Brasil, incontestavelmente, eleito pelo povo.”¹⁹⁷ Até mesmo o líder quererista Hugo Borghi tinha

¹⁹⁶ Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – Correspondências. Mensagem de Getúlio Vargas ao Partido Trabalhista Brasileiro, 10 de novembro de 1945.

¹⁹⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 4.

certeza da eleição do brigadeiro e avaliou, tempos depois, que ele teria 90% dos votos, enquanto Dutra não conseguiria nem mesmo 10%.¹⁹⁸ Faltavam poucos dias para as eleições e somente um acontecimento político capaz de causar forte impacto na opinião pública poderia inverter os resultados do pleito.

4.3 - MARMITEIROS *VERSUS* GRÃ-FINOS

Apesar das dificuldades, Hugo Borghi não desistia e, com extrema sensibilidade política, percebia o quanto a propaganda udenista enganava-se com relação à preferência popular. Declarou, em entrevista, que a imprensa udenista atacava frontalmente Getúlio porque esquecia, ou não percebia, que o operariado era grato a ele devido à obra social que implementara. O clima de conflito iminente sentido por Borghi serviu de terreno fértil para ele fomentar a campanha contra a UDN. Em seus discursos, identificava dois grupos sociais, em lados opostos na luta política: grã-finos, milionários, ricos *versus* trabalhadores. Até o momento em que surgiu um slogan, com o qual o imaginário popular se identificou. No dia 21 de novembro, o líder queremista divulgou na imprensa uma nota dirigida aos trabalhadores:

“Lanço o grito de guerra dos trabalhadores do Brasil. [...] Não vencerá aquele que disse não necessitar do voto dos marmiteiros e da patuléia, quando os trabalhadores se reuniam em praça pública para manifestar suas aspirações. O trabalhador brasileiro, que é grato a Getúlio Vargas por tudo quanto recebeu do grande presidente, não dará um voto sequer a Eduardo Gomes, pois este é o seu maior inimigo. Este candidato está boicotado pelo trabalhador brasileiro, que não deseja a sua vitória, pois esta representaria a vitória da reação, a vitória das elites, dos grã-finos contra os trabalhadores [...]. Não ireis para a direita, ou seja, para a UDN e Eduardo Gomes, o que seria procurardes com os vossos votos, recuar de muitos anos no Brasil as nossas conquistas sociais. Os udenistas são antigos políticos destronados que [...] querem voltar aos tempos nos quais os direitos dos trabalhadores eram considerados ‘casos de polícia’. Não nos admira que todos os ricos e grã-finos, enfim, as elites, estejam com Eduardo Gomes; isto melhor nos prova que lá não é o nosso lugar, trabalhadores.”¹⁹⁹

Borghi estava se referindo a um discurso proferido por Eduardo Gomes num comício fechado ocorrido no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Segundo o líder queremista de plantão, o brigadeiro atacou a ditadura de Vargas e revelou: “Não necessito dos votos dessa malta da desocupados que apóia o ditador para me eleger presidente da República.” Ele ouviu as palavras do udenista pelo rádio e, na noite seguinte, mandou ligar 150 estações em cadeia

¹⁹⁸ Hugo Borghi. (depoimento). Op. cit., p. 51.

¹⁹⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 2.

para responder-lhe. Interpretando a sua maneira, Borghi afirmou que Eduardo Gomes referira-se àqueles operários que compareciam aos comícios pró-Vargas e os considerava uma “malta de pagos, assalariados.” Contou Borghi que logo correu ao dicionário e encontrou significados para a palavra malta: “ajuntamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando as suas marmitas, marmiteiros...”. E concluiu: “Eu vi a palavra marmiteiro e gostei do negócio. Marmiteiro pegava mais do que malta.”²⁰⁰

No dia seguinte à publicação da declaração de Borghi, o *Correio da Manhã* entrou em contato com Eduardo Gomes, por telefone, com o intuito de indagá-lo sobre o caso dos “marmiteiros”. “Marmiteiros”? Perguntou ele, como quem ouvira mal, surpreso e pronto para reclamar de má ligação telefônica. E o repórter repetiu pausadamente e diversas vezes para se fazer entender: “Mar-mi-tei-ros.” Desentendido, perguntou novamente: “Que é isto?” Segundo o periódico, o repórter precisou explicar, com detalhes, “a mentira descarada que o fiuzismo inventou, o borghismo custeou, e o integralismo e o dutrismo, bons parasitas, vem aproveitando.” Após tomar conhecimento do assunto, o brigadeiro comentou, com voz sorridente e tranqüila: “Quem pode crer em semelhante tolice?” Tentando desfazer o boato, mesmo com a certeza de que ninguém acreditaria nele, a reportagem udenista afirmou: “O povo brasileiro e, sobretudo o nosso povo carioca, tem bom ouvido: o que soa certo e não desafina, ele entende. No fim, para alguma coisa servirão as “marmitas”: para serem atadas à cauda de quem as inventou.”²⁰¹ O autor da reportagem acertou em dizer que o povo tinha bom ouvido; porém, não poderia esperar que o símbolo da marmita lhe soaria certo e não desafinaria, servindo de motivação para suas mobilizações, ou seja, muito mais do que um simples utensílio doméstico para ser amarrado à cauda de quem a inventou. Com a intenção de defender o brigadeiro, o periódico agravou ainda mais sua situação, concluindo que ele, definitivamente, não estava familiarizado com o termo. Ora, o fato de não possuir intimidade com o símbolo que representava a identidade do trabalhador significava que era um homem da elite.

Apesar da grande repercussão da campanha dos marmiteiros, os udenistas pareciam não levar muita fé no alcance que ela poderia ter. Em depoimento, tempos mais tarde, o udenista Carlos Lacerda narrou o fato, enfatizando o modo como a declaração de Hugo Borghi foi recebida entre os udenistas. Lacerda contou que, logo quando soube da campanha, dirigiu-se ao brigadeiro para alertá-lo: “Brigadeiro, o senhor tem de fazer um discurso, hoje,

²⁰⁰ Hugo Borghi. (depoimento). Op. cit., p. 52.

²⁰¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, p. 1.

desmentindo isto, mas hoje.” Mas ele não agiu de imediato e pediu para Lacerda discutir o assunto com Prado Kelly, que, por sua vez, respondeu: “Mas Carlos, isto não tem tanta importância! O povo não vai acreditar nisso. Imagine!” Lacerda não desistiu e foi comunicar José Américo, que reconheceu a gravidade do fato, porém protelou uma reação, dizendo que iria responder apenas 11 ou 12 dias depois, num comício da UDN já marcado.²⁰²

Algumas reações vieram em notas nos jornais, mas nenhuma delas parecia acreditar em um possível abalo da campanha do brigadeiro. Com o título “Lance desprezível”, um artigo publicado na grande imprensa, confiante no sucesso do brigadeiro, afirmou:

“Apesar de todo imenso trabalho para se por em contato com o público, a fim de esclarecê-lo sobre as suas idéias e projetos, ainda acharam os inimigos do brigadeiro, no despeito que provoca o seu próximo triunfo eleitoral, na raiva que lhes causa a elevação dos seus debates, a dignidade de sua palavra, de lhe atribuir expressões grosseiras que jamais usou [...]. Constitui, porém, uma homenagem dos seus inimigos, terem que lançar mão de torpes calúnias, de infames balelas, porque nada encontraram de verdadeiro na vida pública e particular de Eduardo Gomes, na sua constante fidelidade ao ideal democrático, na impecável correção do seu procedimento cívico que pudesse, de longe sequer, incompatibilizá-lo com uma parte do eleitorado.”²⁰³

O artigo terminou informando que Eduardo Gomes iria responder aos “indignos adversários” no comício de Juiz de Fora, marcado para o dia 24 de novembro. Disse ainda que o candidato não necessitava responder aos insultos, porém, desejava testemunhar novamente seu apreço pelos operários e aproveitaria para responder aos inimigos.

Para tentar esclarecer o caso dos marmiteiros e demonstrar amizade aos trabalhadores, a UDN preparou o comício do dia 24, em Minas Gerais, e sugestivamente o intitulou “Comício dos Desmentidos.” Um orador membro do Partido Republicano explicou-se ao afirmar que “marmiteiros” eram os que se serviam da “marmita” do Tesouro Nacional, do câmbio negro da gasolina, das negociatas escusas e dos cassinos; e concluiu: “O brigadeiro Eduardo Gomes não conta com o voto desses marmiteiros.”²⁰⁴ Para aqueles que lutavam pela vitória do candidato udenista, a campanha dos marmiteiros significava uma mera tentativa de sobrevivência de Hugo Borghi, que, por ter se enriquecido através de negócios ilegais durante a ditadura, estaria se sentido acuado diante da vindoura eleição de Eduardo Gomes, cujo governo lhe obrigaria a prestar contas ao Banco do Brasil. Portanto, “marmiteiros” seria apenas uma invenção de um homem riquíssimo preocupado com seus negócios, que tentando

²⁰² Citado em: CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.163.

²⁰³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 4.

²⁰⁴ Idem, 25 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 3.

explorar a ingenuidade do povo, utilizou o discurso da pobreza para propósitos políticos e econômicos. Era assim que os udenistas entendiam a campanha dos marmiteiros – uma mentira inventada pelos derrotados.

Mesmo anos depois, Hugo Borghi continuava afirmando a veracidade do fato: “E ele disse mesmo. Eu não menti nada. Eu apenas usei um sinônimo.” Mentira ou não, a campanha assumiu grandes dimensões, “como um rastilho de pólvora”, encontrando grande receptividade entre um significativo grupo de populares, sobretudo os trabalhadores urbanos, que, ressentidos com os últimos acontecimentos políticos, viram na imagem da marmita uma poderosa arma para lutar por seus interesses. Prova disto foi a multidão comparecendo aos comícios do PTB com marmitas e panelas na mão, batendo e chacoalhando. Utilizando-se da palavra “marmiteiro” para identificar o trabalhador e o contrapor aos “grã-finos, Hugo Borghi acendeu o ânimo popular e, ao mesmo tempo, estimulou uma imagem extremamente negativa do candidato da UDN.

O título de defensor dos “grã-finos” atribuído a Eduardo Gomes, assim como a “marmita”, não eram simples invenções de Borghi, pois a eficácia política dos símbolos depende daquilo que Bronislaw Baczko chama de *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentido*.²⁰⁵ Portanto, a idéia da existência de um conflito entre grã-finos e marmiteiros divulgado por Borghi só foi bem-sucedida porque revelou o que estava por trás da organização social e da compreensão que se fazia dela. Os símbolos, quando encontram um ambiente propício para o seu desenvolvimento, são capazes de atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. Eles comunicam, possibilitam reconhecimentos e criam diferenças; e ainda possuem o poder de transformar versões em fatos. Naquele momento de disputa política, trabalhadores encontraram no símbolo da marmita suas identidades e objetivos e detectaram seus inimigos, os grã-finos, o que deu um outro rumo aos fatos políticos. A campanha do brigadeiro, que antes se fortalecia progressivamente, sobretudo após a deposição de Vargas, sofrera um grande abalo com o sucesso da campanha dos marmiteiros.

Milhares de panfletos, notas e manifestos foram publicados em jornais pregando a dignidade e a humildade dos marmiteiros. Um deles se destaca por explicitar inúmeros valores e significados suscitados pela palavra marmiteiro. O texto começa relatando a difícil rotina de um trabalhador, que, com muita vontade e esforço, acorda cedo e lota os bondes para enfrentar uma longa distância até o local de trabalho e ganhar o sustento da família. Percorre sua trajetória com uma marmita debaixo do braço e, portanto, identifica o texto, ele é um

²⁰⁵ BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In *Enciclopédia Einaudi*, Anthropos-Homem, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

marmiteiro. Logo depois, o manifesto polariza a sociedade brasileira daquele momento, identificando interesses, valores e classes em disputa:

“É marmiteiro sim. E honra de o ser. Não podendo freqüentar os restaurantes dos grã-finos, nem ter os acepipes dos fidalgos, ele conduz para a sua atividade a marmitta que contém a comida preparada, com prazer, pela sua companheira. [...] A marmitta é um símbolo de que a pessoa que a está carregando, luta pela vida, honestamente, sem ter medo das dificuldades. Porque ninguém deve ignorar o seguinte: o marmiteiro não quer discursos bonitos dedicados a ‘classes cultas’.”²⁰⁶

O que o marmiteiro quer, continua o texto, é a diminuição do preço dos aluguéis, da alimentação e do vestuário, é ter direito à saúde e educação para os seus filhos. E, em suas linhas finais, propaga a idéia de que o PTB seria o verdadeiro partido representante dos interesses dos trabalhadores: “O Partido Trabalhista Brasileiro orgulha-se dos marmiteiros. E o defenderá, intransigentemente, escudado nas leis e no bem-estar do Brasil – para o qual o marmiteiro trabalha com patriotismo e honradez.”

Nas vésperas das eleições, denúncias e boatos corriam pela sociedade. O brigadeiro foi acusado até mesmo de propor o confisco dos depósitos populares nas Caixas Econômicas e dar, em troca, título de dívidas públicas, caso fosse eleito. Definitivamente, a definição de marmiteiros caiu como uma luva para a luta dos trabalhadores queremistas. Com grande poder de mobilização, o símbolo da marmitta contribuiu para a impopularidade e antipatia de grande parte dos eleitores de baixa renda para com a candidatura da UDN, que ficou marcada, na história brasileira, como partido da elite.

O caso dos marmiteiros lançado por Hugo Borghi revirou o quadro político, enfraqueceu a campanha de Eduardo Gomes, sem, no entanto, reverter os votos perdidos pelo candidato udenista para a campanha de Eurico Dutra. O comportamento dos queremistas de baixa renda ainda era uma incógnita. Para orientá-los, uma das facções do PTB apostava no incentivo à candidatura de Dutra; no entanto, necessitava do apoio de Vargas ao candidato do PSD.

4.4 - “ELE DISSE”

Enquanto as disputas políticas ocorriam publicamente, entendimentos entre o PSD e a ala do PTB liderada por Hugo Borghi articulavam-se nos bastidores. Mas Getúlio Vargas, em

²⁰⁶ *O Radical*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945, p. 5

São Borja, permanecia calado, esquivando-se de decisões políticas quanto ao processo eleitoral, embora estivesse sofrendo pressões de políticos, por visitas ou cartas, para rogar apoio ao candidato pessedista. Uma das visitas recebidas por Vargas foi a de Borghi, que mesmo antes de consultar o ex-presidente já declarara apoio a Dutra. Em seu depoimento, o líder quemista contou que, ao chegar na residência de Vargas, foi recebido com a seguinte declaração do anfitrião: “Já sei o que tu vieste fazer aqui. Vieste buscar apoio ao Dutra, não é? Eu não apóio esse traidor. Estou acabando de ler aqui uma entrevista de Mendes de Moraes, e o Dutra sabia de todo o golpe. Meu ministro da Guerra não me avisou, me traiu.” Em seguida, mostrou a Borghi um pedaço papel, em que estava escrita a mensagem: “Concito os meus correligionários do PSD do Rio Grande do Sul a que se mantenham solidários com o candidato do seu partido. Getúlio Vargas.” E explicou que seu irmão, Probst Vargas, lhe havia pedido aquela declaração, mas ele recusou, porque estava decidido em não apoiar o Dutra. Porém, Borghi não desistiu do propósito de sua viagem e discursou:

“Dr. Getúlio, estou tendo uma grande decepção na minha vida. O senhor está hoje me desiludindo completamente. [...] Sou, sinceramente, um trabalhista, sou getulista, mas o senhor não está agindo como um grande homem. Porque um grande homem, dr. Getúlio, não coloca os seus sentimentos pessoais acima do sentimento da sua pátria. [...] O senhor irá pagar pessoalmente as conseqüências desse seu ato e nós, que somos seus amigos, estamos sendo atirados pelo senhor nas mãos dos nossos inimigos para satisfazer o seu ódio pessoal ao Dutra.”²⁰⁷

Outras tentativas vieram, por correspondências, do político trabalhista Napoleão de Alencastro Guimarães. Em uma carta datada com o dia 8 de novembro, Alencastro explicava a Vargas as vantagens do seu apoio a Dutra. Preocupado com a provável vitória do brigadeiro, tentava com palavras convencer Vargas de que o resultado das eleições só poderia mudar de rumo se ele se posicionasse em favor de Dutra. Fez suas reflexões sobre a disputa política e concluiu:

“O senhor neutro ou contra o gen. Dutra, ganha o brigadeiro, não há a menor dúvida e além disso dificilmente faremos maioria ou grupo ponderável no parlamento. [...] O seu apoio ao gen. Dutra permitirá por outro lado desmentir com fatos tudo o que se propalou como motivo para o golpe e colocará em posição moral inferior todos os seus inimigos, inclusive no exército. [...] no caso de uma aliança os getulistas teriam maioria no ministério e funções correspondentes e apoio para a conquista de situações estaduais.”²⁰⁸

²⁰⁷ Hugo Borghi. (depoimento). Op. cit., p. 54.

²⁰⁸ Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – Correspondências. Carta de Napoleão de Alencastro Guimarães a Getúlio Vargas, 8 de novembro de 1945.

Mantendo sua posição de isolamento, Getúlio Vargas respondeu à carta comunicando achar inconveniente sua intervenção no momento:

“Não tenho liberdade para falar, para viajar, para manifestar minha opinião, para dizer o que penso ser a verdade. Apesar disso meus amigos estão sendo perseguidos e eu não quero agravar-lhes a situação. [...] Quanto a mim não creio que minha intervenção seja útil, no momento, nem tenho liberdade para manifestar-me. Penso que fiz a política dos trabalhadores e continuarei fazendo.”

Em outra correspondência, Alencastro relatou os acontecimentos de uma reunião, realizada em sua casa no dia 15 de novembro, destinada a discutir o apoio do PTB ao general Dutra. Segundo ele, ficara assentado que o PTB aderiria à candidatura de Dutra e este, por sua vez, asseguraria aos trabalhistas o Ministério do Trabalho e um número de pastas proporcional aos votos obtidos, em comparação com o PSD. Além disso, decidiu-se que, em todos os estados e municípios onde o PTB tivesse maioria, os interventores e prefeitos seriam escolhidos ao PTB. Essas concessões pareciam aceitáveis e interessantes para Alencastro. Contudo, afirmou que os representantes petebistas presentes na reunião não assumiram compromisso porque esperavam a palavra de ordem do presidente de honra do partido.

Getúlio Vargas resistia em apoiar Dutra. No entanto, foi se convencendo aos poucos de que a vitória de Eduardo Gomes poderia destruir o legado de seu governo. Para iniciar sua atuação no processo de disputa eleitoral, Vargas aceitou a indicação do seu nome, pelo PTB, a candidato ao cargo de deputado por oito estados e, depois, a indicação, pelo PSD, a candidato a senador por cinco estados.

Impaciente por esperar decisões vindas de São Borja, Eurico Dutra tomou uma iniciativa. Enviou um documento à direção do PTB, ratificando as decisões que resultaram do encontro na casa de Alencastro. Esclareceu as seguintes promessas:

- “1) Quando eleito, escolherei, para Ministro do Trabalho do meu Governo, pessoa de minha confiança, de comum acordo com o PTB.
- 2) O Ministério, com exceção das pastas militares, será constituído por elementos dos Partidos que apóiam a minha candidatura, proporcionalmente ao número de votos que me forem concedidos pelos mesmos.
- 3) As Interventorias serão distribuídas, também, na mesma proporção.
- 4) Apoiarei o programa do Partido Trabalhista Brasileiro e procurarei fazer com que as justas aspirações dos trabalhadores sejam postas em práticas pelo meu governo.

5) Reconheço as atuais leis trabalhistas e de amparo social e procurarei melhorá-las e aperfeiçoar sua aplicação.”²⁰⁹

O ex-presidente sustentou o silêncio até se convencer por completo de que Eduardo Gomes na presidência poderia significar a dissolução de toda a base de sustentação de seu governo.²¹⁰ Logo, no dia 25 de novembro, Vargas chamou Hugo Borghi para lhe comunicar acerca de sua última decisão. Em seu depoimento, o líder queremista contou o episódio. Disse que, naquele dia, Vargas acordara sorridente e lhe revelou: “Borghi, o travesseiro é bom conselheiro. Você tem razão. Nós temos que apoiar o Dutra.” Satisfeito com o que escutara, Borghi esperou que Vargas preparasse, por escrito, sua mensagem, aconselhando o PTB e a população brasileira a cerrarem fileiras em torno da candidatura Dutra à presidência da República e expondo os motivos de tal iniciativa:

“Brasileiros!

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. Vejo o Partido Trabalhista perseguido pelos representantes de uma das facções políticas a que cabe manter a ordem e assegurar as garantias dos cidadãos. Esse partido sobre o qual se fundam tão grandes esperanças, está ameaçado de fragmentar-se, quando unido e coeso poderá desempenhar função decisiva na luta. [...] O momento não é de nomes; mas de programas e princípios. O Gal. E.G.D., candidato do PSD, em repetidos discursos, e ainda agora em recentes declarações, colocou-se dentro das idéias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com suas forças eleitorais. Ele merece portanto os nossos sufrágios! [...] Estarei ainda ao lado do povo contra o Presidente, se este não cumprir as promessas do candidato. Agredido, injuriado, traumatizado pelo atrito dos ódios e das paixões políticas, venho para dizer-vos que esqueci tudo isso e encontrei forças para renovar-me, no amor pela minha pátria. [...].”²¹¹

O manifesto de Vargas chegou meia hora antes do encerramento do último comício de Dutra no Rio de Janeiro e foi lido por Borghi ao público. Realizado 5 dias antes do pleito, seus oradores pessedistas insistiam em elogiar Dutra e bradar seu nome. No entanto, a noite pertencia aos queremistas, disse um periódico. Um locutor que se tornou conhecido pelas irradiações de comícios promovidos à porta do Palácio Guanabara, quando se reivindicava uma Constituinte com Vargas, apoderou-se do microfone. Falando em nome dos

²⁰⁹ Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – Correspondências. Carta de Eurico Gaspar Dutra ao PTB, 22 de novembro de 1945.

²¹⁰ O crescimento do PCB também assustava ao ameaçar a estrutura política construída no Estado Novo. Portanto, segundo Angela de Castro Gomes, esta constatação também teria contribuído para a decisão de Vargas em apoiar Dutra nas eleições. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. cit.

²¹¹ Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – Correspondências. Manifesto de Getúlio Vargas, 25 de novembro de 1945.

trabalhadores, anunciou a adesão de Vargas à candidatura do general Dutra e passou à palavra a Borghi. Ouviam-se gritos de “Getúlio! Getúlio! Getúlio!”

A partir daquele momento, iniciou-se uma nova campanha, trazendo fôlego ao candidato do PSD. A mensagem “Ele disse: votem no general Dutra” foi impressa, juntamente com a fotografia de Getúlio Vargas, e distribuída em todo país. O sucesso foi tanto que as impressões sobre o resultado da disputa eleitoral mudaram. Em um relatório enviado a Vargas no dia das eleições, Napoleão de Alencastro Guimarães relatou: “Creio que o Dutra está eleito. A palavra marmiteiro, o Yedo e finalmente a bomba atômica do seu manifesto liquidaram o assunto.” Até mesmo Luís Carlos Prestes admitiu que a mensagem teve papel decisivo nas eleições e revelou que muitos operários do Partido Comunista o procuraram para dizer que votariam em Dutra.²¹² Os relatos do queremista José Junqueira mostram o comportamento de grande parte dos eleitores na véspera das eleições. Afirmou que o centro da cidade do Rio de Janeiro fora tomado pela vibração popular aos gritos de Getúlio!Getúlio!Getúlio! Parecia ter voltado aos tempos do “Queremos Getúlio”. Diante das manifestações, concluiu que o “Ele disse” fora a salvação de Dutra, cuja vitória lhe parecia assegurada.²¹³ A vitória era do Dutra, mas a demonstração era queremista.

As oposições udenistas ainda tentaram se recuperar, fazendo críticas e duvidando do “Ele disse”. Em um artigo intitulado “Equívoco”, esclareciam que não se podia acreditar na autenticidade da mensagem, pois outras da mesma natureza teriam sido desmentidas anteriormente. Porém, mais adiante, o texto fez uma suposição. Caso fosse verdadeiro o último suspiro de Vargas, dizia o periódico, significaria “mais uma prova da desfaçatez do chefe do governo deposto a 29 de outubro.” Ainda segundo o autor do artigo, durante meses, depois de lançada a candidatura do general Dutra, Vargas empenhara-se em destruí-la; submetera seu antigo ministro da Guerra a humilhações; reduzira sua candidatura a um desprezível movimento de ambição de políticos sem conceito; suscitara o queremismo para torpedeá-la; aliara-se aos prestistas para a campanha da “Constituinte com Getúlio Vargas”; tentara desmoralizar as próprias Forças Armadas que garantiam as eleições ao nomear Benjamim Vargas à chefia da polícia com o objetivo de garantir a convocação da Constituinte. Além disso, enquanto esteve no governo, resistira de todos os modos a empenhar uma palavra que fosse em favor de Dutra e ainda orientou os operários a ingressar no Partido Trabalhista, que, segundo o texto, havia se manifestado intransigentemente contra

²¹² CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.167.

²¹³ Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – Correspondências. Carta de José Monteiro Ribeiro Junqueira a Getúlio Vargas. 2 de dezembro de 1945.

Dutra. Portanto, se autêntica, o “Ele disse” seria mais um testemunho de sua insensibilidade moral dos acontecimentos de que resultou a sua deposição. Concluiu:

“Equívoco penoso é o do sr. Getúlio Vargas, teimando em baixar ainda mais no julgamento do país, com essa falta de compostura cívica de que tem dado provas, ao insistir em estar presente na vida política da nação que o escorraçou, quando o seu rudimentar dever seria acolher-se, buscando no esquecimento o perdão dos seus enormes crimes contra o Brasil.”²¹⁴

Os esforços das oposições foram em vão, pois o caminho das urnas já estava traçado àquela altura. Já nas primeiras apurações o candidato pessedista aparecia na vanguarda. O resultado das eleições foi surpreendente: Eurico Dutra venceu com 52,39% dos votos, enquanto Eduardo Gomes obteve 34,74%.²¹⁵ Exceto no Ceará, no Piauí e no Distrito Federal, em todos os estados a aliança PSD-PTB conseguiu a vitória.²¹⁶ Getúlio Vargas foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo. Como deputado federal, foi eleito por sete estados (São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná). Inconformada, a UDN justificou sua derrota nas eleições afirmando que, no interior do Brasil, muitos quemistas levaram às urnas eleitores comprados ou embriagados.²¹⁷ No entanto, as estatísticas mostraram que a popularidade de Getúlio Vargas era inegável.

Datada do dia 10 de dezembro, uma carta foi enviada a Getúlio Vargas por Alberto da Cruz Bonfim, um funcionário do DASP. Bonfim mostrou-se satisfeito pois a justiça que o povo haveria de fazer a Vargas, como ele mesmo previu, cumpriu-se em um pouco mais de um mês. Para demonstrar o apreço popular por Vargas, o remetente repetiu na correspondência algumas expressões que havia escutado, nas ruas, naqueles últimos dias:

“Se o Getúlio fosse candidato à Presidência da República, as demais candidaturas desapareceriam como espuma.’ ‘O Getúlio, antes que os interventores criassem o PSD, poderia ter patrocinado o Partido Trabalhista, candidatando-se por ele, e agora venceria esmagadoramente.’ ‘Os gazeteiros, suspensa a censura da imprensa, em menos de 1 ano enganaram 3 pessoas de destaque: 1º- o Getúlio, fazendo-o crer-se impopular, motivo porque não se candidatou de início à Presidência da república; 2º- o Góis, fazendo-o crer que, afastando o Getúlio, estava satisfazendo o povo brasileiro;

²¹⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1945, 1ª seção, p. 4.

²¹⁵ O candidato comunista Yedo Fiúza obteve 9,7% dos votos, fato que também surpreendeu, pois era um desconhecido na política nacional. A popularidade de Luís Carlos Prestes deu ao PCB um significativo número de votos a Fiúza.

²¹⁶ No Distrito Federal, possivelmente a grande penetração do PCB dividiu o voto popular.

²¹⁷ CABRAL, Elza Borghi de Almeida. Op.cit., p.168.

3º- o Eduardo Gomes, fazendo-o crer-se o preferido do povo, motivo por que deve estar agora amargamente decepcionado com os resultados das urnas.”²¹⁸

Adiante, Bonfim procurou explicar o porquê de tanto prestígio, mesmo afastado do poder. De acordo com seu ponto de vista, Vargas, ao contrário dos demagogos, não tomara a palavra “liberdade” como slogan. Mesmo assim, não estabelecera um governo opressor, “exceto na fraseologia dos gazeteiros que nem sempre interpretam a opinião pública e sim a sua própria.” Até porque muitos países tomaram a liberdade como lema, mas mantinham a opressão. Pelo contrário, Getúlio Vargas interpretou os anseios da humanidade do século XX, substituindo o slogan da liberdade pelo da garantia, da estabilidade e da tranqüilidade e amparando os trabalhadores através da legislação social. Portanto, Getúlio Vargas não destruíra a liberdade; ele apenas a condicionara aos interesses coletivos, afirmou Bonfim. Com relação às eleições, declarou que “um minuano provindo dos pampas sulinos soprou as velas do barco do General, fazendo-o distanciar-se dos competidores”; portanto, a lisura do pleito não poderia ser contestada.

Para finalizar, Bonfim transcreveu um poema composto por um trabalhador. As palavras abaixo traduzem as motivações para o prestígio a Vargas, que se expressou através do quererismo, da campanha dos marmiteiros e do resultado das eleições.

I
Sou quemista sincero,
De caráter independente:
Votaria em Getúlio Vargas
Para eterno Presidente!

II
Deu-nos o óleo de Lobato,
Apesar de “grande onda”;
Deu ao Brasil uma usina
Que está em Volta Redonda.

III
Governou nosso Brasil
Com carinho e com firmeza!
Deu ele ao comerciário,
Ainda, a Semana Inglesa.

IV
Fez que o pistolão

²¹⁸ Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – Correspondências. Carta de Alberto da Cruz Bonfim a Getúlio Vargas. 10 de dezembro de 1945.

Não mais fosse necessário:
Qualquer dos brasileiros
Pode ser um funcionário!

V

Tirou o trabalhador
Das garras do patrão:
Agora, com dignidade,
Conquista ele o seu pão!

VI

Getulio Vargas é simples,
Não guarda esse ódio vil...
Sempre viu acima de tudo
O nosso querido Brasil

VII

Não deve ser deportado,
Para o bem do brasileiro!
Tenha paciência, Bernardes!
Paciência, Brigadeiro!

VIII

Para todos os brasileiros,
Para o homem que trabalha
Getulio Vargas, estou certo,
Vence a última batalha!”



FORJA O TEU FUTURO...

...alistando-te no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO!

Trabalhador! A Pátria, neste momento mais do que nunca, necessita de ti. Tu que forjaste as armas que lhe deram a Vitória nos campos de batalha e constroes, dia a dia, com o suor de teu rosto a sua grandesa, não podes ser posto à margem pelos políticos que só desejam o teu voto... e nada mais! Pelo que fizeste e estás fazendo, tu tens direito a uma alimentação farta e sadia, a um teto para abrigar tua família, a hospitais para defender tua saúde, a escolas para teus filhos, a uma existência digna a salvo do desemprego, da miséria, da invalidez e do desamparo na velhice. Todos estes direitos

já estão assegurados nas Leis Trabalhistas decretadas pelo Presidente Getúlio Vargas — o primeiro a compreender as tuas mais legítimas aspirações. Mas agora precisas defender e ampliar com energia, o que já tens! Usa para isso a tua melhor arma... o Voto! Alista-te no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO cujo programa é o teu programa porque é o Partido que atende às tuas necessidades imediatas. Toma o futuro nas tuas próprias mãos e escolhe para o Governo aqueles que melhor te representem e possam, realmente, defender em teu nome os teus Direitos!

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

RUA MEXICO, 128 3.º ANDAR — RIO

(Biblioteca Nacional)



DEFENDE OS TEUS DIREITOS...

...alistando-te no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO!

Trabalhador de todos os ramos da pátria! Sob o governo do Presidente Getúlio Vargas foste beneficiado pela mais perfeita de todas as legislações trabalhistas, reconhecida como tal no mundo inteiro. Teus direitos e tuas conquistas aí estão convertidos em leis destinadas a garantir o teu pão e o de tua família, a amparar tua velhice, a educar teus filhos... Pelos caminhos da ordem, muita coisa já alcançaste na tua marcha para a frente! Mas agora chegou o momento de ocupares com decisão o lugar que te compete na transformação política que se opera em tua pátria. Toma desde já posição para defender e

ampliar os teus direitos. E a única forma de preservares o que já tens e conseguires o que ainda necessitas, é ingressar nas fileiras do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO que surge para defender os teus interesses e transformar em factos todas as tuas legítimas aspirações. Leva para o governo aqueles que melhor conhecem os teus problemas e as tuas necessidades, votando pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — o teu partido! Evita por esse meio que grupos políticos que pretendem apenas o teu voto, te transformem em simples massa de manobra.

Art. 1.º - O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, fundado em 26 de Março de 1945, por trabalhadores, reunirá todos os que cooperam para o engrandecimento da Pátria, cumprindo o dever social de trabalhar em qualquer setor da economia nacional.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

RUA MEXICO, 128 3.º ANDAR — RIO

(Biblioteca Nacional)



...pela posse da TERRA TRABALHADA!

Esta terra generosa que lavras de sol a sol, jamais deve ser motivo de privações, mas fonte de riqueza, fartura e bem-estar para todo o povo brasileiro! O progresso da Nação exige que alcancemos um padrão de vida que te permita adquirir e consumir, em quantidades apreciáveis, os produtos manufaturados pela indústria. Para isso existe uma legislação trabalhista contendo uma série de medidas que visam amparar o teu trabalho e libertar-te para sempre da escravidão latifundiária. Mas as condições anormais criadas pela guerra e inúmeros outros problemas de ordem interna, retardaram a execução de

multos desses planos. Hoje, porém, a situação mudou inteiramente. O Brasil emerge vitorioso da guerra e inicia com firmeza a sua definitiva estruturação jurídica.

É chegado o momento de participares também da transformação política que se opera em tua pátria! Ergue para isso, dentro da ordem e do direito, a bandeira das tuas imediatas reivindicações, alistando-te nas fileiras do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Une desse modo os teus esforços aos de todos os trabalhadores nacionais, votando pelo único partido capaz, realmente, de defender e ampliar todas as tuas conquistas sociais.

Um dos pontos do programa do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:
— extinção de latifúndios improdutivos, assegurando-se a possibilidade da posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la e concedendo-se auxílios aos que nela se queiram fixar.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

AVENIDA RIO BRANCO, 181 - 3º Andar e 277 - 10º Andar - RIO.

(Biblioteca Nacional)



A MÃO QUE PRODUZ RIQUEZAS...

...também tem direito aos bens da terra!

Cada movimento da tua mão colhendo os produtos do solo ou arrancando o minério do fundo da terra; cada gesto do teu braço empunhando a ferramenta ou acionando a máquina; cada idéia nascida da capacidade criadora do teu cérebro — enfim, tudo quanto realizas no teu posto de trabalho e contribues para aumentar a produção, representa para a Nação a origem de todo o seu progresso e bem-estar! É justo, portanto, que tenhas também direito a uma parte justa dos bens que o teu trabalho cria! Com esse espírito criou-se pela primeira vez em nosso país, uma legislação trabalhista capaz de assegurar a ti

e tua família, a mais ampla proteção do Estado! É para defender e ampliar as tuas conquistas sociais que o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO surge agora no cenário político como a expressão natural das legítimas aspirações das massas trabalhadoras do país.

Entrar para o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO e votar por ele, é, pois, o teu dever imediato. Somente dentro das suas fileiras poderás colher, realmente, os frutos do teu trabalho em novas leis que mantenham e ampliem ainda mais os teus direitos!

Um dos pontos do programa do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:

— planificação econômica atingindo todos os setores e visando que a produção do país atenda a todas as necessidades internas e externas, assegurando o baixo custo e as utilidades essenciais a todos os trabalhadores.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

AL. RIO BRANCO, 181-3. ANDAR E 27-10. ANDAR

(Biblioteca Nacional)



PROTEJE TUA FAMÍLIA...

...inscrevendo-te no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Brasileiro! Onde quer que te encontres — no campo ou na cidade — qualquer que seja a tua categoria de trabalho: manual, braçal, técnica, científica, intelectual, artística ou administrativa... tu realisas a tua tarefa com os olhos sempre voltados para a grandeza da pátria! É o ideal que te anima, a fôrça que te inspira, a fôrça que te impelle para a frente! Exiges apenas em recompensa ao teu esforço o direito a uma existência digna que te permita sustentar tua família, educar teus filhos e gozar na velhice um repouso merecido. Grande parte destas reivindicações já conquistaste graças à perfeita legislação trabalhista

existente. Mas agora que se processa rapidamente em nosso país, a transformação política que lhe permitirá acelerar o seu progresso, tens direito a muito mais ainda! Deves para isso, preservar e ampliar todas as tuas conquistas sociais. Tomar parte ativa na execução de novas leis que te proporcionem, em maior escala, tudo quanto possa tornar o teu trabalho muito mais seguro e produtivo! Este é o teu programa e é, também, o programa do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO que surge para valorizar tua profissão, amparar tua família e defender teus interesses no governo.

Do art. 2.º do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO :

— Obrigatoriedade e direito de trabalho a todo indivíduo fisicamente capaz, com emprego útil e regular, mediante salário razoável que lhe permita em um máximo de oito horas, obter os meios necessários ao sustento próprio e de sua família de maneira condigna.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

AV. RIO BRANCO, 181-2.º ANDAR E 277-10.º ANDAR

(Biblioteca Nacional)



GARANTE TUA VELHICE...

...alistando-te no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Trabalhador Brasileiro! Hoje dispões de uma perfeita legislação trabalhista que te assegura o pão de cada dia e uma velhice a coberto do desemprego e do infortúnio. As leis de aposentadorias, acidentes de trabalho, estabilidade no emprego, férias remuneradas e tantas outras, são, neste momento, o teu mais valioso patrimônio. Mas os problemas criados pela guerra, com profundos reflexos na economia nacional, vieram aumentar consideravelmente as tuas necessidades... novas leis devem ser feitas para completar as que já tens. O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO surge, justamente, com essa fina-

lidade. Defender todas as tuas conquistas sociais. Preservar e ampliar as leis que te protegem. Lutar — dentro da ordem e da justiça — pelas tuas reivindicações imediatas. Contribuir para que nos casos de velhice ou invalidez, possas receber salário equivalente ao teu salário normal. Converter em realidade tudo o que reclamas para o teu conforto pessoal, bem-estar de tua família e o teu justo repouso na velhice. Segue o exemplo de todos os trabalhadores nacionais. Alista-te e vota no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO para garantir tua tranquilidade no presente e tua segurança no futuro!

Do art. 2.º do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:

— Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, de modo a assegurar completa proteção aos trabalhadores e às suas famílias.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

AV. RIO BRANCO, 181-3.º ANDAR E 277-10.º ANDAR

(Biblioteca Nacional)



VALORIZA TUA PROFISSÃO...

...Ingressando no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO!

Trabalhador! Venceste a batalha da produção durante a guerra. Contribuíste para a consolidação do regime democrático em nossa Pátria. Apoiada no teu braço vigoroso, a nação marcha confiante para os seus altos destinos. É enorme a tua responsabilidade nesta hora de grandes transformações políticas. Tens que estar preparado para novas e importantes tarefas na planificação económica do país. Mas para isso — para que possas cumprir melhor o teu dever — é indispensável que o estado também se preocupe contigo. Que te garanta o direito a uma existência a salvo de privações. Que te forneça meios para que evoluas na tua profissão. Muita coisa foi feita nesse sentido. Há uma legisla-

ção trabalhista que te ampara. Tens salário mínimo, auxílio-família, aposentadoria, estabilidade no emprego, etc., essas leis, porém, já não atendem completamente às tuas necessidades atuais. Devem ser ampliadas de acordo com as exigências do momento. Essa é, justamente, a finalidade do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Preservar as tuas conquistas sociais. Lutar pelas tuas reivindicações imediatas. Tornar efetiva a tua representação no governo para que — através dos teus legítimos representantes — possas elaborar as leis que ainda te faltam! Faz o que todos os trabalhadores nacionais estão fazendo. Inscreve-te e vota pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO!

Do art. 2.º do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:
— aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores para que se lhes possibilite ampla oportunidade de acesso.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

AVENIDA RIO BRANCO, 181 - 3º Andar e 277 - 10º Andar

(Biblioteca Nacional)



POVO FORTE E SADIO...

...pela mais ampla proteção à maternidade e à infância!

Este é um dos pontos mais importantes do **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO!** Zelar pela saúde do povo. Dando à mulher do trabalhador a mais completa assistência durante o transe delicado da maternidade. Cuidar do bem-estar infantil, cumprindo todos os dispositivos da atual legislação trabalhista, principalmente no que se refere ao funcionamento e manutenção de creches. Colocar a criança desde o período pré-natal sob cuidados médicos prestados à gestante a quem deverão ser assegurados alimentação e trabalho adequados. Criar internatos e semi-internatos para atender à prole dos trabalhadores, desde as classes maternas (crianças em idade imediata ao alta-

mento) até às técnico-profissionais, inclusive rurais. Executar enfim, o programa que melhor atenda às necessidades imediatas das massas trabalhadoras do país! Lutar — dentro da ordem e da justiça — pelas suas mais legítimas aspirações. Auxilia, pois — trabalhador brasileiro — qualquer que seja a tua profissão ou atividade, o **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO** a realizar a sua missão. Inscreve-te imediatamente nas suas fileiras. Somente assim poderás, realmente, preservar e ampliar todas as tuas conquistas sociais, valorizar teu trabalho, dar conforto a tua família, educar melhor teus filhos e contribuir com energia para a consolidação definitiva do regime democrático no Brasil!

Do art. 2.º do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:

— Proteção ampla à maternidade e à infância. Bem-estar infantil, educação primária obrigatória e gratuita, educação secundária e profissional também gratuitas, bem como possibilidade de ensino superior a todas as vocações.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

AV. RIO BRANCO, 181 - 2.º ANDAR E AV. APARICIO BORGES, 207 - 12.º ANDAR

(Biblioteca Nacional)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda queremista, à primeira vista, dá impressão de imediatismo: um discurso vago e sem princípios políticos ou doutrinários consistentes – a simples luta pela permanência de Getúlio Vargas no poder. No entanto, havia no movimento uma lógica complexa que se situava entre a defesa das leis sociais e os limites do que poderia ser politicamente possível.

A trajetória do queremismo foi importante e modificou os rumos do processo de transição para o sistema democrático. Adotando estratégias que melhor se adaptavam ao momento, o queremismo apresentou-se como uma organização política dentro de um campo político aberto, em que vários outros projetos entraram em disputa. Para a elite liberal, a transição para a democracia deveria ser negociada pelo alto e sem Vargas, com a saída da elite do Estado Novo e a entrada de uma outra, a da UDN, no controle do Estado. O novo sistema a ser implantado deveria se basear nos preceitos do liberalismo clássico, sobretudo no tocante aos direitos políticos, com as devidas limitações à participação popular. Mas o queremismo impediu que a transição democrática fosse um mero acordo entre elites. Na configuração do novo sistema, os trabalhadores e populares tiveram que ser considerados.

Em um primeiro momento, a estratégia queremista era atrair trabalhadores e populares e mobilizá-los em torno da reivindicação pela manutenção de Vargas na presidência da República. O simples lema “Queremos Getúlio” fundamentava-se no princípio de que o presidente concedera as leis de proteção ao trabalho; sendo assim, ele deveria ficar para garanti-las naquele momento de transformações políticas e, portanto, de incertezas. Com as eleições presidenciais já marcadas, os queremistas exigiam a candidatura de Vargas e o direito de votar nele. O queremismo foi, portanto, uma resposta popular à situação de ameaça criada pela possibilidade de um processo de transição sem o controle de Vargas. Havia o medo de perder as leis trabalhistas e a cidadania social alcançadas com aquele governo.

Se a partir dos anos de 1930 os trabalhadores aprenderam o que eram direitos sociais, no decorrer do ano de 1945 eles tiveram que aprender a lidar, muito rapidamente com os direitos políticos para defender as leis trabalhistas. Frente à irreversibilidade do processo democrático, o discurso queremista transformou-se qualitativamente ao reconhecer a importância da cidadania política. A demanda passou a ser “Constituinte com Getúlio”, que traduzia a reivindicação pela organização de uma Assembléia Nacional Constituinte antes das eleições presidenciais, para que Vargas pudesse garantir, na nova Constituição, os direitos sociais. O queremismo chamou às ruas trabalhadores e populares, que, aos poucos, foram se reconhecendo como indivíduos políticos e como eleitores. Nesse sentido, o movimento foi

também um instrumento de pedagogia política, ensinando os setores populares a lidar com os direitos políticos. Na demanda pela Constituinte, perceberam a importância da atuação política para defender a cidadania social.

A partir da evidência de que seria inviável a permanência de Vargas, o *queremismo* reconheceu a necessidade de inserir os trabalhadores na arena política através das regras político-partidárias. Adotou-se, então, a estratégia de incentivo do ingresso deles no Partido Trabalhista Brasileiro. Antes no *queremismo*, depois no PTB; não era mais possível ignorar a vontade dos “de baixo”. O *queremismo* ascendera os ânimos populares e exaltara a origem da palavra República, do latim *res publica*, que significa “coisa pública”. E ainda buscou o sentido mais estrito do termo “democracia”, radicalizando-o: a vontade da maioria que decide em praça pública. Portanto, não se tratava de uma massa amorfa e manipulada por um líder carismático, conforme a imagem oferecida pelo conceito de “populismo”, mas, sim de trabalhadores e populares conscientes e organizados, que, a partir da experiência no *queremismo*, começaram a assumir para si a responsabilidade sobre seus direitos. Portanto, o movimento *queremista* constituiu-se em espaço de exercício da cidadania social e política. Além disso, foi naquele contexto de lutas políticas que trabalhadores identificaram-se como classe social com interesses próprios em oposição aos interesses de outros grupos.

Ao longo do ano de 1945, o *queremismo* traduziu valores e crenças identificados na cultura política popular construída a partir dos ideais do trabalhismo. Sua demanda foi frustrada com a deposição de Vargas. Porém, sua importância vai além disso. Se Vargas não ficou, Eduardo Gomes também não se elegeu. Após a campanha dos marmiteiros e o apoio de Vargas à candidatura pessedista, a mobilização de grande parte dos trabalhadores permitiu a eleição de Eurico Dutra, mudando, assim, os rumos das previsões. No *queremismo* e no PTB, as classes populares encontraram meios de luta pelos seus próprios interesses.

Apesar de todas as limitações, o espaço institucional no pós-1945 permitiu, em geral, a expressão da diversidade de correntes políticas e, em particular, a atuação de lideranças representantes dos trabalhadores. A grande prova desse fato foi a eleição de Vargas na década de 1950, pelo voto popular, mostrando que setores populares tornaram-se eleitores de peso – situação bastante diversa dos “currais eleitorais” da Primeira República. De 1946 a 1964, a sociedade brasileira viveu uma experiência liberal-democrática e o ponto de partida foi o *queremismo* com os trabalhadores atuando no cenário político da transição democrática.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

- Periódicos

Correio da Manhã

O Jornal

O Radical

- Depoimentos

Hugo Borghi. (depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1982.

José de Segadas Viana. (depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1983.

- Correspondências

Arquivo Getúlio Vargas. *Correspondências*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, novembro e dezembro de 1945.

- Manifesto

. PRESTES, Luís Carlos. *União Nacional para a Democracia e o Progresso*. Publicado em: www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.

BIBLIOGRAFIA

“A guerra no Brasil”. In: *A Era Vargas*. Dossiê temático do portal <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>.

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas”. In *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1983, tomo III, vol. 3.

- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In *Enciclopédia Einaudi*, Anthropos-Homem, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In Riux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra – os brasileiros em combate*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- BORGES, Vavy Pacheco. "História e política: laços permanentes". In *Revista Brasileira de História*, n. 23/24. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1991/92.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.
- CABRAL, Elza Borghi de Almeida. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1984.
- CALIL, Gilberto Grassi. "Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945". In: PAULA, Dilma Andrade de (org.). *Tempos Históricos*, v.3, n° 1., agosto de 2001. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.
- CARONE, Edgar. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. "Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. "Cidadania: dilemas e perspectivas na República Brasileira". In: *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, v. 4, 1997.

- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “História e Cultura. Definições, usos, genealogias”. In *Varia História*, n.28, Belo Horizonte, 2002.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Prisioneiros do mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EdUFF, 2002.
- _____ & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____ & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “Quando os trabalhadores ‘querem’: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *O Imaginário Trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GARCIA, Nelson Jahar. *Estado Novo*. Ideologia e propaganda política. São Paulo: Loyola, 1981.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- _____ & D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. “Política: história, ciência, cultura, etc.”. In *Estudos Históricos*, n. 17. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- _____. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda & GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino da História. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

- LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- McCAAN, Frank. *Aliança Brasil – Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MONCLAIRE, Stéphane. “Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados.” In: *Revista de Sociologia e Política*, nº17. Curitiba, novembro de 2001.
- NEVES, Berenice Abreu de Castro. *Do Mar ao Museu: a saga da jangada de São Pedro*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- NEVES, Luís Felipe da Silva. “E a cobra fumou!” In: *Nossa História*. Ano 2/nº15. Rio de Janeiro: Conselho Editorial da Biblioteca Nacional, janeiro de 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; VELOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PACHECO, E. *O Partido comunista Brasileiro – 1922-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PRADO, Heloísa Helena de Jesus. “O DIP e a juventude: ideologia e propaganda estatal, 1939-1945”. In *Revista Brasileira de História*, n. 7:14, 1987.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: dirigentes e organização”. In FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, Tomo III, vol. 2;
- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. In: *Revista Brasileira de História*, n. 30, 1995.
- SEGATTO, José Antônio. “PCB: a questão nacional e a democracia”. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Os fascismos”. In: AARÃO, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX*. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 120.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1989.

VALLE, O. Trigueiro do. *O General Dutra e a redemocratização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.